



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



CRUTAC:
a história da Extensão Universitária
da UFMA no município de Codó
no período de 1972 a 1979

JOSÉ AUGUSTO MEDEIROS SILVA

São Luís
2013

JOSÉ AUGUSTO MEDEIROS SILVA

**CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de
Codó no período de 1972 a 1979**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro

São Luís
2013

Silva, José Augusto Medeiros.

CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó (1972 – 1979) / José Augusto Medeiros Silva. – 2013.

153f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: Cesar Augusto Castro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

1. Universidade – Extensão. 2. Interdisciplinaridade. I. Título.

CDU 378.4:374.72(812.1CODO)

JOSÉ AUGUSTO MEDEIROS SILVA

CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de
Codó no período de 1972 a 1979

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 28.08.2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. César Augusto Castro (Orientador)
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Laura Maria Silva Araújo Alves
Doutora em Educação
Universidade Federal do Pará

Prof^ª. Maria Alice Melo
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais José Lopes da Silva e Raimunda Medeiros Silva – razão da minha existência (*in memoriam*) pelo grande esforço que fizeram para me propiciar a oportunidade de estudar.

A minha esposa Maria do Socorro Silva Brandão Silva, por todo seu amor e companheirismo, apoio e incentivo que foram meu porto seguro nesta conquista. Este é mais um passo que damos juntos.

A meu querido filho José Augusto Medeiros Silva Filho, por seu grande amor, afeto e carinho que me encorajaram nesta etapa de luta.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por haver me concedido sabedoria e inspiração para elaborar o presente trabalho. Ao concluí-lo digo parafraseando o escritor bíblico Samuel (SAMUEL I, cap. 7, vers. 12): “até aqui me ajudou o Senhor”.

Ao meu dedicado orientador, Prof. Dr. César Augusto Castro, pela sábia orientação, disponibilidade, estímulo e pelo muito que me propiciou aprender durante a elaboração deste trabalho.

Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, pelo grande apoio pessoal e institucional durante todo o período de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel, pelo apoio pessoal, estímulo e disponibilização de acervo bibliográfico e documentos sobre Extensão Universitária, imprescindíveis para o alcance do objeto da pesquisa a que nos propomos realizar.

À Coordenadora do Mestrado em Educação da UFMA - Prof^a. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima e a Secretaria - Gisele Rocha da Silva, pela especial atenção que me dispensaram sempre que necessitei de informação e orientação para elaboração de relatórios e/ou atividades acadêmicas.

A Diretora da Biblioteca Central da UFMA - Maria da Conceição Pereira de Sousa; ao Bibliotecário Carlos Welington Soares Martins; a Diretora da Biblioteca do Campus de Codó - Larissa Lopes Oliveira e a Vice-Diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Magnólia de Carvalho Andrade, pela cessão de documentos e acervos bibliográficos para subsidiar a elaboração da presente Dissertação.

A Prof^a. Msc. Iramary de Jesus Martins Queiroz, ex-Coordenadora do CRUTAC/Codó, pelo incentivo, disponibilização de documentos e pelo aprendizado que me proporcionou ao longo da experiência extensionista no município de Codó.

E, a todas as pessoas que contribuíram com suporte de informática, material fotográfico, entrevistas, depoimentos, informações, cessão de documentos com informações sobre Codó, indispensáveis ao processo de construção do nosso objeto de pesquisa e elaboração desta Dissertação.

O Saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo. Quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagaria. O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber.

Paulo Freire (1969)

RESUMO

Análise das Ações do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)/Codó, no período de 1972 – 1979. Esta pesquisa insere-se na Linha “Instituições Escolares, saberes e práticas educativas”, do Grupo “História e memória da educação maranhense” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem-se como objetivo geral identificar se as ações foram desenvolvidas de forma interdisciplinar integrada ao ensino e a pesquisa; se contribuíram para a formação profissional de universitários e o desenvolvimento da educação no município. Quanto aos específicos: analisar o contexto socioeconômico e político do município de Codó, quando da implantação do CRUTAC; investigar os fatores que corroboraram para a escolha de Codó para implantação do II Núcleo do CRUTAC; verificar a repercussão para a comunidade das ações desenvolvidas pelo CRUTAC. Para o alcance destes objetivos adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa (bibliográfica e documental). Nesse percurso, foram analisados documentos oficiais: leis, decretos, resoluções, portarias, convênios, e outros como: jornais, teses, dissertações, monografias, dossiês e relatórios. Realizou-se entrevistas com o ex-Coordenador Geral do CRUTAC/MA, professores e líderes comunitários visando mensurar-se a repercussão do Programa para a comunidade de Codó. Centrou-se a investigação em alguns autores que tratam da temática, tais como, Gurgel (1986); Freire (1985) e Saviani (1981), dentre outros. Diante da quantidade de ações desenvolvidas pelo CRUTAC/Codó, optou-se por aquelas que foram implementadas nos Bairros São Francisco e São Sebastião. Conclui-se que a repercussão da atuação do CRUTAC para a comunidade codoense foi positiva ao ponto de mesma reivindicar a retomada da experiência. Entretanto, as ações em referência não expressaram uma efetiva interdisciplinaridade entre o ensino e a pesquisa. Espera-se, por fim, que este trabalho traga contribuições importantes para o campo da História da Educação, em especial, no que tange a Extensão Universitária.

Palavras-chave: CRUTAC. UFMA. Extensão Universitária. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Analysis of Stocks Rural Center University Training and Community Action (CRUTAC)/ Codo, in the period 1972-1979. This research is part of the trend "Institutions School, knowledge and educational practices," in the Group "History and Memory of education in Maranhão", Post-Graduation Program in Education at the Federal University of Maranhão (UFMA). We aim at identifying whether the actions were developed in integrated interdisciplinary teaching and research and if they contributed to the training and development of university education in the city. Our specific goals are: to analyze the socioeconomic and political context in the city of Codo, after the implementation of CRUTAC; investigate the factors that contributed for the choice of Codo for the implementation of the second unit of CRUTAC and verify the impact of such unity to the community. To reach these goals we adopted a qualitative methodological procedure of research (literature and documents). Along this process, we analyzed official documents: laws, decrees, resolutions, ordinances, agreements, and others as newspapers, dissertations, monographs, reports and dossiers. We conducted interviews with former General Coordinator of CRUTAC/MA, teachers and community leaders in order to measure the impact of the program for the community of Codo. The research was focused in some authors on the subject, such as, Gurgel (1986), Freire (1985) and Saviani (1981), among others. Given the number of actions taken by CRUTAC / Codo, we chose those that were implemented in the Neighborhoods of São Francisco and São Sebastião. We can conclude that the impact of the actions of CRUTAC for the population of Codo was positive givent the fact that the community itself claimed for the return of such experience. However, the actions we refer to did not express an effective interdisciplinary among teaching and research. We hope, finally, that this work may bring important contributions to the area of history of education, in particular to University Extension.

Keywords: CRUTAC. UFMA. University Extension. Interdisciplinarity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Solenidade de Graduação Doutor Honoris Causa pela FUM do Excelentíssimo Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, após a assinatura em 21.10.1966 da Lei Federal nº 5.152/66, que criou a Fundação Universidade do Maranhão – FUM	54
Foto 2	Campus Universitário da UFMA	56
Fluxograma 1	Funções e objetivos da ação da Extensão da UFMA/CRUTAC	59
Quadro 1	Primeira Equipe Técnica do CRUTAC/MA	61
Figura 1	Área de atuação do CRUTAC/MA	63
Foto 3	Edificação onde funcionou a Fábrica COMAM	67
Figura 2	Capa da primeira edição do Jornal “O Garoto”	68
Foto 4	Professora Filomena Catarina Moreira	69
Foto 5	Prédio onde funcionou o CRUTAC	70
Foto 6	Festas Juninas (quadrilhas, bois)	71
Foto 7	Prédio do Centro Operário Codoense	72
Foto 8	Estação Ferroviária e Trem de passageiros da RFFSA e Estação Ferroviária e Trem Cargueiro	73
Foto 9	Fábrica de Cimento NASSAU – BR 316, Codó – MA	75
Foto 10	CRUZEIRO da Praça da Liberdade – Codó – MA	78
Foto 11	Prédio da Prefeitura Municipal de Codó	88
Foto 12	Prédio do Clube Guarapary	89
Foto 13	Prédio da Biblioteca Pública Municipal	90
Foto 14	Prédio da União Artística Operária Codoense	91
Quadro 2	Primeira Equipe Técnica/Administrativa do CRUTAC/Codó	91
Quadro 3	Primeira Equipe Acadêmica Interdisciplinar do CRUTAC/Codó	92
Figura 3	CRUTAC: Interdisciplinaridade/Interprofissionalidade	94
Foto 15	Igreja de São Sebastião na Praça Palmério Cantanhede	99
Foto 16	Prédio da Sede Social e Escola do Bairro São Pedro	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ordem Cronológica de Criação dos CRUTACs.....	49
Gráfico 2	Participantes do Programa CRUTAC no Brasil	52
Gráfico 3	Rede Escolar de Codó – Pré-Escolar, 1º e 2º Graus, em 1972	79
Gráfico 4	Escolas, Professores e Matrícula – Pré-Escolar Codó/1972.....	80
Gráfico 5	Escolas, Professores e Matrícula – 1º Grau Codó/1972	80
Gráfico 6	Escolas, Professores e Matrícula – 2º Grau Codó/1972	81
Gráfico 7	Valor dos salários pagos aos profissionais da educação da Rede Municipal de Codó em 1972, comparados ao salário mínimo vigente	83
Gráfico 8	Profissionais da área de Saúde por Categoria Administrativa.....	84
Gráfico 9	Material utilizado na construção das casas do Bairro São Francisco	96
Gráfico 10	Faixa Etária da População do Bairro São Francisco.....	97
Gráfico 11	Vagas oferecidas pelas Escolas do Bairro São Sebastião.....	101
Gráfico 12	Participação de Estudantes no Estágio CRUTAC/Codó-Período: 1972-1979.....	122

LISTA DE SIGLAS

AC	Ação Comunitária
ACAR	Associação de Crédito Rural
AL	América Latina
APAMIC	Associação de Proteção a Assistência à Maternidade e Infância de Codó
BASA	Banco da Amazônia S/A
BB	Banco do Brasil
BCG	<i>Bacillus Calmette-Guérin</i>
BEM	Banco do Estado do Maranhão
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BRADESCO	Banco Brasileiro de Descontos
CA	Câncer
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSO	Centro de Ciências Sociais
CD	Conselho Diretor
CEB	Centro de Estudos Básicos
CECOSNE	Centro Educativo de Comunicações Sociais do Nordeste
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEI	Coordenação Especial de Interiorização
CEME	Central de Medicamentos
CFE	Conselho Federal de Educação
CGC	Cadastro Geral de Pessoa Jurídica
CIMC	Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas
CINCTUTAC	Comissão Incentivadora dos CRUTACS
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
COMAM	Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão
CONSUN	Conselho Universitário
CPC	Centro Popular de Cultura
CPO	Cariado Perdido Obturado

CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CS	Comissões Sociais
CT	Centro Tecnológico
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DCM	Departamento de Cultura Municipal
DOE	Diário Oficial do Estado
DRE	Diretoria Regional de Educação
DRF	Delegacia da Receita Federal
ETAM	Escritório Técnico de Administração Municipal
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FBESMA	Fundação do Bem-Estar Social do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FMUDES	Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
FORD	<i>Federal Office of Regional Development</i>
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FSESP	Fundação Serviços Especiais de Saúde
FullHD	<i>Full Hight Definition</i>
FUM	Fundação Universidade do Maranhão
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
HGM	Hospital Geral Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IEES	Instituição Estadual de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IMA	Instituto Magalhães de Almeida
INL	Instituto Nacional do Livro
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LICOF	Liga Codoense de Futebol
MA	Maranhão
MARSA	M. A. Reis S/A
MCP	Movimento de Cultural Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MED	Ministério da Educação e do Desporto
MG	Minas Gerais
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPB	Música Popular Brasileira
MSCP	Movimentos Sociais de Cultura Popular
MT	Ministério do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ORT	Organização, Reconstrução e Trabalho
PR	Paraná
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PE	Pernambuco
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PEP	Programa de Educação Popular
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
PIS	Programa de Integração Social
PNEXT	Plano Nacional de Extensão Universitária
PPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PREXAE	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
PRH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROGF	Pró-Reitoria de Gestão e Finanças
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste
REMAR	Rádio Educadora Rural
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RN	Rio Grande do Norte

SA	Superintendência de Administração
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAE	Serviço de Apoio ao Estudante
SAMEC	Serviço de Assistência Médica e Hospitalar de Codó
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SEMAG	Secretaria Municipal da Agricultura
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMOS	Secretaria Municipal de Obras
SEMUF	Secretaria Municipal de Finanças
SEMUS	Secretaria Municipal de Saúde
SEPE	Superintendência de Ensino, Pesquisa e Extensão
SES	Secretaria de Estado da Saúde
SESU	Secretaria de Educação Superior
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SCAM	Sociedade de Cultura Artística do Maranhão
SOMACS	Sociedade Maranhense de Cultura Superior
SUCAM	Superintendências de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPLAN	Superintendência de Planejamento Educacional
SUS	Serviço Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
FRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPMA	Universidade Popular do Maranhão
URM	Universidade Regional de Mossoró
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: função social da universidade	25
2.1	Extensão Universitária no Brasil: considerações históricas.....	26
2.2	Extensão Universitária: concepções teóricas e legais.....	33
2.2.1	O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)..	41
3	A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	53
3.1	O Programa de Extensão Universitária da UFMA	57
3.2	O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC/MA	57
4	A ATUAÇÃO DO CRUTAC/CODÓ	65
4.1	Codó: sua história, seu desenvolvimento socioeconômico	66
4.2	Projeto CRUTAC/Codó	85
4.2.1	Ações do CRUTAC/Codó	93
4.2.2	A Desativação do CRUTAC/Codó	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	131
	ANEXOS	138

1 INTRODUÇÃO

A Universidade tem que ser, a um tempo, profundamente humanística, para não trair as suas origens e seu objeto - o Homem, e eminentemente tecnológica, para não faltar as suas condicionantes históricas e pragmáticas de ordenadora do progresso total.

Cônego Ribamar Carvalho (1972)

A Extensão Universitária desde o seu surgimento na Europa, em meados do século XIX, pautada segundo a concepção das Universidades Populares e no modelo norte-americano, caracterizou-se pela prestação de serviços comunitários basicamente de forma assistencialista, sem uma dimensão de totalidade onde se relacionam os atos de ensinar, investigar, comunicar e sem articulação com o ensino e a pesquisa.

Na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, as atividades de extensão historicamente mais relevantes foram as do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, desenvolvidas por equipes interdisciplinares, com a participação de estudantes dos Cursos de Graduação das Áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, nos Núcleos de Pedreiras – Região do Mearim (Centro Maranhense), implantada em 1970 e de Codó – Região do Itapecuru (Leste Maranhense), a partir de 1972. Alguns trabalhos já foram elaborados sobre a atuação do CRUTAC nos Núcleos de Pedreiras e Codó. Destacamos aqui, o de Melo (1981) “CRUTAC: uma experiência de Extensão na Universidade Federal do Maranhão”, o qual aborda a experiência desenvolvida no Núcleo de Pedreiras no período de 1970 a 1976 e o de Cardoso (1994) “A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CODÓ: uma trajetória interrompida e sua retomada”, que trata sobre o encerramento das atividades de extensão do CRUTAC no município de Codó, em 1979 e a reativação da experiência nos anos 1980.

Neste trabalho optamos pela experiência do CRUTAC em Codó, como prolongamento das ações que já vinham sendo desenvolvidas no Núcleo de Pedreiras.

Para implantação do CRUTAC/Codó, a Coordenação Local e a equipe de estudantes fizeram inicialmente, a sensibilização da comunidade às propostas de atividades e a realização de estudos e diagnóstico da realidade socioeconômica, sanitária e educacional do município, para subsidiar o planejamento e a construção dos Projetos de Ação.

O Projeto CRUTAC/Codó, desenvolveu atividades em todos os bairros existentes no perímetro urbano e em diversas localidades na zona rural. Optamos analisar nesta pesquisa, os Bairros São Francisco e São Sebastião, pelo fato dos mesmos haverem sido identificados,

quando da realização de estudos sobre a realidade socioeconômica do município, como os mais populosos, com necessidades mais urgentes de saneamento básico, urbanização, saúde e educação. Diante de carências generalizadas verificadas *in loco* e em atenção aos apelos de autoridades locais, da Igreja e da comunidade, a Coordenação Geral e Local do CRUTAC elegeram esses bairros como pilotos para a experiência de Extensão da FUM em Codó.

Para atender no primeiro momento de sua atuação (1972-1977) demandas apontadas como prioritárias pela própria população dos bairros, foram elaborados e operacionalizados pelo CRUTAC/Codó, os seguintes Projetos: 1 - Integração de Comunidades Rurais; 2 - Intervenção Junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC); 3 - Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental e 4 - Atividades Integradas. Sobre o desenvolvimento dos Projetos em referência, trataremos na Seção 3.

A motivação para a escolha do tema “CRUTAC: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó no período de 1972 a 1979” foi por haver vivenciado *pari passus* a experiência extensionista do CRUTAC em Codó, como servidor da instituição e estudante articulado com os Grupos Comunitários, e, ainda, quando de sua desativação, haver participado juntamente com representantes de instituições públicas e da sociedade civil, da organização de um abaixo-assinado contendo 10.514 assinaturas, reivindicando a volta do CRUTAC, entregue formalmente, em dezembro de 1979, ao Reitor da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, à época, Prof. Dr. José Maria Cabral Marques e ao então Governador do Estado, João Castelo Ribeiro Gonçalves.

Ao pesquisarmos fontes para elaboração do presente trabalho¹ e encontrar registrado nas páginas de alguns Dossiês de Conclusão de Estágio de acadêmicos da Área de Ciências Sociais, a nossa participação em ações nos bairros, ora ministrando palestras, ora participando de Campanhas com a comunidade, discentes e docentes da FUM, concluímos que o trabalho, de certa forma, é também, parte da história de nossa vida profissional e social. A análise desses documentos, que focalizam além da caracterização da área de atuação, as ações desenvolvidas pelo CRUTAC e a manifestação de estudantes sobre a experiência do estágio no meio rural, possibilitaram identificarmos, os procedimentos que foram adotados para a partir das sugestões da comunidade, subsidiar a elaboração das Propostas de Ação e da metodologia utilizada para sua operacionalização.

Sendo assim, o objetivo geral é identificar se as ações foram desenvolvidas de forma interdisciplinar integrada ao ensino e a pesquisa e contribuíram para a formação profissional

¹ Dossiês e Relatórios de alunas dos Cursos de Serviço Social e Enfermagem da UFMA, que prestaram estágio curricular no CRUTAC/Codó, no período de 1972 a 1979.

de universitários em treinamento, a organização comunitária e o desenvolvimento da educação no município e específicos: analisar o contexto socioeconômico e político do município de Codó, quando da implantação do CRUTAC; investigar os fatores que concorreram para a escolha de Codó para instalação do II Núcleo do CRUTAC; verificar a repercussão para a comunidade das ações desenvolvidas pelo CRUTAC.

Como referencial teórico, optamos por autores que analisam os fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais, cuja fundamentação se alicerça na relação Universidade e sociedade pautada nas políticas de Extensão Universitária, tais como, Gurgel (1986); Freire (1985); Saviani (1981); Germano (1993); Santomé (1998), dentre outros, os quais criticam as formas equivocadas de Extensão Universitária, quando praticadas tão somente através de cursos, conferências e prestação de serviços de forma meramente assistencialista as quais abordamos na Seção 1.

Para proceder à construção metodológica procuramos adotar os procedimentos sugeridos por Charlot (2000, p. 15), sobre a postura do pesquisador que segundo ela, deve ser de questionar, interrogar e construir/reconstruir o objeto que lhe é proposto; proteger-se das evidências. Descrever, ouvir, teorizar. Ou seja, “A construção do objeto de pesquisa procede desse duplo movimento de imersão no objeto e distanciamento teórico. Sem o primeiro, a teoria não sabe do que está falando. Sem o segundo, o pesquisador ignora qual a linguagem que esta utilizando”.

Este paradigma constitui-se um dos desafios para o pesquisador no decurso de realização de sua pesquisa, a qual exige dentre outros, fundamentação teórica, clareza, disciplina e habilidade para não se deixar falar pelo objeto, mais, construí-lo durante o processo.

A abordagem metodológica que escolhemos foi a da pesquisa qualitativa (bibliográfica e documental). Nesse percurso procuramos identificar, nos dispositivos legais, aspectos políticos, sociais, educacionais e o caminho percorrido para a construção conceitual de Extensão Universitária, analisando-o criticamente.

Fundamentamos a metodologia qualitativa e a análise documental baseada na proposta apresentada por Lüdke e André (1986, p. 38-39)

A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão

até livros, estatísticas e arquivos escolares. [...] Os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Observando “[...] a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso, para alcançar um objetivo”. (TRUJILLO FERRARI, 1982, p. 24), elaboramos o presente trabalho utilizando os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Pesquisa bibliográfica sobre Extensão Universitária, para investigar sua origem, expansão, institucionalização e prática por Instituições de Ensino Superior (IES) na Europa, Estados Unidos da América (EUA), América Latina (AL), Brasil e no Estado do Maranhão.
- b) Pesquisa em documentos oficiais tais como: Lei Estadual nº 38/38, de 21.07.1838 – Eleva o Povoado de Codó à Vila; Lei Estadual nº 133/96, de 16.04.1896 – Eleva a Vila de Codó à Cidade; Lei Federal nº 4.464/64, de 09.11.1964 – Extingue a União Nacional dos Estudantes (UNE); Lei Federal nº 5.152/66, de 21.10.1966 – Cria a Fundação Universidade do Maranhão (FUM); Lei Federal nº 5.540/68, de 28.11.1968 – Lei da Reforma Universitária; Lei Federal nº 9.394/96, de 20.12.1996 – Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional – (LDB); Decreto-Lei nº 19.851/31, de 11.04.1931 – Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto-Lei nº 59.355/66, de 04.10.1966 – Institui a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED); Decreto-Lei nº 59.941/67, de 06.01.1967 – Aprova o 1º Estatuto da Fundação Universidade do Maranhão – FUM; Decreto-Lei nº 921/69, de 01.10.1969 – Altera a Lei de criação da Fundação Universidade do Maranhão – FUM; Decreto-Lei nº 916/69, de 07.10.1969 – Instituía Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC); Decreto-Lei nº 67.048/70, de 13.08.1970 – Altera a estrutura da Fundação Universidade do Maranhão – FUM; Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) nº 217/48, de 10.12.1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos²; Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), nº 57/65-U, de 22.12.1965 – Cria o CRUTAC/RN; Resolução do Conselho Universitário -

² Os documentos oficiais descritos na alínea “b” (Leis Estaduais, Leis Federais, Decretos-Lei e Resoluções Internacionais) foram adquiridos em sites acessados via internet;

CONSUN da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN nº 44/66-U, de 23.06.1966 – Instituiu o Regimento Interno do CRUTAC/RN³; Resolução do Conselho Diretor (CD) da Fundação Universidade do Maranhão - FUM nº 90/69, de 26.09.1969 – Cria o CRUTAC/MA⁴; Portaria do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 45/79, de 19.11.1979 – Aprovou o novo Estatuto passando à denominação de FUM para UFMA⁵. Além dos documentos oficiais aludidos, outros também foram utilizados como fontes de investigação, como: Jornal “O Garoto” Ano I nº 1, 17.05.1931⁶; Educação Brasileira – Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Ano VI, nº 12.1984⁷, que continham informações para subsidiar o objeto de estudo do presente Projeto;

- c) Projeto Codó (FUM, 1971)⁸ e dos seguintes Projetos desenvolvidos no período de atuação do CRUTAC no município de Codó: Integração de Comunidades Rurais; Intervenção Junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura SEMEC; Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental e Atividades Integradas⁹;
- d) Relatórios da Coordenação Geral e Local do CRUTAC e da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE), para subsidiar a elaboração do trabalho em apreço¹⁰;
- e) Apreciação de duas Teses de Doutorado, duas Dissertação de Mestrado, uma Monografia de Conclusão de Curso de Especialização¹¹, que tratam sobre Extensão Universitária, CRUTAC/RN, CRUTAC/MA; e CRUTAC/Codó, respectivamente;

³ As Resoluções do Conselho Universitário – CONSUN, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, descritas na alínea “a” foram adquiridas junto à Direção da Biblioteca Geral da referida IES;

⁴ As Resoluções do Conselho Diretor – CD, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, descritas na alínea “a” foram adquiridas junto ao Arquivo Central da IES.

⁵ A Portaria do Conselho Federal de Educação – CEE, descrita na alínea “a” foi adquirida no site <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31.07.2012.

⁶ Jornal “O Garoto”, Ano I, Edição nº 12. 17.05.1931, descrito na alínea “a” foi adquirido junto ao Arquivo pessoal do escritor João Machado, na cidade de Codó – MA.

⁷ A “Educação Brasileira. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Ano VI. Nº 12.1984⁸”, descrita na alínea “a” foi adquirida cópia junto a Biblioteca do Campus da UFMA na cidade de Codó – MA.

⁸ O Projeto Codó (FUM, 1971), descrita na alínea “b” foi adquirida cópia junto a Biblioteca particular do Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel.

⁹ Os Projetos: Integração de Comunidades Rurais; Intervenção Junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC; Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental e Atividades Integradas, descritos na alínea “b” foram adquiridos cópias junto a Biblioteca particular do Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel.

¹⁰ Os Relatórios da Coordenação Geral e Local do CRUTAC e da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREXAE, descritos na alínea “c” foram adquiridos cópias junto a Secretaria da PREXAE.

¹¹ As Teses de Doutorado, as Dissertações de Mestrado e as Monografias, descritas na alínea “d” foram adquiridas cópias junto aos respectivos autores.

- f) Análise de 10 Dossiês e 1 Relatório de acadêmicos das Áreas de Ciências Sociais e de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ambos, sobre a experiência do estágio curricular desenvolvido no CRUTAC/Codó¹²;
- g) Análise de 11 Documentos sobre Codó, os quais versam sobre sua origem, história e desenvolvimento¹³;
- h) Realização de entrevistas com os seguintes membros de entidades educacionais, sociais e comunitárias, do município de Codó: Professora Maria do Carmo Araújo dos Santos¹⁴, Professora Hildenê Lima Nascimento¹⁵, Técnica Administrativa Aldenora Trindade Palácio¹⁶, o Sr. Antonio da Silva Gomes¹⁷, e com o Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel¹⁸, que participaram das atividades desenvolvidas pelo CRUTAC/Codó, à época de sua atuação.

As entrevistas em apreço foram previamente agendadas e quando de sua realização utilizamos os Apêndices “A” e “B” do Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação da PPPG/UFMA e gravamos em Câmera *Full Hight Definition (FULLHD)*, com a devida autorização do(a) entrevistado(a). O roteiro das entrevistas foi flexível, ficando o entrevistado à vontade para falar sobre suas impressões a respeito da implantação, atuação e desativação do CRUTAC no município de Codó.

Para desenvolver o aludido tema, estruturamos o texto desta Dissertação em três Capítulos, descrito a seguir:

Na Seção 1, enfatizamos a importância do papel da Extensão e de sua articulação com o ensino e a pesquisa, como fundamentais para o cumprimento da missão social da Universidade. Sobre a Extensão Universitária, fazemos preliminarmente, uma abordagem histórica sobre o seu surgimento na Europa, na Universidade de Oxford, na Inglaterra, em

¹² Os Dossiês das estagiárias do Curso de Serviço Social e o Relatório da estagiária do Curso de Enfermagem, constante na alínea “e”, foram adquiridos cópias junto a Biblioteca particular do Prof. Roberto Mauro Gurgel.

¹³ Os Documentos sobre Codó, descritos na alínea “f”, são de propriedade do autor da presente Dissertação, sendo um de sua própria autoria;

¹⁴ Maria do Carmo Araújo dos Santos. Professora do Centro de Ensino Médio Luzenir Matta Roma, Centro Educacional Municipal Senador Archer e Colégio Ananias Murad (ensino de 1º grau);

¹⁵ Hildenê Lima Nascimento. Diretora e Professora da Escola Maria José Paiva, da Associação “Ninho da Amizade” (ensino do 1º grau menor);

¹⁶ Aldenora Trindade Palácio. Técnica Administrativa da Escola Municipal do Centro Operário Codoense e integrante da Diretoria do Grupo de Mães do Bairro São Francisco;

¹⁷ Antonio da Silva Gomes. Escriturário do Banco do Brasil – Agência de Codó – MA, participante ativo das Pastorais da Igreja Católica e ex-Presidente do Grupo de Jovens “Os Cibernéticos”;

¹⁸ Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel. ex-Coordenador Geral do CRUTAC/MA, ex-Pró-Reitor de Planejamento da FUM, ex-Coordenador de Atividades de Extensão do Departamento de Assuntos Universitários-DAU-MEC, ex-Coordenador da CINCRUTAC-MEC, Professor aposentado da UFMA e Membro da Diretoria do Conselho Estadual de Educação - CEE.

meados do século XIX, com o surgimento das Universidades Populares e sua posterior expansão a outros países europeus, nos Estados Unidos da América - EUA, na América Latina - AL, no Brasil e no Maranhão (MA).

Salientamos, igualmente, a relevância do Movimento Estudantil de Córdoba, na Argentina, em 1918, para o processo de Reforma Universitária e institucionalização da Extensão, que reivindicava a abertura da Universidade para o povo, através da socialização dos resultados das pesquisas científicas com a grande massa excluída do processo educacional. Sobre o Manifesto de Córdoba, Garcia (1977, p. 57), declara que “foi a expressão da primeira manifestação estudantil de significado acontecida na América Latina, sendo seus postulados válidos ainda hoje”. Destacamos o fato de que, em função da repercussão da ação dos estudantes em Córdoba, a Extensão Universitária foi posta em evidência em várias Universidades Populares Latino-Americanas, sendo as de maior expressão, José Martí, em Cuba e Gonzalez Prada, no Perú.

Realizamos um estudo teórico-conceitual sobre Extensão Universitária, enfatizando-a, como “parte do processo de promoção humana e de educação do povo”. (BORDENAVE, 1978, p. 51). No que diz respeito à institucionalização da Extensão através da Legislação, salientamos a importante participação do Estado, com a concessão de prerrogativas de autonomia às IES, para viabilização da integração Universidade e sociedade, concretizada através da socialização do conhecimento e da prestação de serviços comunitários àqueles que estão além de seus muros.

Analisamos a Extensão Universitária numa concepção crítica, dentre outras formas, quando realizada tão somente através de cursos e conferências, os quais, são, em geral, “[...] desligados do todo acadêmico, na maioria das vezes totalmente assistemáticas e que não despertam qualquer interesse das populações de um modo geral”. (GURGEL, 1986, p. 35). Aspecto este igualmente criticado quando a Extensão é limitada apenas a “cursos, conferências e prestação de serviços”. (BATOMÉ, 1996, p. 31). Em sua grande maioria, definida a partir de projetos do Governo, para salvaguardar os interesses nacionais, não atendendo às demandas e aspirações da sociedade, basicamente assistencialistas, promovendo a alienação, ao invés da transformação, emancipação e promoção humana.

Abordamos sucintamente o contexto social e político potiguar que serviu de berço para criação pelo Conselho Diretor – CD da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, em 1965, do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC; Analisamos a influência de organismos internacionais sobre o Programa do

CRUTAC, dentre os quais a *United States Agency for International Development (USAID)* dos EUA, como forma de ingerência do capital estrangeiro no processo educacional brasileiro.

Questionamos o objetivo da adoção do CRUTAC pelo Governo Civil-militar, tornando-o um Programa de nível nacional e a criação, em 1969, da Comissão Incentivadora dos CRUTACs – CINCRUTAC, com o objetivo de articular o trabalho do CRUTAC com a ação governamental no atendimento às necessidades das populações interioranas, como forma de integração da Universidade ao processo de desenvolvimento. Bem como, a pretensão do governo, conforme o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) 1970-1974: de “assegurar a integração do sistema educacional com a estrutura econômica e social do país”.

Na Seção 2, tratamos sobre: os antecedentes históricos que culminaram com a extinção da Universidade Católica do Maranhão, instituída em 1958, pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), e a criação através da Lei nº 5.152/66, da Fundação Universidade do Maranhão – FUM; breve análise sobre o contexto social e político do Maranhão quando da criação do CRUTAC/MA, através da Resolução nº 90/69, do Conselho Diretor – CD da FUM, constituindo-se oficialmente o Programa de Extensão da UFMA. Tratamos em especial, sobre a expansão do Programa para o continente, instalando inicialmente, em 1970, o I Núcleo do CRUTAC em Pedreiras – Região do Mearim (Centro Maranhense), e, posteriormente, em 1972, o II Núcleo do CRUTAC em Codó - Região do Itapecuru (Leste Maranhense).

Na Seção 3, fazemos uma análise sobre: o contexto social e político de Codó, destacando os fatores que concorreram para implantação do CRUTAC; aspectos da realidade do município dentre os quais: sua história, seu desenvolvimento; a influência da Igreja na organização administrativa e social da cidade; a situação socioeconômica de Codó quando da implantação do CRUTAC em 1972; o impacto econômico e social do financiamento pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) de Projetos Agropecuários implantados no município; o Projeto CRUTAC/Codó (UFMA, 1971); as ações desenvolvidas através dos Projetos implementados pelo Programa do CRUTAC, para atendimento das necessidades prioritárias da comunidade nos aspectos de saúde, saneamento, educação e socioeconômico, que requeriam intervenção imediata.

Analisamos ainda, a avaliação feita por alguns ex-estudantes sobre a experiência do estágio curricular no CRUTAC/Codó; A manifestação do ex-Coordenador Geral do CRUTAC/MA, professores e da comunidade codoense sobre o encerramento da experiência

extensionista do CRUTAC/Codó; Entraves que impossibilitaram o alcance dos objetivos propostos no Projeto CRUTAC/Codó e a repercussão para a comunidade das ações desenvolvidas pelo CRUTAC.

Concluimos o presente estudo apresentando nossas considerações sobre as ações desenvolvidas pelo CRUTAC/Codó nos dois momentos que delimitaram sua atuação, enfatizando os objetivos propostos e os resultados alcançados.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: função social da universidade

A missão da Universidade na sociedade foi desde a sua criação no século XI, em 1088, no norte da Itália (A Universidade de Bolonha) a de produzir e difundir o conhecimento, embasado em estudos das culturas, das civilizações, dos conceitos, leis, teorias, pensamentos, definições e explicações dos autores antigos e dos clássicos que marcaram significativamente um determinado ramo do saber e, de formar profissionais para as mais diversas carreiras de base técnica, científica e intelectual. Para o cumprimento desta missão, a Instituição de Ensino Superior – IES procura face às constantes transformações sociais, adequar o ensino à realidade de cada momento histórico.

Apesar de sua característica originária de instituição conservadora, pouco a pouco, sob o impacto determinado por novas exigências, procurou ampliar os conhecimentos, produzir novos saberes, e o meio usado para tal desafio foi a pesquisa. E, como resultado, os países que priorizaram investimento de recursos e políticas bem elaboradas na dinamização do ensino e da pesquisa em suas Universidades, conseguiram alcançar um alto grau de desenvolvimento. O ensino deve, portanto, contemplar as exigências profissionais de caráter mais pragmáticos e utilitaristas visando propiciar valores éticos fundamentais. A pesquisa tem de ser impulsionada e favorecida pelo Estado, através de uma política global que corrobore para o avanço científico e assegure a promoção humana.

Muito embora fosse notória a importância da articulação do ensino com a pesquisa para o processo de ensino e aprendizagem, percebeu-se que o mesmo poderia ser enriquecido e ter maior alcance social se não fosse restrito aos muros da Universidade, mas, se os conhecimentos produzidos fossem socializados com a comunidade e o maior número possível de pessoas, direta ou indiretamente tivessem acesso às informações e experiências produzidas através da Extensão. “A Universidade não deveria ser apenas um local de ensino, formação profissional e estímulo à pesquisa, mas deveria também ser (através da Extensão) difusora do saber e da cultura”. (SOUSA A, 2000, p. 138).

Segundo o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB (1984), a Universidade com sua vocação natural para autonomia, expressa de forma inequívoca essa sua função social, ressaltando a intenção de participar e contribuir na e para a solução dos problemas regionais e dos de âmbito nacional, assim definindo sua missão:

Além da produção e divulgação do conhecimento, da formação de profissionais e técnicos moralmente idôneos (engenheiros, médicos, juristas, farmacêuticos, agrônomos, odontólogos, sociólogos, filósofos, etc.), devem as Universidades construir núcleos de permanente elaboração científica, que contribuam para

enriquecimento do cabedal social, aumentando o bem estar físico e engrandecendo o patrimônio moral da humanidade. Mais: hão de serem instituições acentuadamente nacionais, e até certo ponto regionais, para refletirem as características do povo que as mantém e para acudir às responsabilidades especiais no meio em que operam. (ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 1929 apud DIAS, 1984)

Na relação da Extensão Universitária com a missão social da Universidade, é apropriado salientar a obra de Delors (2001, p. 89-90), Educação: um tesouro a descobrir. A ênfase da obra é a de que “a educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto, aprender a ser”. Segundo o autor, o “aprender” está além das salas de aula, dos muros das Escolas e Universidades. Está no conhecimento do dia a dia, nas conversas, no ver o mundo com novas perspectivas. A relação ensino e aprendizagem não devem restringir-se à sala de aula, precisa ir além dos limites da Instituição de Ensino Superior - IES, ao encontro com o povo. Essa perspectiva possibilita o acesso ao saber acadêmico, quase sempre restrito a poucos.

Segundo Sousa A. (1998, p. 21), a Universidade tem um importante papel para aqueles que vivem dentro dela e para a sociedade,

Como um dos aparelhos formadores, a Universidade deve reconhecer que a educação não lhe pertence unicamente, e que seu papel é abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade. Participar desse resgate da cidadania é obrigação da academia.

Neste trabalho destacamos a relevância da Extensão Universitária como função acadêmica que permeia a interação entre ensino e pesquisa, identificando a cultura interdisciplinar como fator dessa interação. A esse respeito, nos amparamos no ponto de vista de Santomé (1998, p. 99), “Os pressupostos de interdisciplinaridade abordam o conhecimento de uma efetiva interação, inter-relação e interdependência entre as abordagens e os procedimentos dos saberes dos sujeitos de um processo”.

Sintetizando, destacamos que a missão social da Universidade se realiza através de suas funções básicas: o Ensino - produzindo e difundindo o conhecimento; a Pesquisa – como meio de ampliação e descoberta e a Extensão - como forma de envolvimento e socialização do saber a serviço do homem.

2.1 Extensão Universitária: considerações históricas

Para subsidiar a abordagem histórica da Extensão, optamos por focalizar os fatos que assinalaram o seu surgimento e expansão e o modo como é concebida por alguns autores, por instituições oficiais e representativas do segmento acadêmico.

De acordo com Fagundes (1985, p. 9) esses fatos são imprescindíveis para compreendermos a função social da IES.

A compreensão da Extensão, enquanto uma das modalidades de desincumbência do compromisso social da Universidade, passa pela compreensão histórica desta última. [...] o estudo da Universidade concreta não pode deixar, de modo algum, de levar em consideração as relações múltiplas e recíprocas entre Universidade e sociedade.

Quanto a sua historicidade, a Extensão Universitária teve origem na Europa, na Universidade de Oxford, na Inglaterra, em meados do século XIX, com a criação de trabalhos filantrópicos e com o surgimento das Universidades Populares que se irradiaram a outros países da Europa, entre eles a Espanha, onde na Universidade de Oviedo, criaram-se alianças populares, ofertando-se cursos livres e programas de difusão cultural. Posteriormente, expandiram-se pelos Estados Unidos da América – EUA e na América Latina - AL. De acordo com o modelo inglês, a ideia de Extensão Universitária foi relacionada à concepção de socialização do saber resultado da pesquisa científica com as classes menos favorecidas, com o objetivo de educá-las.

Segundo Gurgel (1986, p. 31), a partir do resultado da análise de estudos realizados se podem identificar duas vertentes que incidiram direta ou indiretamente em todas as propostas relativas à Extensão Universitária: “as Universidades Populares e o modelo de Extensão norte-americano”, as quais são caracterizadas da seguinte forma:

Assim como as Universidades Populares refletiam um desejo de aproximação com as populações na intenção de ilustrá-las, a Extensão americana, desde seus primórdios, caracterizou-se pela ideia da prestação de serviços. (GURGEL, 1986, p. 32)

O marco da Extensão norte-americana, de acordo com Linhares (1976, p. 56), “foram as leituras abertas ao público pelo *Columbia College*, em 1830.” A experiência, não obteve o êxito esperado e só no fim do século XIX, depois de ter conhecimento dos trabalhos extensionistas desenvolvidos na Inglaterra, é que as Universidades Americanas de Chicago e da Califórnia, incluíram a Extensão no planejamento de suas atividades regulares. Todavia, segundo McMannon (1970, p. 9), somente em 1914, com a promulgação da Lei Smith Lever, foi consolidado os princípios e as normas que asseguravam:

- a) Caráter cooperativo dos trabalhos realizados em articulação com o Colégio de Agricultura, o Departamento de Agricultura e os planos orçamentários feitos de comum acordo;
- b) Ação fora dos Colégios Agrícolas;
- c) Caráter educativo do trabalho;
- d) Ênfase a trabalhos práticos;
- e) Aplicação de cursos exclusivamente em trabalhos educativos;
- f) Organização, nos Colégios, de setores próprios para as práticas de ensino de Extensão.

Em síntese, a Extensão norte-americana, de acordo com McMannon (1970, p. 65), adotava duas modalidades de atuação: “a Extensão Cooperativa e a Extensão Universitária.” A Extensão Cooperativa, era realizada sob a forma de prestação de assistência técnica aos agricultores, difusão técnico-científica, promoção de cursos profissionalizantes, entre outros, pelos *Land-Grant Colleges*, que tinha o propósito de criar uma nova Universidade, capaz de dar educação liberal e prática ao próprio povo e não apenas às classes profissionais então servidas pelo saber clássico e acadêmico. Sobre este aspecto, Teixeira (1961, p. 48-60) esclarece que,

Os *Land-Grant Colleges* faziam ciência, educação pela formação do profissional e do homem comum, e difundia o conhecimento pelo mais extraordinário serviço de Extensão jamais empreendido, servindo assim à juventude, aos agricultores, à indústria, aos lares, a toda a nação.

De acordo com Rasmussen (1989, p. 25), o “Sistema Cooperativo de Extensão, ajuda as pessoas a melhorar sua vida por meio de um processo educacional que usa o conhecimento científico focado nas questões e necessidades da população”.

A modalidade de Extensão Universitária americana surgiu em 1855, através de um grupo de professores que desenvolviam trabalhos de educação de adultos. Esta se realizava com o objetivo de promover o desenvolvimento da comunidade, dentre outras formas, através de cursos por correspondência para capacitação de professores com carga horária variada e em geral, valiam como créditos acadêmicos. Porém, “foi somente a partir de 1906 que a Extensão americana passou a ter maior importância, especialmente a partir do trabalho desenvolvido pela Universidade de Wisconsin”. (GURGEL 1986, p. 61).

No continente Latino-Americano destaca-se como marco da história da Extensão Universitária, o Manifesto de Córdoba, ocorrido nesta província da Argentina, em 21 de junho de 1918, escrito por estudantes que combatiam o conservadorismo da Universidade e reivindicavam a abertura e a sensibilidade para os problemas sociais e de colonialismo vividos à época, pelos povos latino-americanos. O movimento estudantil incorporou a Extensão Universitária como uma das bandeiras de luta e, ao assumir o controle da Universidade Católica tradicional, divulgaram uma Carta Liminar que, entre outros objetivos, conforme Augusto Salazar Bondy (1978 apud BERNHEIM, 1978, p. 8) propunha: “[...] veicular la universidad com el pueblo y la vida de la nación, de donde la publicidad de los actos universitarios, la extensión cultural, las Universidades populares y la colaboración obrero-estudiantil”.

Para Bernheim (1978, p. 9), a Extensão Universitária proporcionaria ao estudante a

oportunidade de além de relacionar-se com o povo e conhecer seus problemas, retribuir através da prestação de serviços educacionais e culturais, parte dos benefícios que apenas poucos tinham acesso, muito embora, os recursos para manutenção da Universidade pública fossem pagos por toda sociedade.

Se pensaba que mediante este tipo de tareas el estudiante tendría la oportunidad no sólo de familiarizarse con los problemas de su medio y de entrar en contacto con su pueblo, sino también la ocasión de devolver a éste, em servicios, parte del beneficio que significaba pertenecer a una minoria privilegiada que tenía acceso a una educación superior pagada em última instancia, por lo esfuerzo de toda la comunidad.

Nesta perspectiva, podemos afirmar, que a Extensão é o meio através do qual as IES podem devolver à sociedade, sob forma de ensinamentos, aplicação prática de resultados de pesquisas científicas, parte dos recursos dela recebido, contribuindo, desta forma, para a elevação dos níveis de educação e cultura da comunidade.

De acordo com Ribeiro (1978, p. 122), o ideário do movimento estudantil expresso no Manifesto de Córdoba,

[...] corresponde, como era inevitável, ao momento histórico em que se desencadeou e ao contexto social Latino-Americano, no qual as elites intelectuais começavam a ter consciência do seu atraso em relação a outras nações e das responsabilidades sociais da Universidade, a exigir reformas que a tornasse mais democrática, mais eficaz e com maior atuação junto à sociedade.

Os postulantes dessa reforma vislumbraram a Extensão como meio de fortalecer a função social da Universidade, que se materializaria levando ao povo a cultura universitária e a participação na busca de soluções para os problemas nacionais.

O movimento estudantil de Córdoba fundamentou uma proposta que propiciou uma confrontação entre a Universidade, fechada em si mesma, com uma sociedade que buscava novos caminhos pela via da modernização. “A classe média emergente foi, em realidade, a protagonista do movimento no seu afã de lograr acesso à Universidade até então controlada pela velha oligarquia rural e pelo clero”. (BERNHEIN, 1978, p. 5).

E, no primeiro Congresso de Universidades Latino-Americanas, realizado na Universidade de São Carlos – Guatemala, em 1949, foi aprovada uma série de Resoluções relacionadas com a ação social da Universidade e a Extensão cultural universitária nas quais explicitavam que,

[...] la Universidad es una institución al servicio directo de la comunidad cuya asistencia se justifica en cuanto realiza una acción continua de carácter social, educativa y cultural, acercándose a todas la fuerzas vivas de la nación para estudiar sus problemas, ayudar a resolverlos y orientar adecuadamente las fuerzas colectivas. (BERNHEIM, 1978, p.6).

Essa atuação da Universidade na sociedade era realizada através de atividades tais como, cursos de alfabetização de adultos, assessoria a Sindicatos, Empresas e Programas de Difusão Cultural.

No Brasil, a primeira experiência de Extensão Universitária realizada por uma Instituição de Ensino Superior – IES foi pela Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo, onde, no período de dezembro de 1914 a junho de 1917 foram ministrados 107 cursos de curta duração sobre os mais variados temas para as classes populares. E, “mesmo sem constituir uma unidade com corpos docente e discente próprios, promoveu conferências semanais (provavelmente nas noites de segunda-feira) gratuitas, abertas a quem quisesse participar”. (CUNHA, 1978, p. 183)

Em 1921, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Larvas e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa, ambas no Estado de Minas Gerais (MG), que pautando suas ações na forma de Extensão norte-americana, de prestação de serviços, objetivando levar assistência técnica a agricultores no meio rural, ofereceram cursos, seminários, semanas de estudo e divulgaram resultados de pesquisas científicas.

Influenciou significativamente a história da Extensão Universitária no Brasil, o movimento estudantil iniciado nos anos de 1938, com a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE. Inspirados no Movimento de Córdoba, os universitários brasileiros empunharam uma bandeira de luta por um “Projeto de Reforma Universitária”, que promovesse a integração da Universidade com a comunidade, elegendo a “Extensão” como prioridade da educação superior.

Há que se destacar que uma das mais importantes indicações da Comissão de Planejamento da UNE, se relaciona à “Extensão Universitária” que propunha a realização de “Seminários Anuais de Professores”, objetivando:

- a) Uma tomada de posição em face dos princípios fundamentais que devem nortear as Universidades do Nordeste subdesenvolvido, na era tecnológica; b) Estabelecer um planejamento por um período a determinar, visando o desenvolvimento da região, através das três atividades primordiais da Universidade: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. (UNE, 1961, p. 6).

De acordo com Gurgel (1986, p. 49), “as diretrizes da reforma proposta pela UNE, destacam a necessidade de uma maior democratização do ensino, possibilitando o acesso das populações à educação em todos os graus”. Trata com bastante ênfase sobre a relação Universidade e sociedade, explicitando as formas de Extensão que deveriam ser processadas:

- b) Abrir a Universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de Cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos como organizadores (ou as

- próprias Faculdades) de Cursos de Alfabetização de adultos (ao alcance de qualquer Faculdade), e cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito;
- c) Colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas), etc.[...]
 - d) Colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas demográficas, etc. Isto pode ser realizado, como trabalho curricular no período de férias. (UNE, 1961, p. 26-27).

Paralelamente a ação da UNE, outras atividades podem ser caracterizadas como Extensão Universitária. As que assumiram maior dimensão foram: “o Movimento de Cultural Popular (MCP), a Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná e o Centro Popular de Cultura (CPC)” (GURGEL, 1986, p. 55)

O Movimento de Cultural Popular – MCP e o Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), surgiram em 1960, como órgãos da Prefeitura do Recife. Mesmo unindo-se ao Estado, a Universidade desenvolveu um Projeto cujo objetivo era elevar o nível cultural e político da classe dominada, preparando-a para a luta social.

Os trabalhos promovidos pelo MCP e SEC, eram na linha de alfabetização de adultos, com a participação de Paulo Freire, que à época lançou as bases do Método “Paulo Freire”¹⁹.

“As experiências eram apresentadas pelo Rádio e Núcleos de Cultura com a pretensão de vir a ser uma Universidade Popular”. (GURGEL, 1986, p. 57).

A Universidade Volante, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criada em 1961, foi outra das experiências surgidas por influência das Universidades Populares. O Projeto pretendia levar a regiões como Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá, dentre outras, cursos para médicos, professores, advogados, e de arte culinária para domésticas. Como atividades relacionadas com o meio, procurou identificar problemas que a Universidade pudesse ajudar nas soluções. Entretanto, por falta de recursos financeiros, encerrou suas atividades em 1970. (GURGEL, 1986, p. 59).

O Centro Popular de Cultura - CPC surgiu no Rio de Janeiro, em 1962, por iniciativa de estudantes, com o apoio de intelectuais e artistas, que tentavam levar a Universidade às classes populares. A forma de expressão do CPC era através de apresentação de peças teatrais

¹⁹ O **Método Paulo Freire** - consiste numa proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador Paulo Freire. Foi criado em 1962, quando exercia o cargo de Diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife. O método foi aplicado na cidade de Angicos – RN, cuja experiência pioneira alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias, com 40 horas/aula, sem utilização de Cartilha.

nas Praças, pontos de ônibus e portas de Fábricas, retratando como conteúdo, os acontecimentos conforme a realidade local.

Segundo Poerner (1979, p. 199), afora a atuação do CPC,

A UNE canalizava energias estudantis para a participação em massa nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, levadas a efeito pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, sob a orientação do Ministro Wilson Fadul. Tais campanhas sanitárias propiciavam contatos mais estreitos entre os universitários e as populações rurais – o estudante via, afinal, o camponês de que tanto falava e ouvia falar nos comícios, sobretudo nos Estados do Rio e Pernambuco.

Os estudantes brasileiros liderados pela UNE, tornaram-se mensageiros ideológicos de uma luta de classe a favor dos menos favorecidos economicamente e de uma Universidade democrática a serviço do povo. Isto para o Governo Militar representou uma ameaça à Segurança Nacional, tendo em vista que a contestação ao regime autoritário caracterizou-se como atividade política. A reação do governo foi imediata. Através da Lei nº 4.464/64, de 09.11.1964, extinguiu a UNE. Entretanto, a mobilização dos estudantes liderados pela UNE em prol da reforma do ensino superior e pela Extensão Universitária não foi em vão, como a história pode comprovar, “a reforma” ocorreu em 28 de novembro de 1968 e a Extensão foi institucionalizada no Art. 40 da Lei nº 5.540/68, de 28.11.1968 – Lei da Reforma Universitária.

No Maranhão, a Extensão Universitária, teve início como na maioria dos Estados brasileiros, através das Universidades Populares. Segundo o Jornal “O Diário do Maranhão” (1906, p. 3), “A Universidade Popular do Maranhão (UPMA) data de 1906 e funcionava nas noites de terça-feira, visando colocar o conhecimento científico e literário ao alcance de todos”.

Posteriormente, a Universidade Católica do Maranhão, criada em 1958, por iniciativa da Igreja Católica, através da Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS, sob a liderança de Dom José de Medeiros Delgado²⁰, tendo como base a concepção orgânica de Universidade desenvolvida, se configurava como, “Uma proposta de ensino voltada para a práxis deveria, sobretudo preparar para a vida, intensificando linhas de ação na área de educação de adultos, Extensão envolvendo sempre a comunidade em suas realizações” (SOARES, 1984, p. 13).

Nesta perspectiva, as ações educativas visando o combate ao analfabetismo e propiciar o desenvolvimento econômico e social, em especial das comunidades rurais, foram

²⁰ Dom José de Medeiros Delgado. Foi Arcebispo Metropolitano de São Luís, Presidente da Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS e criador da Universidade Católica do Maranhão.

realizadas pela Rádio Educadora Rural (REMAR), a implantação de Escolas Radiofônicas nas áreas próximas aos campos agrícolas, visando levar a educação às regiões mais distantes do continente, cuja programação era voltada para a educação do homem do campo, possibilitando desta forma via Extensão, efetivar a relação Universidade e comunidade.

2.2 Extensão Universitária: concepções teóricas e legais

Neste item fazemos um percurso sobre a conceituação de Extensão Universitária expressa por autores e instituições públicas as quais consideramos importantes para melhor compreensão desta importante função social da Universidade.

Sobre o conceito de Extensão “nunca houve unanimidade no Brasil, como também não há definições consagradas por todos do que é ensino e do que é pesquisa.” (VANNUCCHI, 2004, p. 59).

Segundo Sousa. J. (1986, p. 14),

[...] para conceituar Extensão, é necessário compreender que a mesma é um ato político. Político em sua significação etimológica: de *polis* (cidade, em grego), correspondente ao latino *communitas*. A ação da Universidade, então, destina-se à comunidade – *polis* e a *communitas* - através de um caminho que pode ser a Extensão.

A Extensão, mesmo sendo um ato político, deve ter caráter educacional como prática social da Universidade. A ação extensionista se constituirá na ação política fora da Universidade, através de Projetos de comunicação de conhecimento, da construção da consciência comum da Universidade e da comunidade, em prol de melhores condições de vida para a população, diferenciando-se de empreendimentos governamentais assistencialistas.

Segundo Faria (2001, p. 179), o processo de construção conceitual de Extensão, compreende três núcleos, relacionados à sua própria historicidade:

- a) Conceitos voltados para as áreas de atuação da Extensão, que a vinculam aos processos culturais e/ou educativos e/ou científicos (Núcleo Funcional): Extensão [...] é o processo educativo, cultural e científico;
- b) Conceitos voltados para a Extensão como atividade acadêmica relacionada com o Ensino e a Pesquisa (Núcleo Acadêmico) Extensão [...] é o processo que articula o Ensino e a Pesquisa;
- c) Conceitos voltados para a interação Universidade e sociedade (Núcleo Social) Extensão [...] é integração da Universidade com a sociedade; processo de mão

dupla entre Universidade-sociedade.

A Extensão, historicamente tem permeado essas conceituações: como processo acadêmico, com funcionalidade típica do trabalho universitário aplicado às áreas do conhecimento, multidisciplinar e com implicações sociais. Em síntese, reflete, segundo sua atuação, “disseminando o conhecimento das ciências, da cultura e das artes (funcional) passou pela especialização oriunda das atividades de ensino e pesquisa (acadêmica) e buscou a integração com a comunidade (social)”. (FARIA, 2001, p. 179).

Para Gurgel (1986, p 170), Extensão Universitária é,

Uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária e tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da Universidade com seu meio, possibilitando assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da Universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes.

De acordo com a explicitação de Gurgel (1986), cabe à Universidade, enquanto produtora do saber de nível superior, estabelecer a ligação com a comunidade através da socialização do conhecimento acadêmico, ou seja, os conteúdos trabalhados em sala de aula (ensino) e a investigação científica (pesquisa) devem ser compartilhados com a sociedade, tornando essa relação uma prestação de serviços à população como meio de inclusão, propiciando desta forma, o acesso ao conhecimento numa perspectiva emancipatória e de crescimento social.

Segundo Vaz (1977, p. 451), o espírito universitário norteador da ação caracteriza-se pela unidade e interpretação de setores, como imprescindíveis à promoção do bem estar social, defende o não isolamento das partes da Instituição. Propõe o autor, o desdobramento do objeto da Universidade, em outras palavras, o esquema de atividades para que ela se realize plenamente:

1. Transmissão de conhecimentos, pelos meios mais eficazes;
2. Geração de novos conhecimentos, não apenas no sentido restrito aos campos científicos e filosóficos;
3. Prestação de serviços à comunidade. Quanto ao terceiro item, alude aos serviços indiretos relativos à formação de quadros profissionais em todos os campos, e também aos serviços diretos que os Departamentos e Centros Acadêmicos devem levar concretamente à comunidade.

Para o autor supracitado, a Universidade deve socializar com a comunidade: os conhecimentos adquiridos através do ensino; as produções científicas frutos da pesquisa; a prestação de serviços indiretos que visem à formação profissional, bem como serviços diretos de cunho científicos produzidos pelos Departamentos Acadêmicos, objetivando a elevação do

nível cultural da comunidade.

Importante contribuição teórico-conceitual à Extensão foi dada por Rodolph Atcon²¹. Sua concepção em relação à organização e estruturação da Universidade brasileira situa a Extensão como função relevante, “devendo permear todos os níveis da instituição de ensino superior, através de múltiplas atividades culturais e científicas”. (ATCON, 1980, p. 13).

Para Atcon, a Universidade deveria ser uma instituição de caráter integral, com ações desenvolvidas de forma articulada à Extensão, ensino e pesquisa, em estreita relação com a comunidade.

Em termos institucionais o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através de seu Plano de Trabalho de Extensão Universitária – PNEXT destaca como componentes básicos para o cumprimento do papel social das Universidades o ensino e a pesquisa, todavia, reconhece que não são suficiente para o sucesso de sua missão, o outro elemento que possibilita a integração Universidade e comunidade numa perspectiva curricular (visão aberta de educação) reciprocamente transformadora é a Extensão assim conceituada:

A Extensão Universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo o influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. A Extensão da Universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida ou exigências de ordem estratégicas. (MEC/DAU, 1975, p. 116).

O Plano de Trabalho, além de representar um avanço conceitual de Extensão Universitária, se constituiu um importante marco político para o MEC, pelo fato de assumir a tarefa de propor a política de Extensão para as Universidades brasileiras, definindo a forma como a Extensão se processaria: através de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, dentre outros. Nele, a Extensão Universitária é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre Universidade e sociedade, com oportunidade de troca de saberes. Nesta perspectiva, a concepção de Extensão, se diferencia da assistencialista, continuando, entretanto, a priorizar a comunidade carente como foco da atenção, no sentido de potencializar a sua organização política, autonomia e emancipação.

Com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, em 1987, houve um avanço na conceituação da Extensão Universitária, que é inserida no plano institucional e na proposta pedagógica. Passa a ser

²¹ Rodolph P. Atcon foi o responsável pela constituição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, em 1965, do qual foi o primeiro Secretário Executivo no período compreendido entre 1965-1968.

reconhecida como elemento do processo acadêmico global, que envolve o Ensino e a Pesquisa, dando destaque à interdisciplinaridade com a integração de áreas distintas do conhecimento.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEXT, 2001, p. 2), elaborado pelo FORPROEX conceitua a Extensão como:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

O Plano Nacional de Extensão Universitária – PNEXT (2001) definiu as seguintes diretrizes para o desenvolvimento das ações de Extensão:

- I – A relação entre a Universidade e a sociedade deve ser um instrumento de mudança em busca da melhoria da qualidade de vida e da superação de desigualdade e exclusão social;
- II – A Interdisciplinaridade, caracterizada como a interação de modelos e conceitos, de metodologias e práticas de diferentes disciplinas, buscando uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho dos atores do processo de Extensão, se impõe como diretriz básica desse processo. Desta forma, a prática da interdisciplinaridade e da interação de futuros profissionais das diversas áreas do conhecimento com a sociedade, conduz a interprofissionalidade.

Para o FORPROEX, a concepção de Extensão Universitária, concebida como prática social da Universidade com as classes populares seria um trabalho interdisciplinar num processo de interação com a comunidade, articulado com o ensino e a pesquisa, assegurando o retorno à Universidade do conhecimento científico enriquecido com o saber empírico.

A interdisciplinaridade é assim, recomendada pelo Fórum como meta a ser buscada em todo o trabalho acadêmico possibilitando, além da integração de áreas distintas do conhecimento, uma visão integrada do social.

A educação trabalhada a partir dos conceitos extensionistas tem um enfoque maior e mais significativo do que a mera formação técnica para atender demandas de mercado. O

objetivo da educação é contribuir para a formação humana numa perspectiva de transformação e emancipação, primando pela democratização do acesso à educação e a consequente inclusão social.

Quanto à institucionalização da Extensão no âmbito da legislação, esta tem início com o Decreto-Lei nº. 19.851/31, de 11.04.1931, que institui o Estatuto da Universidade Brasileira, no qual se verifica a primeira referência legal à Extensão – Art. 35, alínea f, “cursos de Extensão Universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários”. A produção científica, fruto da pesquisa, deveria ser socializada coletivamente como meio de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária. Segundo Fávero (2000, p. 176), o art. 42, e os parágrafos § 1º e § 2º, normatizam a operacionalização da Extensão Universitária:

Art. 42. A Extensão Universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos Institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º. Os Cursos e Conferências, de que trata esse artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideais e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º. Estes Cursos e Conferências poderão ser realizados por qualquer Instituto Universitário em outros Institutos de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

Verificamos nesse preceito legal três aspectos fundamentais para efetivação da prática da Extensão, são eles:

- I – O discurso oficial admitindo a institucionalização da Extensão no ambiente acadêmico através de cursos e conferências, desde que previamente aprovados pelos Conselhos Universitários - CONSUN;
- II – Os cursos e conferências deveriam ter por finalidade a difusão dos conhecimentos com vistas à solução de problemas sociais e assegurar os superiores interesses nacionais;
- III – A flexibilidade aos Institutos em todos os níveis de realização dos cursos e conferências desde que fossem acessíveis a todos.

O aspecto negativo desta perspectiva, segundo Fávero (2000, p. 123), é que ao admitir a ideia de Extensão como meio para “dilatar os benefícios da atmosfera universitária, [...] e dar maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias [...]”, passa uma concepção assistencialista de Extensão através da prestação de serviços à comunidade. “Entretanto, na relação Universidade e sociedade se constitui uma via de mão única”. Esta perspectiva contraria a essência fundamental da Extensão que é a de propiciar a interação

entre Universidade e sociedade através dos saberes acadêmico e popular, como via de mão dupla.

A Lei Básica da Reforma Universitária nº 5.540/68, de 28.11.1968, Art. 40, alínea a, estabelece a Extensão Universitária nos seguintes termos:

As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de Extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

A Lei em referência estabelece a Extensão como uma das funções da Universidade e mantém a mesma filosofia que historicamente influenciaram as vertentes europeia e americana do início do século, com ênfase na realização de cursos e conferências e na prestação de serviços respectivamente.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, de 20.12.1996, Art. 43, VII, explicita a forma como a Extensão seria implementada e descreve seu objetivo, “Promover a Extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Ainda no mesmo Capítulo, o artigo 44, enuncia que “a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: IV – de Extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”. (LDB – Lei nº 9.394/96).

A LDB supracitada destaca que a Extensão Universitária, possibilita aos universitários, aos professores, e à comunidade um aprendizado acadêmico em base científica e tecnológica, via interface de saberes – o científico e o popular – através dos quais a vida ganha novos ares e novas cores, os da realidade e da vivência. Em suma, a educação trabalhada a partir dos conceitos extensionistas com enfoque maior e mais significativo do que a formação técnica para suprir demandas de mercado. Entretanto, o que está em pauta é a formação plena do educando.

A Extensão Universitária é também institucionalizada como prática acadêmica, na Constituição Federal de 1988, de forma indissociável do Ensino e da Pesquisa, com vistas à promoção dos valores democráticos e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, política e social. “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1988. ART. 207)”.

Ao mesmo tempo em que historicamente ocorrem avanços em termos de institucionalização e prática da Extensão Universitária, percebemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, face aos desafios das metas que se pretende alcançar no contexto nacional, assim como no âmbito das próprias Instituições de Ensino Superior – IES e da sociedade.

A concepção crítica apresenta “novos conceitos de Extensão”, formalizados por autores de reconhecido conhecimento sobre a temática. Neles, a Extensão está intrinsecamente ligada ao ensino e à pesquisa, é sua essência, sua característica básica, apenas efetivando-se por meio dessas funções. Estabelece que o ensino e a pesquisa sejam comprometidos com a realidade, que o conhecimento produzido e transmitido seja inserido e contextualizado nesta realidade.

De acordo com Saviani (1981, p. 62),

A função da Extensão deveria significar a articulação da Universidade com a Sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando se formar numa determinada profissão. Ao contrário, cabe à Universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade.

Para o autor, a Universidade cumpriria seu papel social se devolvesse à sociedade que a mantém, em especial aos mais necessitados, dos quais proporcionalmente mais exige, os conhecimentos produzidos via ensino e pesquisa através da Extensão, não como favor, mais por dever. “A Extensão não pode ser vista como algo caritativo, mas como uma obrigação, e tem que ser desenvolvida em caráter permanente em atendimento às exigências da classe menos favorecida”. (SAVIANI, 1981, p. 73).

Entretanto, de acordo com Freire (1985, p. 22), a Extensão assumiu ao longo da história um caráter de “invasão cultural”, de atitude pouco favorável ao diálogo, indicando a ação de atender a alguma coisa e alguém que recebe. Indica que, assim concebido o conceito de Extensão, se relaciona com “transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação”. E mais, todos esses termos envolvem ações que, transformando o homem em coisa, o negam como: “um ser de transformação do mundo; a formação e a constituição do conhecimento autêntico. Além de negar, a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações”. Segundo ele, poder-se-ia dizer que “Extensão não é isto; que a Extensão é educativa”.

As análises de Freire levam à proposição de substituição deste conceito de Extensão

impregnado de valores autoritários (funcionalista) por outro que pressupõe o diálogo, a comunicação e não teria as características de tender à dominação e à educação bancária. Assim, o contato com a realidade proporcionado pelas ações extensionistas para o pesquisador implica ir além da propositura da educação bancária que se resume ao ato de transmitir e receber, exigindo uma intervenção social, uma produção de conhecimento que envolva um saber coletivo, uma prática social, um compromisso entre educador e educando.

Para cumprir sua função social a Universidade deve permitir ao sujeito que dela participa segundo Vannucchi (2004, p. 60-61), uma dinâmica ativa, em que o conhecimento que emerge do ensino e da pesquisa seja de tal maneira reflexiva e interativa com o seu meio e que proporcione,

[...] a abertura da Universidade para além dos seus próprios muros significa, sem dúvida, a entrada facilitada e desejada dos saberes do povo no seio da vida acadêmica, numa fecunda circulação de acervos comunicantes, todos convergindo para a produção do conhecimento de significação geral. [...] a Extensão tem que ser expressão viva do pensar, do fazer e do agir de professores e alunos, estimulados e desafiados pela realidade do meio em que vivem, para aprenderem a aprender com a sociedade, na investigação da verdade, na busca partilhada de soluções dos problemas coletivos e na construção consciente de uma vida digna para todos.

A visão que se questiona sobre o papel da Extensão nessa relação de sujeito e Universidade a partir das contribuições de Freire (1985) e Vannucchi (2004) propõe uma Extensão que deixa de lado a posição de autoritária, dominadora e depositária de conhecimento, para um encontro com as aspirações do sujeito, que se transforma e é capaz de transformar a Universidade, à medida que esta promova ações extensionistas que corroborem para formação do pensamento numa linha educativa, crítica-reflexiva e emancipatória.

A função da Extensão Universitária, não deveria, portanto, ultrapassar o limite da ciência técnica e pragmática, da contradição teoria e prática, das ações assistencialistas desinteressadas, da visão ingênua de sujeito como objeto a ser manipulado, mas sim, encaminhar o processo educativo como uma prática social, em que as dimensões político-social-humana estejam presentes na formação dos sujeitos concebidos como seres históricos.

Assim, de acordo com os conceitos acima explicitados por autores e instituições públicas, ao longo da história das Universidades brasileiras, a Extensão Universitária foi conceituada de várias formas. Entretanto, existe consenso quanto a sua finalidade, que é de promover a integração sociocultural de estudantes e professores com a população diretamente envolvida com a prática comunitária na busca de soluções para os problemas comuns.

A história do extensionismo brasileiro é assinalada por programas de reconhecida relevância como o do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária -

CRUTAC, idealizado pelo Prof. Onofre Lopes, então Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

2.2.1 O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC

Para superar o subdesenvolvimento das áreas interioranas, em especial, do Nordeste brasileiro, o criador do CRUTAC, Prof. Onofre Lopes, defendia a ideia de que,

A Universidade de hoje deve ser extensionista, ligada ao povo, aos seus problemas e aos seus destinos. Nesta perspectiva, portanto, é indispensável trabalho interdisciplinar de todas as atividades humanas visando à globalidade dos níveis de conhecimento que fazem do homem degraus da grande escalada para o progresso. (LOPES, 1972, p. 20-21)

A proposta acima explicitada segundo Lopes (1972, p. 9) deveria caracterizar uma Universidade a serviço do seu povo, sobretudo do homem rural, tradicionalmente excluído de quaisquer políticas públicas. E acrescenta: “Urge, portanto, preparar os jovens profissionais para a vivência do problema rural, criando condições para a integração necessária”.

O processo interdisciplinar se configura quando o conhecimento científico passa a ser compartilhado com outras áreas do conhecimento. Ou seja, nesse processo cada especialista em sua determinada área, deve vincular seus conhecimentos aos conhecimentos de outros especialistas.

O prefixo ‘inter’ não indica apenas uma pluralidade, uma justaposição; ele evoca um espaço comum, um fator de coesão entre saberes diferente. Enquanto o sufixo ‘disciplinar’ será sempre relativo ao campo dos saberes, e ‘profissional’ ao das equipes e seus serviços. (GUSDORF, 1985, p. 8).

A interdisciplinaridade aponta, pois para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador com as disciplinas de um currículo, para que os alunos aprendam a olhar o mesmo objeto sob perspectivas diferente.

Sobre este aspecto,

O treinamento interprofissional leva a uma integração no sentido de trabalhar na solução dos mesmos problemas, na interpretação da realidade, na superação de bloqueios e na capacidade de compreensão da significação de outras profissões (GURGEL, 1974, p. 6).

Nesta perspectiva, Santomé (1998, p. 99) salienta que,

É a cooperação recíproca entre várias disciplinas, provocando um intercâmbio real e resultando em enriquecimento mútuo. É cada especialista procurando não só instruir os outros, mas também ser instruído, em prol de um debate, de um diálogo verdadeiro e eficaz.

A interação e integração interdisciplinar de estudantes de cursos das diversas áreas das ciências, engajados ao processo de Extensão Universitária através do estágio curricular prestado no CRUTAC, propiciava o enriquecimento da experiência profissional numa estreita relação com a população das áreas onde os Projetos de Ação eram desenvolvidos, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento comunitário.

O CRUTAC, segundo sua Personalidade Original (1971, p. 1)²² possibilitaria à Universidade tornar prática a sua missão de produção e socialização do saber acadêmico integrado ao meio, caracterizado por sua definição, objetivos e função da seguinte forma:

- Definido como um Programa que promoveria a interiorização da Universidade através da realização de estágio de universitários, tendo como filosofia de atuação a Ação Comunitária - AC em bases interdisciplinares;
- Uma experiência acadêmica instituída com os seguintes objetivos:
 - a) A integração das práticas universitárias às condições e exigências das áreas interioranas em função do desenvolvimento regional;
 - b) A promoção de ações sociais em parceria com as instituições públicas e privadas, visando o treinamento de estudantes e a prestação de serviços às comunidades da área de treinamento.
- Com uma função educadora e conscientizadora.

Com este perfil, o CRUTAC foi criado como um Programa de treinamento universitário pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – URFN.

O cenário que serviu de base no Estado do Rio Grande do Norte – RN para a criação do CRUTAC é logicamente muito vasto e assinalado por inúmeros fatores de ordem política e social vivenciados à época de sua criação. Nesse trabalho, destacamos alguns aspectos que consideramos indispensáveis para fundamentar o objeto de estudo em questão. Nesta perspectiva, nos propomos a seguir: analisar sucintamente o contexto político-social vivido no país na década de 1960, em especial no pós -1964, por grupos representativos da sociedade que contribuíram para formatação de um programa que atendesse aos interesses do governo no enfrentamento da crise institucional; explicitar fatores da crise econômica, social e política do país, em especial no Nordeste brasileiro, que motivaram sua criação no Estado potiguar.

Gómez (1984, p. 197) descreve sucintamente, alguns fatores que assinalaram o contexto social brasileiro a partir da década de 1950, que influenciaram diretamente no

²² CRUTAC, Sua Personalidade Original – Documento elaborado pela Equipe Central do CRUTAC/RN. Imprensa Universitária – Natal, (1971, p. 1).

surgimento do Programa do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC:

No fim do Governo Juscelino Kubitschek, o país ao mesmo tempo em que despertava com entusiasmo para descobrir suas potencialidades, abria-se cada vez mais ao capital estrangeiro, fortalecia um desenvolvimento dependente e associado e o próprio modelo econômico distanciava o máximo por esses elementos, já mostrava sinais de rupturas graves.

Nessa época, segundo Perani (1983, p. 54), os setores dominantes procuravam na esfera econômica, uma política de modernização do sistema capitalista através de medidas que promovessem o desenvolvimento sem diminuir a popularidade do governo. Sobre esse aspecto esclarece que,

[...] tal populismo engendrou mecanismos populares em cujas bases deram com um fortalecimento progressivo de setores que se expressavam através dos movimentos de cultura popular, educação popular ou de formas novas de organização com as ligas camponesas.

O quadro conjuntural brasileiro pós 1964, se apresentava de forma complexa. Ao mesmo tempo em que buscava com otimismo identificar suas possibilidades de crescimento, recorria com maior intensidade ao capital estrangeiro para assegurar condições de implementar o desenvolvimento nacional, aumentando por outro lado, sua dependência dentre outras formas, através do modelo econômico imposto pelos financiadores que penalizavam impiedosamente a classe trabalhadora. Concomitantemente, o Nordeste brasileiro sofria os efeitos da crise econômica e social em virtude da seca sem precedente ocorrida no final da década de 1950. Como resposta aos desafios da região nordestina, o Governo cria, em 1969, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional.

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil passou por um período de grande efervescência sociopolítica e educacional. Nessa época, surgiram Movimentos Sociais de Cultura Popular (MSCP), instituições voltadas para a educação de base e formas novas de organização como as Ligas Camponesas, que davam significativos sinais de avanços no processo político. Nesse contexto, o processo de politização e conscientização alcança os trabalhadores, estudantes e intelectuais. Deu-se um salto de qualidade na forma como se concebia as Instituições de Ensino Superior - IES, com ênfase para a visão de educação como prática de liberdade questionando a concepção de educação na sociedade.

Para conter o crescimento de organização política de vários segmentos da sociedade civil, o Governo Militar reprimiu vários desses movimentos e decretou a extinção de instituições e organizações populares com o objetivo de evitar conflitos sociais e políticos.

Como forma de neutralizar a ação reivindicatória dos movimentos representativos da comunidade, o governo implantou serviços de infraestrutura, educação, saúde e dispensou grande apoio a projetos de ação comunitária, delegando à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a responsabilidade de implementá-los na região Nordeste do Brasil.

A partir de 1966, com a criação de Programas de Extensão, segundo Melo, (1984, p. 45):

A presença da Universidade, junto às classes populares, ao lado de outras instituições criadas na Região Nordeste, constitui um modo de sufocar os movimentos sociais que pudessem ser desencadeados em face de grandes problemas econômicos e políticos existentes na região.

O Governo Militar impunha às ações extensionistas desenvolvidas pelas Universidades brasileiras, um caráter meramente assistencialista, cerceando toda e qualquer possibilidade de desenvolver atividades acadêmicas que contribuíssem para o surgimento do pensamento crítico, capaz de questionar e transformar a realidade social que imperava no país. Nesta época, algumas Universidades desenvolviam trabalhos de cunho extensionista junto a entidades de classes, segundo o modelo de desenvolvimento postulado pela SUDENE, que tinha por objetivo desestimular a ação dessas entidades junto à população e desta forma, “[...] encontrar formas organizativas de caráter aparentemente aclassista, e apolítico, capazes de esterilizar qualquer ação subversiva de ameaça ao novo sistema de poder”. (AMMANN, 2003, p. 146).

Nesta perspectiva, se verificou na segunda metade da década de 1960, o crescente interesse do Governo Militar pela Extensão Universitária com o objetivo de promover o assistencialismo, fomentar junto as camadas populares atitudes em defesa da ordem política e econômica e envolver a população no processo de desenvolvimento. À luz dessas considerações, se percebe que a preocupação em contribuir para o desenvolvimento era acompanhada do desejo de evitar conflitos sociais e políticos.

A ideia de criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, pelo então Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Prof. Onofre Lopes “foi inspirada no Grupo norte-americano Voluntários da Paz, que desenvolvia trabalhos assistenciais no Brasil e em outras nações do mundo subdesenvolvidas”. (SALLES, 1986, p. 61-63).

Para sua criação teve o apoio, não apenas do governo brasileiro, mas de Universidades nos Estados Unidos da América - EUA, chegando a ser convidado pelo Departamento de Estado do governo americano, em Washington, DC, para apresentar o

Programa, recebendo do mesmo grande estímulo.

Assim, sob a égide da integração e do desenvolvimento, segundo Lopes (1972, p. 5) “Foi inspirado no desejo de construir-se em unidade de trabalho de jovens universitários a serviço da promoção do homem rural e do desenvolvimento integrado da Nação”, foi criado o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC²³, com o seguinte objetivo: “A formação de profissionais adequados às exigências das áreas interioranas do Brasil e, como consequência lógica, a promoção e benefícios para as populações rurais” (LOPES, 1972, p. 81-82).

O CRUTAC, segundo Rodrigues, I. (1966), foi fundamentado em postulados funcionalistas e a execução de seu projeto foi norteadada pela metodologia do Desenvolvimento de Comunidade – DC, cuja evolução no Brasil, foi marcada por quatro fases:

1. Ligada às experiências de DC no início de sua implantação;
2. Implementação de programas em comunidades rurais, visando propiciar a melhoria de suas condições de vida;
3. Definida por uma transição numa ótica de reconhecimento da necessidade de abranger os problemas estruturais;
4. Apresenta-se com esforços sistematizados de elaboração técnica, enfatizando a perspectiva de DC como propulsor, acelerador, criar mecanismos de participação popular.

Cumprir evidenciar que na sua ideologia oficial se fazia presente o humanitarismo e o entusiasmo pela educação. Nesse sentido, vale lembrar que, dentre seus objetivos, expresso em seu Regimento Interno²⁴, o CRUTAC visava “promover, estimular por todos os meios a educação do homem de modo a imprimir-lhe o senso de responsabilidade, amor ao trabalho e dedicação a seus semelhantes”. (REGIMENTO INTERNO DO CRUTAC-RN, ART. 1º, ALÍNEA N).

Sua função, segundo suas Diretrizes Gerais, seria, antes de tudo, educadora e conscientizadora. Entretanto, na prática, o Programa do CRUTAC não funcionou de acordo com o postulado, desenvolvendo suas ações em grande escala na linha de prestação de serviços a comunidade de forma assistencialista. E, da mesma forma que o Governo Civil-militar, os Governos municipais o utilizaram com objetivos políticos para prestar tão somente, assistência de forma paternalista às populações carentes dos municípios onde atuavam. Neste aspecto, segundo Fagundes (1985, p. 81), “[...] a Extensão tem contribuído mais para mascarar a realidade, legitimando-a, do que para desenvolvê-la, transformando-a”.

²³ O CRUTAC foi institucionalizado legalmente através da Resolução do Conselho Universitário – CONSUN da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, nº 57/65-U, de 22.12.1965.

²⁴ O Regimento Interno do CRUTAC foi instituído através da Resolução nº 44/66-U, de 23.06.1966, do Conselho Universitário – CONSUN, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN.

Muito embora a versão oficial dos objetivos que embasaram a criação do CRUTAC/RN, não revele, a história apresenta fatos que asseguram que sua criação não ocorreu apenas em função do idealismo do Professor Onofre Lopes. Segundo Germano²⁵ (1993, p. 138), o Programa se relacionava com as disputas pelo poder que envolvem o cotidiano da política local:

Além do controle político e ideológico dos estudantes e das comunidades, conforme os ditames “revolucionários”, o CRUTAC – no caso do Rio Grande do Norte – foi, também, fruto das disputas interoligárquicas existentes na política potiguar. Em meados dos anos 1960, uma facção oligárquica ocupava o Governo do Estado (forças ligadas a Aluísio Alves), enquanto outra detinha a direção da UFRN (forças vinculadas a Dinarte Mariz). A criação do CRUTAC, portanto, foi uma fórmula encontrada pela facção que se encontrava à frente da Universidade, de contrabalançar a ação da facção governante, mediante uma expansão dos serviços médicos, assistenciais e educacionais da UFRN, para certas áreas do interior do Estado. Isso foi possível, graças à estreita relação existente entre Dinarte Mariz e o Governo da “Revolução” que, dessa forma, contribuía para desgastar a outra facção oligárquica.

Os fatos que assinalaram o momento histórico da criação do CRUTAC no Rio Grande do Norte expressam a outra vertente que motivou sua criação “as disputas interoligárquicas existentes na política potiguar”. Segundo Germano (1993, p. 138), o fato é que o CRUTAC/RN, criado em 1966, foi adotado pela Junta Militar, que naquele momento, controlava o poder da ditadura Civil-militar.

Para Salles (1986, p. 115), ao referir-se ao “controle político-ideológico” imposto pela ditadura Civil-militar,

[...] no seu discurso, a Universidade – CRUTAC propõe a transformação total das comunidades rurais. Entretanto, pode-se tentar encontrar algumas razões para justificar a sua verdadeira intenção. Inicialmente faz sentido [...] a preocupação da Universidade em integrar-se nas comunidades rurais, onde a mesma teria possibilidade de cooptar com os governos no sentido de ser um dos instrumentos, ou mesmo, mais uma força ativa no combate à subversão. [...] Não foi sem razão que o CRUTAC surgiu e se propagou no auge dos momentos de repressão e controle da Universidade brasileira, endossando as propostas políticas, sociais, econômicas e culturais após o golpe de 1964.

Nesta conjuntura, se percebe claramente que o CRUTAC foi utilizado pelo governo militar, para dentre outras finalidades, direcionar o processo educacional brasileiro para o controle dos movimentos estudantis e sociais, sob a alegação de promover a segurança nacional. Na ótica de Paiva (1973, p. 6),

[...] o CRUTAC ao desenvolver ações educativas, sobretudo assistenciais, visou eliminar as causas do alto potencial subversivo no Nordeste e formar nas massas

²⁵ José Wilington Germano. Foi estagiário do CRUTAC/RN, na condição de aluno de Sociologia Política da Fundação José Augusto.

atitudes favoráveis à ordem econômica do País e ao desenvolvimento dentro dessa ordem.

Neste sentido, o envolvimento dos estudantes em ações extensionistas, representou uma forma de afastá-los da atuação política, sem, contudo, retirá-los do contato com o povo. Essa medida preventiva e coercitiva da ditadura militar foi um artifício para silenciar a voz de estudantes que se manifestavam contrários ao cerceamento da liberdade de expressão e dos ideais democráticos. Mas, de acordo com Rodrigues (1982, p. 27), “o silêncio não significa ausência de antagonismos nem o congelamento do desenvolvimento das contradições”. A mais forte associação entre Extensão Universitária e a doutrina da segurança nacional é encontrada na apresentação do livro do Professor Antonio Olindo Toaldo: “Extensão Universitária: a dimensão humana da Universidade”. Segundo ele, a Extensão Universitária seria o meio de fortalecimento do poder nacional, chegando mesmo a afirmar que sua validade “abrange o ensino, o desenvolvimento e a segurança nacional”. E, sintetizando, declara: “Extensão Universitária é o sinônimo de dinamismo e consciência patriótica das Universidades modernas” (TOALDO, 1977, p. 15).

Ressaltamos ainda, outro aspecto que consideramos da maior importância, o que diz respeito ao apoio financeiro e técnico de Agências Internacionais para o Programa de Extensão Universitária Brasileiro. O CRUTAC/RN, embrião de todos os CRUTACs, que é contemporâneo desse universo ideológico, tendo em vista que, para viabilizá-lo, seu idealizador, não apenas o apresentou a Universidades americanas, mas pediu apoio técnico e financeiro de Agências Internacionais, dentre as quais, a *Federal Office of Regional Development (FORD)* e *United States Agency for International Development – USAID*. Diante desse fato, é impossível não compreender como essa vinculação com o capital norte-americano não representava obediência às regras ditadas por esse capital, tendo em vista que a educação brasileira à época, sob favorecimento de convênios MEC/USAID, (Anexo B, C), os quais, por meio de técnicos norte-americanos, eram mentores da política educacional praticada pela ditadura militar.

O CRUTAC surgiu, portanto, no governo militar, segundo Gurgel (1986, p. 96), “como um fruto direto da vertente desenvolvimentista humanitária que se apossou da SUDENE após 1964”. E, o discurso de Fernando de Oliveira Mota, à época, Superintendente da SUDENE, proferido na solenidade de instalação do I Núcleo do CRUTAC/RN, em Santa Cruz, em 22.08.1966, reforça esta assertiva:

O CRUTAC dá uma nova dimensão à Universidade brasileira. A dimensão de uma Universidade voltada para a comunidade, a dimensão de uma Universidade

integrada à realidade regional, a dimensão de uma Universidade não-livresca, a dimensão de uma Universidade não-alienada, mas de uma Universidade capaz de buscar na realidade dos fatos, na vivência dos problemas, a soluções para esses problemas. E isto reforça a posição teorizadora da Universidade, pois esta nada mais é de abstrair de um contexto de realidades várias, a síntese de uma teoria universalizante. (MOTA, 1975, p. 7).

Segundo o Superintendente da SUDENE, este era o perfil projetado para a Universidade moderna que aspirava ao desenvolvimento: capaz de criar o saber; formadora de mentalidades novas; cientificamente atualizada; regionalizada; com programa interdisciplinar e integrada com a comunidade. O CRUTAC representava para a SUDENE, a esperança de uma nova postura para a Universidade, em três aspectos fundamentais: o treinamento, a motivação das comunidades e a prestação de serviços. Nessa perspectiva, defendia Lopes (1972, p. 21), que “a Universidade de hoje (anos 1970), deve ser extensionista, ligada ao povo, aos seus problemas e aos seus destinos”. Para realização dessa importante função social, é imprescindível trabalho interdisciplinar das atividades de Extensão visando propiciar o desenvolvimento comunitário regional.

O Prof. Onofre Lopes, através do CRUTAC, deixou para os governantes e as Universidades de modo geral a fórmula como se deve trabalhar a educação: o conhecimento tem que ser difundido ao povo como meio de promover a inclusão e o desenvolvimento.

A experiência do Programa do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC assumiu uma dimensão nacional e, até 1975 foram instalados um total de 22 CRUTACs em Universidades brasileiras, nas unidades da federação conforme ilustra o Gráfico nº 1, a seguir:

- c) Instituição do ensino elementar de agricultura, relacionado com o meio, visando melhor aproveitamento das terras, a policultura necessária à fixação do homem na sua própria região;
- d) Instituir processo ativo de combate ao analfabetismo;
- e) Promover e estimular por todos os meios a educação do homem, de modo a imprimir-lhe o senso de responsabilidade, o amor ao trabalho, a dedicação a seus semelhantes, o dever para com a família e a Pátria. (UFRN. RESOLUÇÃO Nº44/66-U).

Vale salientar que, as finalidades do CRUTAC expressas em seu Regimento Interno, referem-se basicamente ao treinamento universitário como forma de participação da Universidade no processo de desenvolvimento regional, através da Ação Comunitária – AC, visando despertar as populações do Nordeste brasileiro para sua condição de agentes sociais.

Segundo Germano (1993, p. 137), o CRUTAC, entretanto, na ótica da política de expansão universitária arquitetada pela ditadura militar, não tinha como objetivo apenas formar novos líderes ou intelectuais orgânicos no meio estudantil. O regime autoritário visava, também, atingir as comunidades pobres, conquistando-as para a sua causa. Repetia-se, aqui, uma velha artimanha das elites políticas, coincidente com o pensamento dos intelectuais liberais burgueses: “eliminar a pobreza sem transformar a estrutura econômico-social. E, o instrumento que melhor se oferecia para isso era a educação dessas comunidades”.

Assim, compreendendo ser o Programa do CRUTAC da maior importância para os objetivos do governo, a Junta Militar, em 1969, ao assumir o poder após o afastamento do General Artur da Costa e Silva, não só adotou como ampliou a experiência da UFRN, tornando-a um programa de nível nacional. E, para fazer a articulação institucional, criou através do Decreto-Lei nº 916/69, de 07.10.1969, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CINCRUTAC, com seguintes objetivos, segundo seu Art. 1º, incisos I, II, III, IV, V:

- I – Ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas, mediante o trabalho associado e integrado das Universidades junto aos demais órgãos e serviços da união, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas;
- II – Encaminhar, com a Extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, a realização de atividades básicas que conduzam à promoção humana, ao desenvolvimento econômico e social do País e à segurança nacional;
- III – Promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, nos exercícios das atividades específicas dos respectivos currículos;
- IV – Proporcionar aos estudantes estagiários, com o assessoramento de Professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e solução dos diversos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio;
- V – Proceder ao levantamento de recursos financeiros da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos. (DECRETO-LEI nº 916/69).

O preceito legal, expressa que o principal objetivo da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC era servir de elo entre o governo, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a população interiorana, como forma de supervisionar o trabalho de Extensão desenvolvido por estudantes junto às comunidades rurais do país. Para cumprimento de sua função de coordenar as políticas de Extensão do Programa CRUTAC, a CINCRUTAC, promoveu encontros regionais e nacionais, os quais contavam com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, do Ministério da Educação e Cultura - MEC e das Universidades do Nordeste.

A Assessora de Programação do CRUTAC e da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública - FSESP, Hebe Gonçalves (1970, p. 3), ao destacar algumas referências e indagações preliminares, no que diz respeito à evolução da experiência dos CRUTACs, afirma que:

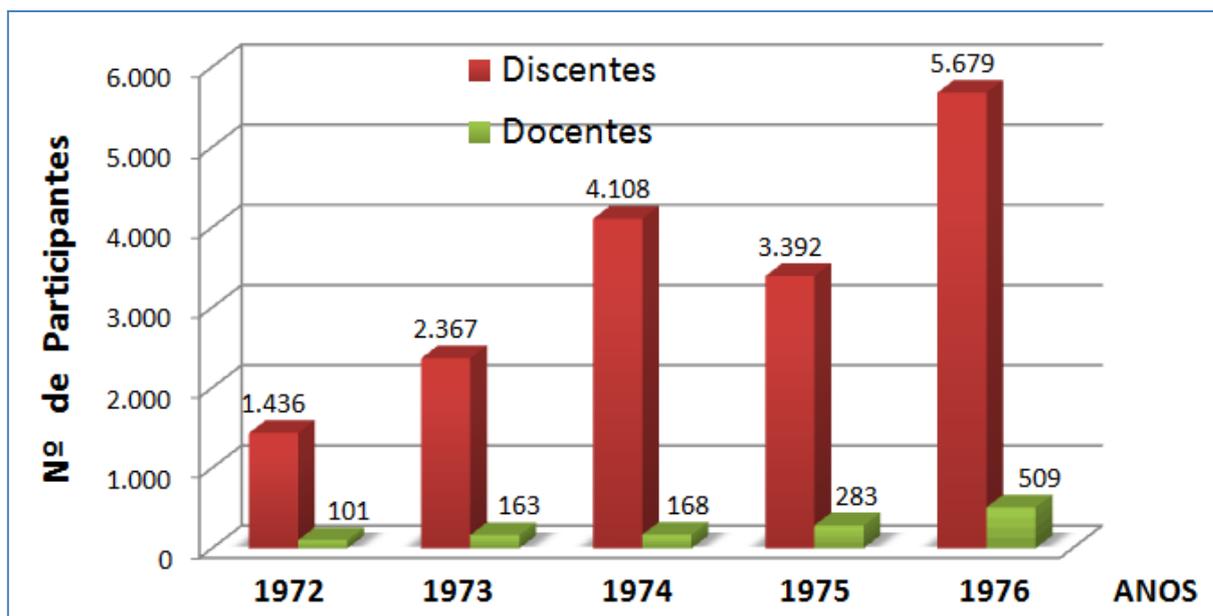
A análise dos dados disponíveis a partir das experiências em curso no Rio Grande do Norte e no Maranhão indica a necessidade de que as Universidades emprestem maior flexibilidade às estruturas do ensino, globalizando a teoria e a prática favorecendo a integração das disciplinas do ciclo profissional mediante revisão dos currículos e programas entre outras medidas. O enfoque interdisciplinar que, a partir da Ação Comunitária, constitui a tônica do treinamento proporcionado aos universitários nos Centros Rurais, poderá sofrer acentuada limitação se a estrutura do ensino universitário não for descontraída adquirindo maior flexibilidade.

Na visão de Hebe Gonçalves, a flexibilização, a interdisciplinaridade e a globalização da teoria e prática da educação, eram indispensáveis para o alcance dos objetivos do trabalho desenvolvido pelo CRUTAC, necessitando desta forma, a adequação dos currículos e programas dos cursos superiores à realidade vivenciada pelos futuros profissionais dos mais diversos cursos de graduação das Universidades, em especial, do Rio Grande do Norte e Maranhão.

Segundo Relatório da Comissão Incentivadora dos CRUTACs - CINCRUTAC, divulgado em 1979, no período de 1972-1976, foram treinados 16.982 estudantes em todo o país, com participação de 1.224 docentes supervisores (MEC, 1979: 2-3).

O Gráfico a seguir explicita o quantitativo de docentes e discentes que participaram do Programa CRUTAC no Brasil o período supramencionado.

Gráfico 2 - Participantes do Programa CRUTAC no Brasil



Fonte: CINCRUTAC (1979)

O quantitativo de discentes (16.982), segundo o gráfico acima, que participaram de estágio curricular no CRUTAC, em 22 Universidades no Brasil, nos 5 primeiros anos da experiência, demonstra a expressiva contribuição que o mesmo prestou para formação acadêmica dos futuros profissionais.

Neste contexto, a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, logo nos primeiros anos de sua institucionalização, implantou seu Programa de Extensão Universitária, num ousado Projeto de Interiorização no continente maranhense e criou o CRUTAC/MA, com base na experiência do CRUTAC/RN, para sua operacionalização.

3 A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

Por iniciativa do Arcebispo Metropolitano de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, foi criada em 29 de janeiro de 1955, a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, com o objetivo de desenvolver a cultura superior no Estado, propondo-se a criar uma Biblioteca, um Museu, um Teatro e, principalmente, uma Universidade.

Ainda sob a mesma gestão, a SOMACS, em 18 de janeiro de 1958, fundou a Universidade Católica do Maranhão, integrada por duas Faculdades: a de Filosofia, criada pela “Fundação Paulo Ramos”, em 1952 e a de Ciências Médicas, criada em 1957 e duas outras unidades agregadas: a Escola de Enfermagem "São Francisco de Assis", das Irmãs Missionárias Capuchinhas e a Faculdade de Serviço Social, das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

Segundo Buzar (1985, p. 20), através da Carta Pastoral Coletiva de dezembro de 1960, Dom José de Medeiros Delgado, expressou da seguinte forma, sua concepção sobre a atuação da Universidade Católica do Maranhão,

[...] A nossa Universidade não será orgânica apenas enquanto entrelaça solidamente a vida de cada uma de suas Faculdades, Escolas, Institutos e Cursos, mais ainda pelo fato de se integrar na comunidade, harmonizar-se com ela e influir no sentido de harmonização de corpo e alma, de cada um dos que a compõem, pessoas e instituições, em ascensão constante: animados pelo espírito que a informa.

A Universidade Católica do Maranhão sobreviveu por um período de apenas 6 anos, em razão das crescentes dificuldades financeiras da SOMACS, que carecia de um patrimônio mais rentável e, por não receber subvenções sociais dos órgãos públicos suficiente para manter uma Universidade, obrigaram o Arcebispo Dom José de Medeiros Delgado, por sugestão do Diretor do Ensino Superior, Dr. Demerval Figueiredo Mendes, a propor que a União assumisse o controle da mesma a fim de salvá-la. E foi o que aconteceu. O Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sancionou a Lei Federal nº 5.152/66, de 21.10.1966, que transformou em realidade essa sugestão, criando a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, entidade de direito privado, com a finalidade de implantar progressivamente a nova Universidade do Maranhão.

Foto 1 – Solenidade de Graduação Doutor Honoris Causa ao Excelentíssimo Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, após a assinatura em 21.10.1966 da Lei Federal nº 5.152/66, que criou a Fundação Universidade do Maranhão – FUM.



Fonte: Arquivo Fotográfico UFMA (1966)

A partir da Lei nº 5.152/66 que criou a Fundação Universidade do Maranhão - FUM, foram incorporadas as Unidades Federais de Ensino Superiores então existentes - Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, que se desdobrariam em Faculdade de Farmácia e Odontologia, as unidades constituintes da Universidade Católica do Maranhão (Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Filosofia e Escola de Enfermagem São Francisco de Assis) e, posteriormente quando se instalou a Fundação, foi incorporada a Faculdade de Ciências Econômicas. A administração da FUM caberia a um Conselho Diretor - CD, composto por seis membros titulares e dois suplentes nomeados pelo Presidente da República, os quais elegeriam entre si o Presidente e o Vice-Presidente.

Logo após, foi elaborado o 1º Estatuto da Fundação Universidade do Maranhão – FUM, aprovado pelo Decreto-Lei nº 59.941/67, de 06.01.1967, que permitiu a instalação da nova Universidade, em solenidade realizada no Palácio dos Leões, em 27.01.1967, sob a presidência do então Governador do Maranhão José Sarney.

Entre os bens da Universidade Católica do Maranhão, que foram transferidos ao patrimônio da Fundação Universidade do Maranhão - FUM estava o Sítio "Sá Viana", localizado na Avenida dos Portugueses nº 1966, Vila Bacanga, onde foi instalado o Campus

Universitário.

Os primeiros dirigentes da Fundação Universidade do Maranhão – FUM, previamente indicados em lista tríplice pelo Conselho Universitário - CONSUN, foram eleitos pelo Conselho Diretor - CD, em 01.05.1967, ficando assim constituída a Administração Superior: Reitor: Prof. Pedro Neiva de Santana, Vice-Reitor Administrativo: Prof. Mário Martins Meireles e o Vice-Reitor Pedagógico: Cônego José de Ribamar Carvalho.

O Decreto-Lei nº 921/69, de 01.10.1969, alterou a lei de criação da Fundação Universidade do Maranhão – FUM, elevando para 7 membros a composição do Conselho Diretor - CD, sendo o Reitor seu membro nato. Foi então, elaborado o Estatuto da Fundação Universidade do Maranhão – FUM e aprovado pelo Decreto-Lei nº 67.048/70, de 13.08.1970 - que alterou a estrutura existente. A modificação principal incidiu na redução das 2 Vice-Reitorias em apenas 1 e na criação de 3 Superintendências: a de Administração (SA), a de Planejamento Educacional (SUPLAN), e a de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE), com a finalidade “de coordenar, incentivar, orientar e promover as atividades de Extensão, de natureza administrativa, educacional, científico-cultural da Universidade”. (BUZAR, 1985, p. 30-31). Com fundamento no Estatuto, foram criados os Institutos Básicos, implantado o primeiro Ciclo Básico e departamentalizando o ensino em todas as áreas do conhecimento.

Para a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, adequar-se às alterações introduzidas pela reforma universitária, estabelecida pela Lei Federal nº 5.540/68, de 28.11.1968, foi elaborado, em 1975, um plano de reestruturação que culminou com a aprovação do novo Estatuto, que apreciado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, foi aprovado, através da Portaria nº 45/79, de 19.11.1979, passando à denominação para Universidade Federal do Maranhão - UFMA, funcionando sob o regime de Fundação, cuja administração ficou distribuída em três níveis: superior, intermediário e departamental.

A Universidade Federal do Maranhão - UFMA, situada na ilha de São Luís, capital do Estado do Maranhão, numa área, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1960), de 328.663 km² de imensas potencialidades inexploradas, uma população em 1966, estimada pelo IBGE, de aproximadamente 4.929.029 habitantes, e um dos mais baixos níveis de vida do país. Consciente dessa problemática procurou, desde de sua implantação, responder ao desafio de estudá-la e ampliar a sua compreensão, pesquisando e propondo medidas que contribuíssem para a elevação da qualidade de vida e da promoção humana dos maranhenses. Criada e implantada num momento histórico em que toda a nação sofria o impacto de profundas convulsões sociais e

políticas, em cujo contexto ocorreu a Reforma Universitária de 1968, desde o início direcionou seus passos no caminho da interiorização, em consonância com o ideário desenvolvimentista que à época se vivia.

Dando prosseguimento à ação desenvolvimentista da instituição que fora iniciada pelo primeiro Reitor, e acelerada por seus sucessores, a Universidade Federal do Maranhão – UFMA continuou crescendo qualitativa e quantitativamente, passando a ser parte integrante da singular história da educação da Atenas brasileira. Para operacionalizar sua função social de produzir e socializar o saber de nível superior desempenha seu papel crítico diante da realidade, visando contribuir com o processo de desenvolvimento social, local e regional.

Foto 2 – Campus Universitário da UFMA



Fonte: o Autor (2013)

A foto acima é do Pórtico de acesso ao Campus Universitário da UFMA, instalado no Sítio Sá Viana (herança da Universidade Católica do Maranhão), situado na Av. dos Portugueses nº 1966, na margem esquerda do Rio Bacanga. À época (anos 1966) foi implantado: a Reitoria, as Pró-Reitorias de Gestão e Finanças (PROGF), de Recursos Humanos (PRH), de Ensino (PROEN), de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG) e a de Extensão e Assuntos Estudantis - PREXAE e as Unidades ligadas ao Centro de Estudos Básicos (CEB): o Centro Tecnológico (CT), Centro de Ciências Sociais (CCSO), parte das Unidades do Centro de Ciências da Saúde (CCS), órgãos suplementares e algumas Unidades ligadas às Pró-Reitorias.

A primeira fase da história da UFMA - a de implantação e estruturação (1966-1970) coincide com a criação do Programa do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, pelo Professor Onofre Lopes, à época, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

3.1 O Programa de Extensão Universitária da UFMA

O Programa de Extensão da Universidade Federal do Maranhão – UFMA restringiu-se até 1969, aos bairros periféricos da capital, de forma bastante limitada diante dos desafios do Estado. A partir de 1970, ocorreu de forma mais acentuada, saído de seus limites, na ilha de São Luís, para o continente. Para elaborar a programação da primeira Extensão da UFMA, foi convidada a Professora Assistente Social Hebe Gonçalves, então advinda do Programa de implantação da Hidrelétrica de Boa Esperança, Professores da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e intelectuais de reconhecido saber em nível da sociedade maranhense que conhecendo ou ouvindo falar da experiência do CRUTAC do Rio Grande do Norte - RN, fizeram opção por uma experiência similar. Dentre esses pioneiros vale destacar os nomes de Bandeira Tribuzzi, Rosa Mochel, Carlos Borges, Arlindo Raposo, Guilherme Lago e Glória da Conceição Mesquita Leitão, dentre outros. Em seguida, prosseguiu a etapa de implementação tendo como condutor o então Superintendente de Ensino Pesquisa e Extensão, Luís Gonzaga Melo, que para integrar a primeira equipe básica convidou o Prof. Roberto Joseph Camile Etave, cognominado de Padre Operário Francês, seguidor da pedagogia rogeriana, a Prof^a Maria Teresa Poggi e o Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel Rocha, que foi o primeiro Coordenador e responsável pela implantação dos Núcleos do CRUTAC em Pedreiras - Região do Mearim (Centro Maranhense) em 1970 e Codó – Região do Itapecuru (Leste Maranhense) em 1972, afora outros docentes e técnicos que se envolveram nos trabalhos na condição de especialistas nas diversas áreas do conhecimento.

O fato que contribuiu decisivamente para esta nova dimensão da Universidade Federal do Maranhão – UFMA foi a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC/MA.

3.2 O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC/MA

A época da criação do CRUTAC/MA coincide com o período de maior euforia desenvolvimentista no Estado, naquele momento sob o comando do Governador José Sarney. E, apesar das relações entre dirigentes da UFMA e o Governo do Estado não serem amistosas, o Programa do CRUTAC/MA recebeu integral apoio dos organismos governamentais, em

especial, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) e do Centro Educativo de Comunicações Sociais do Nordeste (CECOSNE).

Segundo o Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel, então Coordenador Geral do CRUTAC/MA, afora a ajuda financeira da SUDENE e da SUDAM, com cujo recurso foi construído o Núcleo do CRUTAC em Pedreiras, instalado o Núcleo do CRUTAC em Codó e em grande parte equipado o CRUTAC/MA, foi recebido apoio técnico e financeiro da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (FMUDES), da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública - FSESP, da Secretaria de Estado da Educação (SEE), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), da Comissão Incentivadora dos CRUTACS - CINCRUTAC e das Prefeituras Municipais de Pedreiras e Codó.

Com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Missão da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) no Brasil, o CRUTAC/MA, elegeu a Ação Comunitária – AC, sua filosofia de trabalho, tornando-se um órgão suplementar do ensino e da pesquisa através de um programa especial de treinamento universitário.

A Extensão Universitária foi oficialmente instituída na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, com a criação do CRUTAC/MA, através da Resolução nº 90/69, de 26 de setembro de 1969, do Conselho Diretor - CD, como os seguintes objetivos:

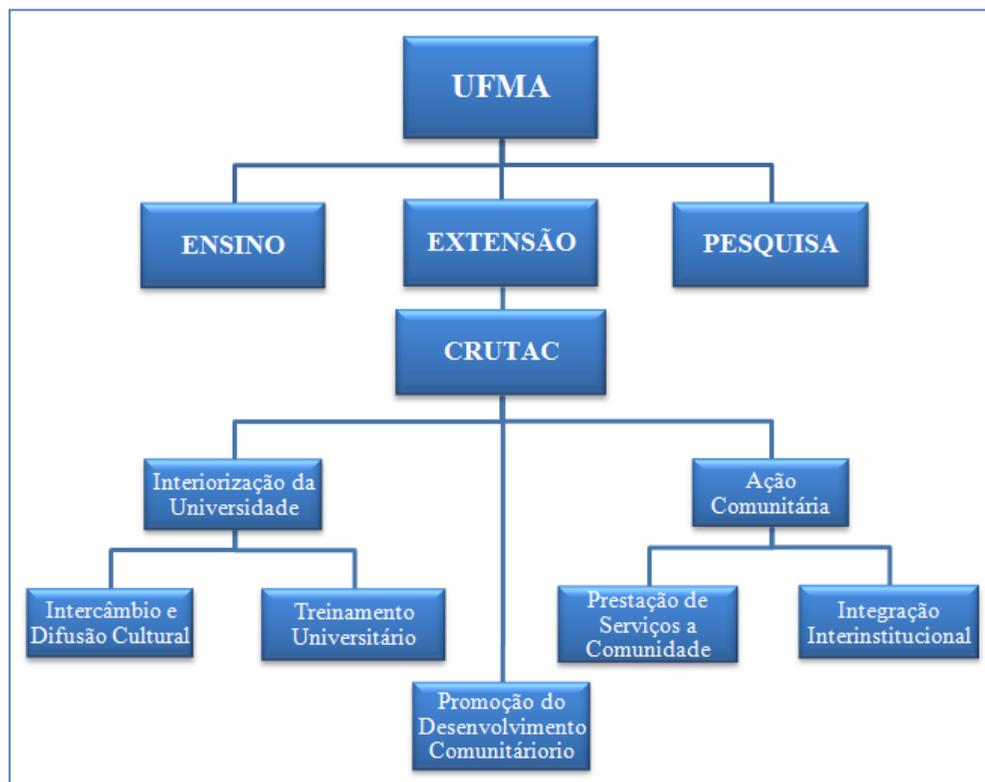
- a) Proporcionar condições ao exercício de práticas de ensino em bases interdisciplinares;
- b) A integração do treinamento universitário às diretrizes desenvolvimentistas do Estado e da região;
- c) Da consolidação da formação profissional pela orientação à realização de pesquisas sobre os contextos local e regional procurando soluções democráticas;
- d) Do cumprimento de programas elaborados a partir dos Departamentos das Unidades, com a aprovação dos Colegiados competentes;
- e) Da mobilização dos órgãos do setor público e privado, instituições e populações locais como garantia de integração do treinamento de universitários aos esforços orientados para uma ação global própria do desenvolvimento;
- f) Prestar serviços diretos às comunidades rurais e urbanas em apoio e integração às atividades programadas pelo governo;
- g) Da avaliação e controle quantitativo dos treinamentos. (UFMA, 1969, p. 19).

Os objetivos do CRUTAC/MA, expressos em seu Regimento, explicitam de forma ampla, a relação Universidade e Estado, colocando a Instituição Federal de Ensino Superior – IFES, no papel de sujeito do processo de desenvolvimento regional. Esses objetivos da forma como são expressos, apontam não para a superação das distorções estruturais e contradições existentes no interior da sociedade, mas para a integração, para a agregação da Universidade

aos interesses, às propostas governamentais de modo a facilitar a concretização das mesmas. Neles parece estar subentendida a ideia de que o sistema tinha competência para agregar os grupos marginalizados, bastando para tal fim, transformar os indivíduos e não a sociedade, sem levar em conta que a elevação dos indicadores sociais, econômicos e culturais das populações rurais dependia das condições proporcionadas pelas relações de produção e suas implicações inerentes. Vislumbraram, pois, um plano de efetiva participação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES no combate à pobreza, à miséria e conseqüentemente, ao subdesenvolvimento, por meio de esforço concentrado na área da educação e de participação na busca de soluções para os problemas regionais, propiciando o desenvolvimento interiorano.

O Fluxograma a seguir explicita as funções da UFMA (ensino, pesquisa e extensão), bem como, os objetivos da Extensão desenvolvida através do CRUTAC:

Fluxograma 1 – Funções da UFMA e objetivos da Extensão através do CRUTAC



Fonte: CRUTAC/MA (1969)

A formulação do primeiro Plano de Atividades do CRUTAC/MA, para o período 1969-1970, teve como base a experiência do CRUTAC/RN. O grande avanço do Maranhão deu-se em relação à estratégia de atuação que foi adotada, mobilizando toda a estrutura universitária em função da dinamização da ideia de integração entre Universidade e comunidade. Sobre este aspecto, o Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel Coordenador Geral do

CRUTAC/MA, à época, em entrevista declara que,

No Rio Grande do Norte não, o nosso era um Programa promocional e no Rio Grande do Norte era um Programa assistencial, então, o que nos diferenciava da experiência inicial, do Rio Grande do Norte, uma grande experiência. O primeiro Coordenador era o Reitor da Universidade Prof. Onofre Lopes, era essa questão de que o CRUTAC do Maranhão era promocional, então nós trabalhávamos numa linha de promoção da comunidade e dos próprios alunos (2013).

O Plano de Atividades do CRUTAC/MA, contendo as diretrizes para o processo de interiorização da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no continente, expressava as preocupações iniciais que assinalaram a criação da Universidade Católica do Maranhão, em 1958. “Suas metas foram estabelecidas priorizando o atendimento às áreas interioranas que, na sua absoluta maioria eram desassistidas por técnicos”. CRUTAC/MA (1969, p. 11).

Sobre o processo de extensão da UFMA, o Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel, em entrevista enfatiza que,

Eu acho que quando a agente fala do processo de extensão na UFMA, de fato a gente tem que fazer o primeiro lembrete da pessoa que começou uma primeira experiência de extensão, foi Dom José de Medeiros Delgado. Dom José Delgado, ele foi um Arcebispo metropolitano de São Luís, desenvolvimentista, então ele acreditava que pra que agente tivesse uma mudança de realidade, se tinha que fazer em primeiro lugar a constituição de uma Universidade e criou uma Universidade Católica e dentro da Universidade Católica, quando não se falava ainda de extensão, ele fez com que a Universidade Católica tivesse o ensino, a pesquisa e a extensão. E a extensão começou com a experiência em São Luís, que foi uma experiência nos bairros, as experiências das Associações dos Bairros foram criadas por Dom Delgado. Então o que hoje nós temos aí crescido foi um iniciado, foi um processo iniciado por Dom Delgado. Uma outra coisa, no interior, Dom Delgado lá na região de Pedreiras, ele começou a experiência que ele chamava de forma agrária, de fato era uma experiência de colonização que foi a experiência de Maria Lopes. Então, este foi o nascimento sem nome da Extensão Universitária no Maranhão (2013).

Para concretizar o ideal extensionista institucional dos pioneiros que caracterizou a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Faria e Montenegro (2005, p. 350) expressa o pensamento visionário durante o reitorado do Prof. Dr. José Maria Martins Ramos (1975/1979):

[...] nossa Universidade não é de São Luís, mas do Maranhão; suas atividades não podem ficar restritas à cidade de São Luís. Temos de expandi-la pelo Estado inteiro, levar os seus benefícios ao interior. É claro que não podemos fazer isto simultaneamente em todas as cidades, mas podemos escolher aquelas que polarizam determinadas regiões e, através delas, dinamizar as áreas respectivas. E, realmente, assim procedemos; escolhemos, inicialmente, as cidades de Imperatriz, Caxias, Codó, Pinheiro e Balsas.

Reconhecendo que os benefícios do conhecimento produzido via pesquisa científica, não deveriam ficar restritos à ilha de São Luís, mas levado através da Extensão à região interiorana do Estado para promover o desenvolvimento do homem maranhense, os dirigentes

da UFMA, a partir dos anos 1970 iniciaram o processo de interiorização através do CRUTAC.

O CRUTAC/MA foi estruturado inicialmente, com 1 Coordenação Geral sediada em São Luís, vinculada à Superintendência de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE e, posteriormente, à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREXAE; 1 Assessoria de Programação, Controle e Avaliação, formada por Professores das Unidades que tinham alunos em treinamento; 1 Assessoria Pedagógica, responsável pelo acompanhamento do processo de aprendizagem do universitário e 1 Secretária.

O quadro a seguir explicita nominalmente a primeira equipe técnica do CRUTAC/MA, com seus respectivos cargos.

Quadro 1 - Primeira Equipe Técnica do CRUTAC/MA

NOME	CARGO
Roberto Mauro Gurgel Rocha	Coordenador Geral
Glória da Conceição Mesquita Leitão	Vice-Coordenadora Geral
Roberto Joseph Camile Etave	Assessor Pedagógico
Francisco Viana	Representante da Área de Saúde
Mirthes Haickel da Fonseca	Representante da Área de Estudos Sociais
Clidenor Bacelar Pedrosa	Chefe do Setor de Audiovisual

Fonte: CRUTAC/MA (1969)

Como se pode perceber, na constituição da primeira Equipe Técnica do CRUTAC/MA, foi observado o princípio de interdisciplinaridade, composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento, previsto quando da criação do CRUTAC/RN, mencionado à página 1 do documento “CRUTAC, sua personalidade original (UFRN, 1971)”.

Para a seleção da área de atuação, foi feito um estudo de trabalho contando-se com a orientação técnica de órgãos do Governo Estadual e da SUDENE. A primeira experiência do CRUTAC/MA, como expressão máxima da Extensão Universitária, segundo Gurgel (1986, p. 104), foi em 1970, “na Região do Mearim (Centro Maranhense) com sede na cidade de Pedreiras, a qual era formada, além do município sede, pelos municípios de: Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lima Campos, Poção de Pedras e Santo Antonio dos Lopes.” Posteriormente, em 1972, “instalou-se o II Núcleo, com sede em Codó - Região do Itapecuru (Leste Maranhense) formada pelos municípios de: Aldeias Altas, Coroatá, Cantanhede, Caxias, Itapecuru, Matões, Parnarama, Pirapemas, Santa Rita, Timon e Timbiras”.

O momento inicial do CRUTAC pode ser destacado por dois aspectos: um da euforia

pela prática interdisciplinar da ação comunitária e o outro, relacionado à dinâmica das ações que levavam a caracterizar-se como um Projeto em construção com a participação de alunos e comunitários no estabelecimento das linhas de ação, com a criação dos seguintes instrumentos:

- a) Projeto Norteador: objetivando a montagem de uma estrutura regionalizada de planejamento, tendo Pedreiras como município polo;
- b) Projeto de Integração com as Comunidades rurais, atuando na linha de conscientização, de forma articulada com o Projeto Norteador;
- c) Projeto Educação e Cultura, com atuação no sentido de assessoramento e complementariedade das organizações e instituições com atividades neste setor;
- d) Projeto Saúde Pública, atuando na linha de educação sanitária. (BARBOSA e MELO, 1981).

O CRUTAC oferecia aos estudantes universitários um campo de treinamento em Ação Comunitária - AC, oportunidade em que desenvolviam atividades de acordo com a especialidade de seus cursos, em equipes interdisciplinares, nos diversos Projetos Integrados.

O estágio de estudantes no Programa do CRUTAC, era desenvolvido na forma de Projetos específicos formulados a partir da identificação de necessidades comunitárias, tinham a duração para a maioria dos cursos de dois meses e para os cursos de Enfermagem e Serviço Social de quatro meses, durante os quais os universitários participavam de um amplo esquema de aprendizado, iniciado através de um Treinamento Básico no qual recebiam conteúdos essenciais para a compreensão da realidade rural – e continuado com um Treinamento em Serviço, essencialmente prático realizado em instituições, entidades comunitárias, ou junto às populações de um modo geral. Tinha-se uma equipe de docentes que residia nas áreas e funcionavam como Supervisores de Campo, ajudando não somente na parte referente a conteúdos profissionais específicos, mas em relação à integração interdisciplinar dos conteúdos adquiridos. Os próprios estudantes eram responsabilizados pela organização interna do Centro, para tanto, recebiam uma bolsa de manutenção com a qual se sustentavam durante todo o treinamento.

Vale destacar que para alguns Cursos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, dentre os quais, o de Medicina, Enfermagem e Serviço Social, o treinamento rural tinha caráter de estágio curricular, para os demais a participação dos universitários era voluntária. O Treinamento em Serviço era operacionalizado alternando a ação no campo de estágio com reuniões de estudos e avaliação, havendo sempre um mecanismo de revisão da atuação. Para os estagiários do Curso de Serviços Social era obrigatória a apresentação de Dossiês com o registro e avaliação da experiência, cujo trabalho escrito se constituía numa condição para a conclusão do curso de graduação.

Vale destacar um aspecto que deu notoriedade ao trabalho desenvolvido pelo CRUTAC/MA, a iniciativa da sistematização da convivência dos estudantes em treinamento, levada à frente pelo Assessor Pedagógico, Roberto Joseph Camile Etave, fundamentado no pensamento de Carl Rogers: “como resultado deste trabalho, foi montada uma sistemática de atuação em que Supervisores e universitários constituíam a base da humanização maior das pessoas e da formação dos futuros profissionais.” (ETAVE, 1972, p. 37). Em face da repercussão positiva da experiência, foi criado em São Luís, o Laboratório Carl Rogers, com a participação de representantes de professores de alguns cursos de graduação da UFMA, para a reflexão das ocorrências no Núcleo de Pedreiras, visando na prática o exercício do processo de retroalimentação do ensino.

Figura 1 – Área de atuação do CRUTAC/MA



FONTE: o Autor (2013)

A figura acima demonstra o processo de interiorização da UFMA, a partir da criação do CRUTAC/MA, sediado em São Luís e dos Núcleos do CRUTAC/Codó, na Região do Itapecuru (Leste Maranhense) e do CRUTAC/Pedreiras, na Região do Mearim (Centro Maranhense). Demonstra ainda, a área de atuação das respectivas regiões, que deveria segundo o Programa de Interiorização da UFMA, serem atingidas.

Assim, com a instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, nos municípios de Pedreiras (Centro Maranhense), em 1970 e Codó (Leste Maranhense), em 1972, teve sequência o processo de interiorização da Universidade Federal do Maranhão – UFMA no continente.

4 A ATUAÇÃO DO CRUTAC/CODÓ

As experiências do Programa CRUTAC/MA, de forma geral e do CRUTAC/Pedreiras, em particular, serviram de base para a instalação do CRUTAC/Codó, como forma de expansão das ações de interiorização da UFMA.

O Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel ex-Coordenador Geral do CRUTAC/MA, em entrevista, fala sobre o aprendizado com a experiência do CRUTAC/Pedreiras, e a elaboração da Proposta de Ação do CRUTAC/Codó.

A Extensão começou lá em Codó, de uma forma assim bastante já avançada da experiência de Pedreiras, porque em Pedreiras nós tínhamos um aprendizado de coisas que a gente falava mais não sabia como era, por exemplo: a gente dizia que o Programa era um Programa Interdisciplinar, mas quando chegou na comunidade, o nosso plano foi julgado sem validade para a realidade de Pedreiras. A Própria comunidade rejeitou porque nós tínhamos um Programa que era o Programa do Departamento de Saúde Pública, um Programa do Departamento tal, tal e tal. E aí eles disseram não. Mais isso é bom pra vocês, pra nós não! Então o CRUTAC Codó, como eu falei, ele teve essa origem, uma origem diferente da de Pedreiras, porque lá influenciou muito a questão das manifestações culturais, e falando a verdade, o Reitor Cônego Ribamar Carvalho, era de Codó e era o grande entusiasta da Extensão Universitária (2013).

Em Codó, foi a própria população com os universitários, sob a Coordenação do CRUTAC, que construíram os Projetos de Ação que foram desenvolvidos no período de sua atuação, a partir das demandas apontadas como prioritárias pela comunidade, quando da realização de Estudos e Diagnóstico da Realidade do Município. Como se percebe, em Codó, não foram impostos Projetos “prontos”, gestados pelos Departamentos, como ocorreu na experiência pioneira do processo de interiorização da UFMA em Pedreiras. Os Projetos elaborados por burocratas nos gabinetes dos Departamentos Acadêmicos, os quais provavelmente desconheciam a realidade interiorana da Região do Mearim (Centro Maranhense), “impunham” à comunidade carente de serviços de saúde, educação, social, etc., ações que segundo a sua maneira de pensar a realidade de Pedreiras e Região, seriam acatados passivamente pela população. Entretanto, conforme declara O Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel, em entrevista, acima reproduzida, a comunidade rejeitou, disse não. “[...] isso é bom pra vocês, pra nós não!”

Esta prática de imposição se constitui “invasão cultural através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam que se superpõe à daqueles que passivamente recebem”. (FREIRE, 1985, p. 22).

O Programa do CRUTAC/Codó era centrado nas linhas de Ensino, Pesquisa e Extensão. E, para seu funcionamento, contou inicialmente, com a seguinte estrutura: 1

Coordenador, 1 Supervisor e 2 Técnicos Administrativos. A equipe pioneira de estagiários era interdisciplinar, formada por acadêmicos das Áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, os quais prestaram estágio curricular nas instituições locais, desenvolvendo ações em apoio às comunidades dos bairros periféricos da cidade e da zona rural do município. E, com base no que dispõe o item 5, que trata sobre as “Diretrizes Gerais” e a alínea “e” do Projeto Codó,

O CRUTAC não poderia prestar serviços a algumas entidades da comunidade municipal (ou regional) sem antes conhecer a realidade global desse município e dessa região e poder situar essa ação, limitada a um setor dessa realidade no conjunto do processo de Ação Comunitária – AC global, sem o qual, essa ação seria sem consistência e continuidade (UFMA, 1971, p. 11).

Embasado no que expressa a alínea “e” do item 5 das Diretrizes Gerais do Projeto CRUTAC/Codó, supra mencionada, entendemos ser de vital importância que se conhecesse o contexto que marcou o surgimento do município, sua organização e seu processo de desenvolvimento socioeconômico, para melhor compreensão das atividades de Extensão que foram desenvolvidas pelo CRUTAC/Codó nos anos 1972-1979.

4.1 Codó: sua história, seu desenvolvimento socioeconômico:

Segundo Assad (1979), Codó foi apequena povoação do século XVIII. O marco inicial da cidade foi a construção de um Armazém de mercadorias, situado à margem esquerda do Rio Itapecuru. Primitivamente o local era habitado pelos índios Barbados e Guaranis. Um dos principais colonizadores a chegar ao município foi o Comendador Luís Henrique, cognominado de “Pau Real”, em 1820.

O povoado foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual nº 38/38, de 21.07.1838, sancionada pelo Presidente da Província do Maranhão Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo. A Vila do Codó foi elevada a categoria de Cidade através da Lei Estadual nº 133/96, de 16.04.1896, sancionada pelo Governador Alfredo da Cunha Martins. A origem do nome Codó, relaciona-se com charco, pântano, alagadiço, brejo. Para outros, Codó tem sua origem etimológica em Codorna ou Codorniz, ave que povoava o município nos primeiros tempos.

Os fatores de grande importância que contribuíram para o desenvolvimento do município de Codó foram as atividades agrícolas mantidas pelos senhores da aristocracia rural maranhense e por agricultores portugueses instalados na Colônia Petrópolis, numa iniciativa de Francisco Marques Rodrigues, bem como, a imigração de sírios e libaneses, a partir da segunda metade do século XVIII, em especial, dos anos 1887.

A história registra que no final do século XVIII e início do século XIX, o município de Codó possuía uma das mais dinâmicas e promissoras economias do interior do Estado, formando com Caxias os dois mais expressivos polos de desenvolvimento do Vale do Itapecuru.

Em 1891, foi construída a primeira Indústria de Codó, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (COMAM), de propriedade de Emílio Lisboa, um dos Diretores da Fábrica, genro do seu proprietário, João Ribeiro, que em 1908, levou para Codó, o senhor Sebastião Archer da Silva²⁶, para trabalhar como escriturário e anos mais tarde se tornou proprietário da Fábrica e um político de reconhecido prestígio no Estado do Maranhão. A importância econômica dessa indústria têxtil que beneficiava a produção de algodão extrapolou as fronteiras do município abastecendo de tecidos os mercados dos Estados do Maranhão, Pernambuco e da região Norte do País.

Foto 3 – Edificação onde funcionou a Fábrica COMAM (1891-1950)



Fonte: o Autor (2012)

Codó foi grande produtor de algodão desde o período colonial, participando ativamente do processo de industrialização do Estado no setor têxtil com o funcionamento da Fábrica COMAM que produzia algodãozinho, brins, mesclas, riscados e sacaria. Além do algodão, o setor agrícola produzia em grande quantidade, arroz, mandioca, milho e feijão. No setor da indústria, os principais produtos industrializados eram: cimento, cal, óleo de babaçu,

²⁶ Sebastião Archer da Silva. Chegou a Codó em 1908. Escriturário e Diretor da Fábrica Têxtil de Codó/COMAM. Político de prestígio nacional. Exerceu os seguintes cargos eletivos: Prefeito de Codó, Governador do Estado e Senador da República.

tijolo, telha, cerâmica e madeira. O extrativismo vegetal produzia: amêndoas e babaçu, madeira, carnaúba e carvão e o extrativismo mineral: calcário, gesso e gipsita.

A imprensa codoense data de 1870, anterior à sua emancipação política, com a publicação de Jornais de várias feições: crítica, humorística, sarcástica, produzida por vibrantes defensores dos altos interesses da terra codoense. Ainda no século XVIII, circularam: “A Gazeta de Codó” (1893); “O Lâmpada” (1894); “O Primavera (1896), órgão literário, crítico e noticioso, que teve como editor, Pedro R. de Sousa e foi impresso na Tipografia do “O Monitor”.

No Século XIX, o primeiro Jornal a veicular foi “A Gazeta Codoense” (1901), “A Comarca”, (1902–1947), tendo com Diretores sucessivamente, Ulisses de Jesus, Sebastião Archer da Silva, Alcebíades Silva, Augusto Teixeira e Palhano de Jesus; “Correio de Codó” (1913), semanário independente, crítico e noticioso; “A Escola”, órgão do Externato Codoense, veiculando duas edições, em janeiro e fevereiro de 1918. Em maio de 1931, foi fundado o jornal “O Garoto”, chegando a veicular duas edições.

Figura 2 – Capa da primeira edição do Jornal “O Garoto” (1931)



Fonte: Arquivo pessoal do escritor João Machado (2010)

A Educação tem como marco o ano de 1852 quando Codó, ainda Vila, com a criação

da primeira Escola o “Ateneu Codoense”, com os cursos primário e secundário, dirigida pelo então Juiz e Direito Dr. Deoclides Mourão. A primeira Professora Normalista, que se tem conhecimento, foi Filomena Catarina Moreira, que chegou a Codó em 18 de julho de 1908, a convite do Sr. Raimundo Bayma. Foi professora de toda uma geração de codoenses, que a partir de seu curso primário na Escola Mista César Brandão, seguiu carreira sem nunca se esquecer de mencionar a origem de seus primeiros passos.

Foto 4 – Professora Filomena Catarina Moreira



Fonte: arquivo pessoal de Cândido de Sousa (2000)

A primeira instituição de nível superior implantada em Codó foi a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, em 20 de maio de 1972, com a instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, para atuar na linha de Ensino, Pesquisa e Extensão, através da realização de estágio curricular de estudantes concludentes dos cursos de graduação da FUM, das Áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, nas Instituições públicas e privadas de saúde, educação e comunitárias representativas da sociedade civil, através da prestação de serviços e assessoria técnica, sob a Coordenação Local da Prof^a. Msc. Iramary de Jesus Martins Queiroz e Supervisão do Odontólogo Mário Diniz Souza e do Médico Dr. Luís Carlos Bayma Saads.

Foto 5 – Prédio onde funcionou o CRUTAC/UFMA



Fonte: o Autor (2007)

A Cultura do município foi constituída por grandes vultos codoenses que legaram imenso patrimônio cultural, destacando-se:

ANTONIO DE ALMEIDA E OLIVEIRA - nasceu em Codó, em 17 de outubro de 1843. Publicista, Jurisconsulto, Pedagogo, Parlamentar e Patrono da Cadeira nº 01 da Academia Maranhense de Letras. Recebeu a Comenda de Oficial da “Ordem da Rosa”, foi colaborador dos jornais “O Democrata” e “O Liberal”. Suas obras são abrangentes nas quais são discutidas questões de diferentes áreas, como: “A Necessidade da Instrução Pública” (1871), dedicada à Associação dos Artistas – São Luís, “A Instrução e a Ignorância” – São Luís (1871), “A Sociedade e o Princípio da Associação” – São Luís (1874), “O Arado: carta aos Lavradores Maranhenses”, São Luís (1878), (MACHADO, 2000, p. 11).

HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS - nasceu em Codó, em 3 de março de 1853. Poeta, Professor, Gramático e Filólogo. Lecionou Português no Colégio Militar e Literatura no Colégio Pedro II, ambos no Rio de Janeiro. Realçam-se entre suas obras: “Gramática da Língua Portuguesa”, Rio (1872), “O Livro do Menino”, Conto brasileiro (1881), “Pretidão de Amor”, Poesias (1905), “Canto aos Maranhenses” (1906), Gramática Portuguesa (1913), e “Frutos Cativos”, Poesias, (1919). (MACHADO, 2000, p. 16).

AMBRÓSIO AMORIM - nasceu em Codó em 1922, Artista Plástico, iniciou sua arte aos dez anos em roça no interior codoense. Teve seus trabalhos expostos no II Salão Artur Marinho – Rio, 1947, sendo o 2º colocado na premiação. Em 1950, foi distinguido com

“Menção Honrosa” no I Salão da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão (SCAM). Para aperfeiçoar seus estudos nas artes plásticas, estudou na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. De volta a São Luís, continuou seu trabalho tendo como referência a paisagem urbana da capital e dando destaque a personagens da periferia da cidade. Dentre suas criações, destaca-se a logomarca do maranhensíssimo Guaraná Jesus. Ambrósio Amorim faleceu em 2003, aos 81 anos. (SILVA, 1995, p. 7).

A cultura de Codó se expressa ainda através de inúmeras manifestações do folclore popular as quais vão desde os festejos juninos com apresentação de quadrilhas e bois, o carnaval, com desfiles de Blocos e Escolas de Samba, com enredos sobre a história e cultura local até o sincretismo religioso incluindo-se neste aspecto, o candomblé, a macumba, danças, as quais segundo os pesquisadores Assad (1979) em sua obra “Codó, Fragmentos...” e Machado, (1999) em “Codó, Histórias do Fundo do Baú”, tiveram origem afro em razão de Codó haver sido o maior centro de escravatura do Maranhão, notadamente a partir do século XVIII (ano de 1820), com a chegada de Portugal do Comendador Luís Henrique, para iniciar o processo de colonização do município, trazendo consigo inúmeros escravos. As fotos a seguir, mostram cenários de manifestações culturais (festas juninas, apresentação de bois, etc).

Foto 6-A – Arraial de Festas Juninas (quadrilhas), no largo de São José e Foto 6-B – Apresentação de Bois no Centro de Cultura.



Fonte: Foto Soares (1972)



Fonte: SEMC (2009)

Uma das mais tradicionais festas popular de Codó é a do “13 de maio”, realizada pelo Centro Operário Codoense, desde a sua fundação em 22.08.1953 para comemorar a libertação dos escravos. A festa inicia à meia-noite do dia 12 com o tambor de crioula, tocado por codoenses de cor negra com a participação de pessoas de todas as etnias. Durante a manhã do dia 13 após o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e de Codó e execução dos

hinos nacional e de Codó, são realizadas algumas modalidades esportivas, dentre as quais, corrida pedestre e ciclística, pau de sebo, jogos de dama, cartas e xadrez. A tarde, às 16h é realizada uma solenidade para homenagear operários e negros que prestaram serviços relevantes à entidade e ao município. À meia noite encerra o tambor de crioula e continuam as comemorações com uma festa dançante que se prolonga até o amanhecer do dia 14. A foto a seguir é do prédio do Centro Operário Codoense – palco de manifestações culturais tradicionais do município há 60 anos.

Foto 7 – Prédio do Centro Operário Codoense



Fonte: o Autor (2013).

O setor econômico do município de Codó em 1972, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ano em que foi instalado o CRUTAC, era de acentuada decadência, assinalada pelo fechamento de inúmeras indústrias dentre as quais: a M. A Reis S/A (MARSÁ); Naby Salem & CIA; José Gerude & CIA, afetando a economia de modo geral, bem como a população com o conseqüente desemprego em massa. Segundo dirigentes de Instituições de Crédito, de Indústrias e do Comércio atacadista, aquela, era uma crise sem precedente na história do município e Região do Itapecuru, reflexo da crise econômica e financeira nacional, em razão de medidas econômicas equivocadas que contribuíram para a falência de altíssimo número de empresas brasileiras.

Segundo Benedito Francisco da Silveira Figueiredo²⁷, dentre as causas principais

²⁷ Benedito Francisco da Silveira Figueiredo, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil – Agência de Codó – MA.

dessa decadência registram-se:

- a) O meio de transporte até então ferroviário, que servia apenas aos municípios que ficavam à margem da Estrada de Ferro São Luís x Teresina, com o transporte de mercadorias e passageiros, pelo rodoviário, com a construção de rodovias federal, (BR 135 e BR 316) e estadual (MA 26) as quais passaram a interligar maior número de municípios, dentre os quais, além das capitais do Maranhão, do Piauí: Timbiras, Coroatá, Chapadinha, Aldeias Altas, Coelho Neto, Pedreiras, Bacabal, Santo Antonio dos Lopes, Dom Pedro, Presidente Dutra e Barra do Corda, dentre outras, provocando assim, a descentralização do comércio do babaçu, arroz, milho, feijão e outros produtos agrícolas, canalizando-os para novos núcleos. Codó perdeu o papel central que desempenhava no processo de comercialização da produção agrícola regional.

As fotografias a seguir mostram o principal meio de transporte no município de Codó, (ferroviário) nos anos 1970, através dos trens da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

Foto 8-A – Estação Ferroviária de Codó: embarque de passageiros e Foto 8-B - Trem Cargueiro da RFFSA.



Fonte: Arquivo pessoal de Cândido de Sousa (1970)



Fonte: o Autor (1994)

A Foto 8-A mostra o embarque de passageiros no Trem da RFFSA que ocorria de segunda a sábado no horário entre 11h e 12h. Ver o trem na Estação e o embarque de passageiros era uma das atrações da cidade.

- b) Falta de investimentos na indústria e comércio em grande parte nas mãos de árabes ou de seus descendentes, que perderam o poder de competitividade ficando a margem da evolução econômica;

- c) O desvio da aplicação de empréstimos bancários para outras finalidades, desvinculadas das previstas.

Foi nesse cenário de crise econômica e carências generalizadas, que o CRUTAC, em função do entusiasmo do então Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, filho de Codó, somado aos esforços do então Prefeito Moisés Alves dos Reis, foi instalado. Sobre esse momento, o Professor, Dr. Roberto Mauro Gurgel, na época, Coordenador Geral do CRUTAC, em entrevista faz a seguinte declaração:

Mais Codó passava no momento que o CRUTAC chegou, um momento de dificuldade grande. O contexto social, político e econômico era muito sério. O próprio contexto educacional. E, havia na própria população um desejo de mudança. Os Bancos inclusive estavam quebrando, a própria sociedade tava tendo uma série de desgaste e a chegada do CRUTAC em Codó foi uma coisa entusiástica. Foi lá no Clube principal da cidade, no Guarapary e... então... depois... aos poucos a comunidade foi definindo a programação do CRUTAC (2013).

Nos anos subsequentes da década de 1970, o empresariado local buscou saídas para recuperação da economia, adotando medidas como:

- a) A composição de débitos bancários pelos devedores que indicavam condições de reabilitarem-se economicamente;
- b) Empréstimos de capitais de giro para empresas com capacidade de recuperação econômica;
- c) Incentivo a agricultura, com restabelecimento da produção algodoeira e melhoramento de espécies de arroz, mamona, girassol e amendoim;
- d) Projeto de incentivos fiscais financiados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (agropecuários e industriais).

Foi através da tentativa de solução dos dois últimos itens que se dá a chegada a Codó da SUDENE, a qual, na condição de estimuladora de grandes Projetos Agropecuários, mediante aproveitamento de incentivos fiscais para os setores produtivos, favorecendo assim, a modernização e o desenvolvimento da estrutura econômica do município.

Em razão desta oportunidade de recuperação propiciada pela SUDENE, se verificou dois fenômenos no setor econômico de Codó: primeiro, os grupos que tinham condições de se modernizar aproveitaram a chance. Segundo, o surgimento de uma nova categoria de empresários, que não só passaram a assumir posturas modernas, com a adoção de medidas administrativas mais racionais à lógica do capitalismo, como também, procuraram gradativamente assumir o comando do poder político local.

Como sinais de plena recuperação, segundo Benedito Francisco da Silveira

Figueiredo²⁸, instalaram-se no município de Codó novas empresas como, a Monte Cristo Agroindustrial S/A, a Verde Negro Pecuária S/A, a Organização Agropecuária Codoense, Empreendimentos Rurais Farias S/A e a Itapecuru Agroindustrial S/A do Grupo Nassau, representando o maior investimento na indústria local, absorvendo quando de sua implantação, em 1974, 353 operários.

Foto 9 – Fábrica de Cimento NASSAU – BR 316, Codó – MA.



Fonte: o Autor (2013)

Vale salientar que a SUDENE não era apenas estimuladora dos grandes projetos agropecuários e industriais, estimulava também, os processos de Ação Comunitária - AC, onde os esforços eram direcionados às populações com baixo poder aquisitivo. Entretanto, o desenvolvimentismo postulado pela SUDENE, da forma como era formulado e implementado propiciava aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, uma marginalização cada vez maior das camadas populares que ficavam excluídos do processo. Desta forma, trabalhavam de um lado, classes dominantes, de outro, classes populares, difundindo por vias diferenciadas princípios modernizadores que combatiam o tradicionalismo, fazendo escola ideológica entre as instituições existentes, dentre as quais o próprio CRUTAC.

O setor primário do município de Codó era, na década de 1970, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) (1970), caracterizado pela

²⁸ Benedito Francisco da Silveira Figueiredo. Diretor-Presidente da Verde Negro Pecuária S/A, Empresa do Grupo Figueiredo, que havia recebido financiamento da SUDENE para criação de gado e comercialização de leite bovino.

predominância de uma pecuária extensiva de bovinos e pela agricultura de roças e vazantes às margens dos Rios Itapecuru, Saco e Codozinho, com o cultivo predominantemente de arroz, milho, mandioca e feijão. Todavia, os grandes projetos agropecuários que se instalaram no município, financiados pela SUDENE, contribuíram para o predomínio do latifúndio, a exemplo do que ocorria nos demais municípios do Estado do Maranhão, cuja prática fundiária foi a principal fomentadora da grande concentração de terras nas mãos de poucos, enquanto a grande maioria da população rural migrava para as periferias urbanas por não ter acesso à terra para trabalhar.

Segundo os Censos Demográficos do Maranhão – IBGE (1960-1970-1980), como consequência do crescimento econômico financiado por instituições de crédito oficiais, nos anos 1972, dentre as quais, Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e Caixa Econômica Federal (CEF), o município registrou em 10 anos – 1970/1980, um crescimento populacional, de 17,2%. Sendo notadamente a sede do município que mais se desenvolveu crescendo 73,9%, enquanto a área rural registrou um crescimento de apenas 1,5%. Em termos reais, a sede do município de Codó, era, em 1972, o quinto aglomerado urbano em número de crescimento de habitantes no Estado do Maranhão, ficando a densidade populacional praticamente o dobro da do Estado de acordo com os números do censo: Codó = 23,24/km²; Maranhão = 12,33/km².

A organização associativa de Codó, segundo Assad (1979, p. 22), data do início do Século XX, com a criação, em 29 de agosto de 1901, por razões de ordem filantrópica e assistencial da classe operária, a Sociedade Previdente Mutuária Codoense, por iniciativa do Professor Hermenegildo dos Santos²⁹ com a finalidade de prestar assistência aos operários do município que não dispunham sequer de condições de realizar um sepultamento decente quando do falecimento de um ente de suas famílias, ocasião em que o corpo do falecido era levado ao cemitério em cima de uma grade de talos. Além do auxílio funeral, a Sociedade também prestava assistência médica e oferecia cursos de capacitação profissional de natureza diversificada. As associações similares que foram criadas posteriormente são: a União Artística Operária Codoense, sociedade previdente e recreativa – fundada em 1º de maio de 1932, tendo como fundador emérito Pedro Alexandre Rodrigues; a Associação de Proteção a Assistência à Maternidade e Infância de Codó (APAMIC), em 1949 e o Centro Operário Codoense, em 22 de agosto de 1953, que congregava operários e oferecia-lhes: auxílio

²⁹ Professor Hermenegildo dos Santos. Segundo ASSAD, Marcelo Yasser. Codó, Fragmentos, 1979, p. 22. “Com o regime da palmatória, foi o severo mestre, pioneiro do ensino codoense”. Exerceu importante papel na organização associativa da classe operária em Codó.

funeral, Escola de 1º Grau (1ª a 4ª série), realizava festas dançantes para seus associados e a população em geral. Registram-se ainda, a existência de 2 Clubes de Serviço: o *Rotary Club International*, fundado em 30 de outubro de 1959 e o *Lions Club International*, em 7 de outubro de 1979.

De acordo com Costa (1985, p. 8), a classe operária de Codó, nos anos 1972, era representada ainda pelos seguintes Sindicatos: dos Trabalhadores Rurais, dos Arrumadores e dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. Já as Associações de Bairros existentes, eram as do Bairro Santa Filomena - Centro Social Nossa Senhora das Vitórias, do Bairro São Sebastião - Centro Social Coração de Jesus, do Bairro São Pedro - Centro Social São Vicente de Paulo e os Grupos de Mães dos Bairros São José, São Francisco e São Benedito.

Do mesmo modo que ocorreu em relação ao surgimento de Codó, onde a Igreja teve papel preponderante, também o teve na criação e organização das Associações de Bairros. De acordo com Costa (1985, p. 7), “É mérito da estrutura eclesial, sob a liderança do Cônego Benedito Ewerton, Padre Benedito Cutrim, Padre Lula e da devotada irmã Eutimia, da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (CIMC), a criação das comunidades de bairro”.

O CRUTAC utilizou, portanto, para o desenvolvimento de seus Projetos um espaço de ação já consolidado com a atuação da Igreja Católica.

Sobre a organização social de Codó, o Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel, Coordenador Geral do CRUTAC/MA, quando da atuação do CRUTAC/Codó, em entrevista declara que,

[...] quando a gente fala do CRUTAC Codó, muita coisa que o CRUTAC fez ele tomou por base o trabalho já anteriormente feito pela igreja. Teve o Padre Lula – que era uma figura referenciada por todos, e o Padre Lula deixou a semente do trabalho da organização social, e é mais fácil trabalhar onde já há organização do que quando não há, e nós aproveitamos tudo isso pra fazer com que o CRUTAC se afirmasse nessa linha (2013).

Tão significativa foi a participação da Igreja Católica para a organização social e administrativa de Codó, que a ação religiosa foi mencionada na II estrofe do Hino de Codó, de autoria da Professora Luiza D’lly Alencar Gomes (1970):

“Tu ostentas na Praça da Liberdade,
Um cruzeiro, símbolo da religião,
Monumento marcante nesta cidade,
Exibido hoje em nosso pavilhão.”

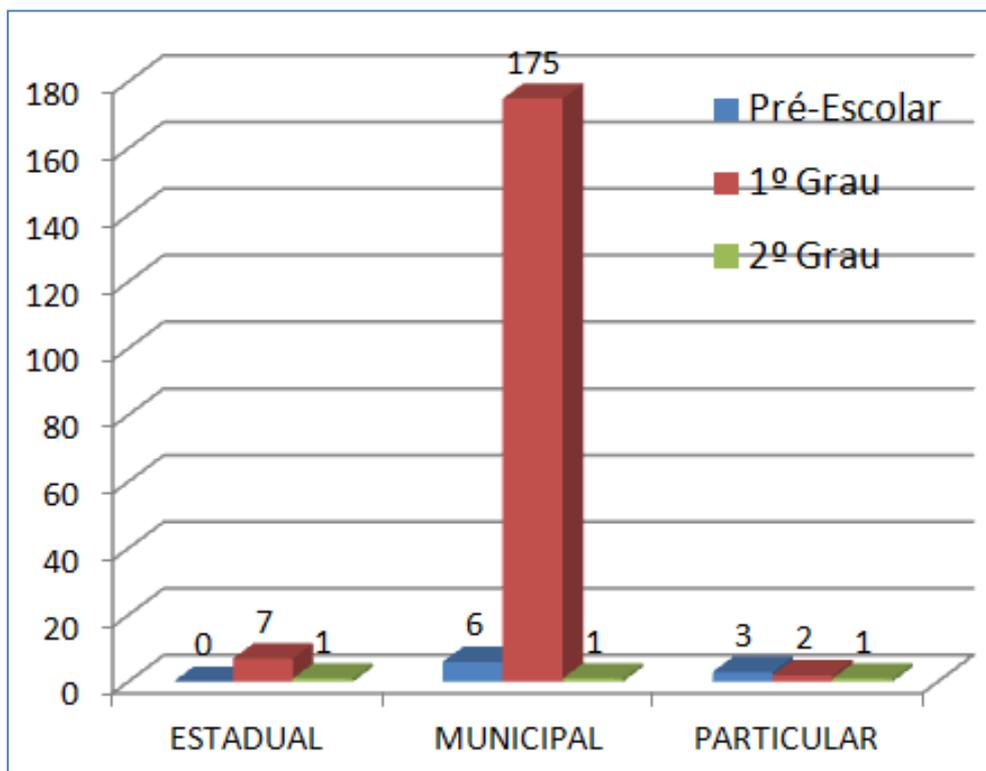
Foto 10 – Cruzeiro da Praça da Liberdade – Codó – MA.



Fonte: o Autor (2013)

Até a chegada da Fundação Universidade do Maranhão – FUM a Codó, através do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, nos anos 1972, o setor educacional, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC e Diretoria Regional de Educação (DRE), contava com um número reduzido de estabelecimentos de ensino das redes municipal, estadual e particular, os quais ofertavam matrículas para o Pré-Escolar, 1º e 2º Graus, conforme demonstra o gráfico a seguir:

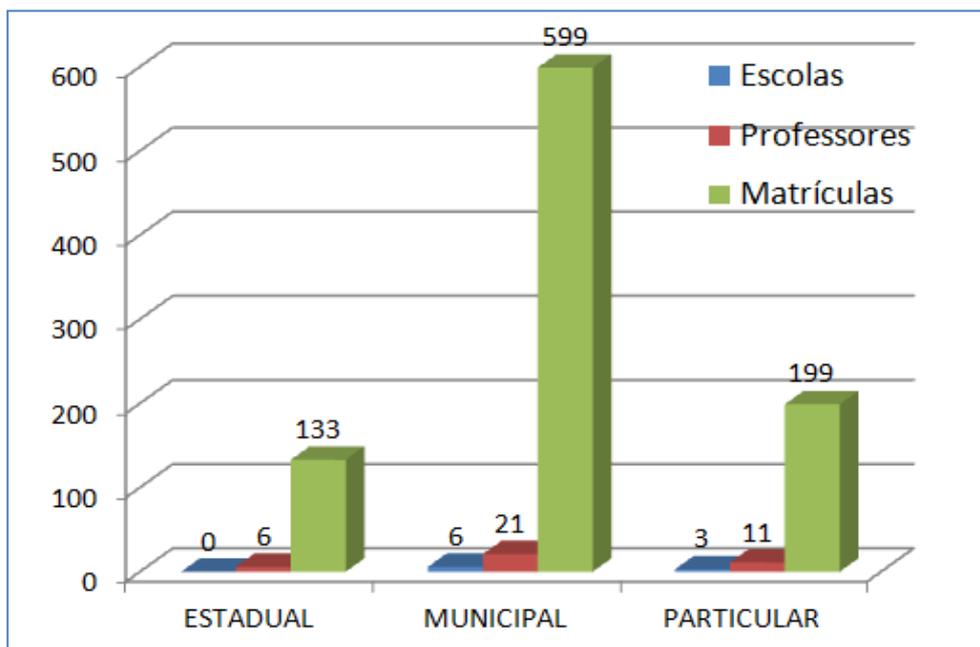
Gráfico 3 - Rede Escolar de Codó – Pré-Escolar, 1º e 2º Graus, em 1972



Fontes: SEMEC/DRE/Codó (1972)

O Ensino Pré-Escolar de Codó, contava com apenas 9 estabelecimentos, com uma oferta de 931 matrículas, o que significa dizer que para a maioria das crianças situadas nessa faixa etária não havia nenhuma possibilidade de acesso ao Pré-Escolar, pré-requisito para o ingresso na 1ª série do 1º grau, conforme demonstra o gráfico a seguir.

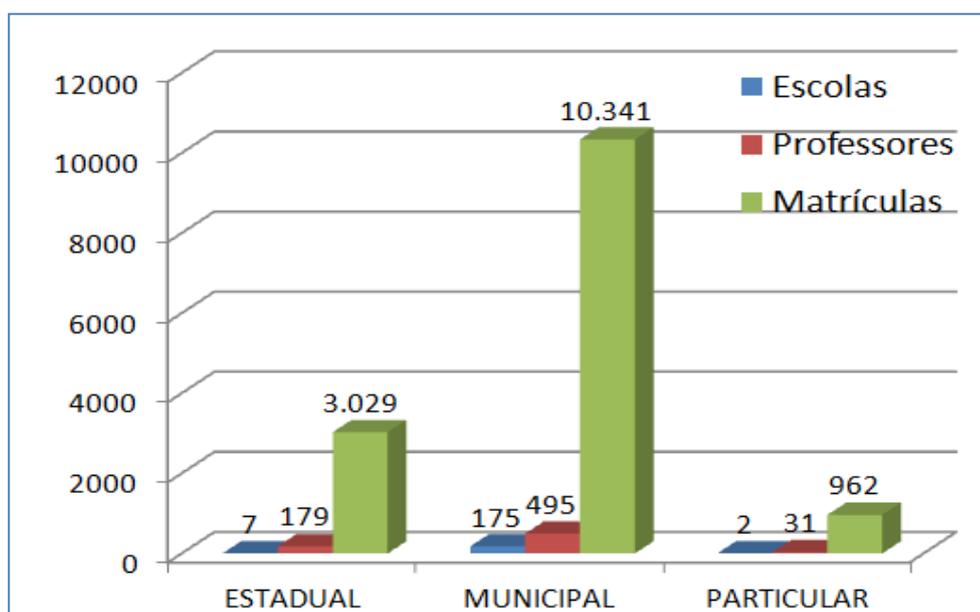
Gráfico 4 - Escolas, Professores e Matrícula – Pré-Escolar Codó (1972)



Fontes: SEMEC/DRE/Codó (1972)

O Ensino de 1º Grau, contava com uma rede composta por 184 Escolas, com maior concentração na área rural, onde se encontravam 139 unidades, todas da rede municipal, o que ainda era insuficiente, levando-se em conta que a área rural de Codó possuía mais de 4.000km² de extensão, com estradas vicinais em péssimo estado de conservação, fato que dificultava o acesso de Professores, Supervisores e alunos. O gráfico a seguir demonstra os dados acima mencionados.

Gráfico 5 - Escolas, Professores e Matrícula – 1º Grau Codó (1972)

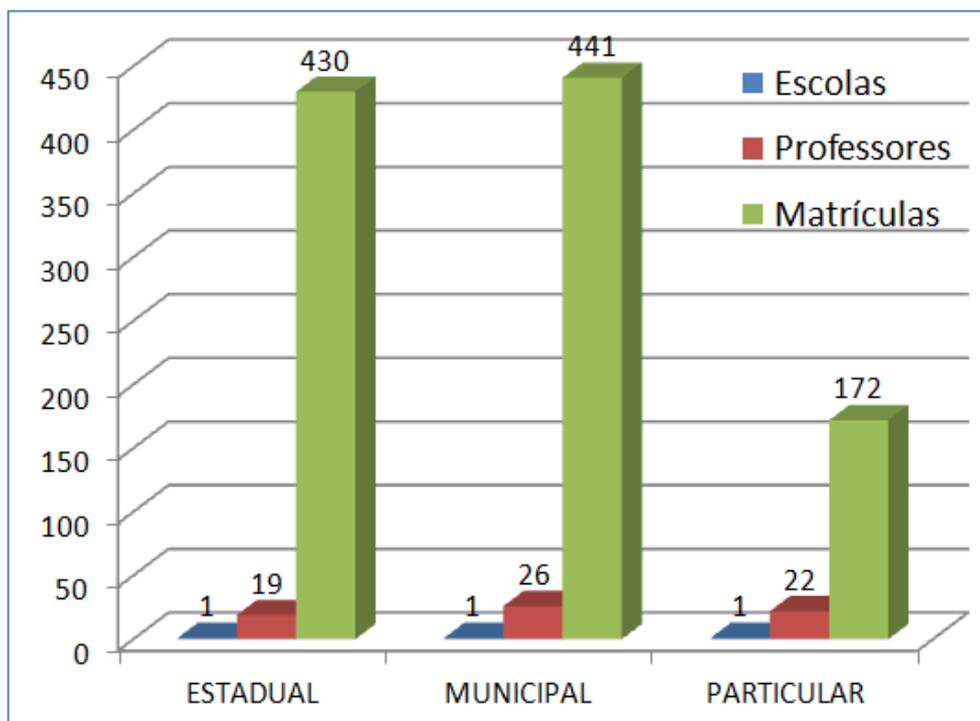


Fontes: SEMEC/DRE/Codó (1972)

O gráfico acima demonstra que o município à época com poucos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atendia 72,15% das matrículas, absorvia 70,21% dos Professores e era responsável pela manutenção de 95,10% dos prédios escolares, situação que dificultava o cumprimento do preceito constitucional de oferecer educação “gratuita e de qualidade”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 206, incisos IV e VII).

O Ensino de 2º Grau em Codó apresentava uma situação semelhante à do Pré-Ecolar: vagas insuficientes para a quantidade de alunos que concluíam o 1º grau e, portanto, estavam aptos a ingressar nesse nível de ensino. O gráfico a seguir demonstra a oferta de vagas nas redes de ensino pública municipal, estadual e particular no município de Codó nos anos 1972.

Gráfico 6 - Escolas, Professores e Matrícula – 2º Grau Codó (1972)



Fontes: SEMEC/DRE/Codó (1972)

A pouquíssima oferta de vagas para o ensino de 2º grau na rede pública fazia com que muitos estudantes de famílias pobres encerrassem os estudos com apenas o 1º grau de escolaridade e ingressassem no mercado de trabalho informal e/ou na construção civil, interrompendo o sonho de cursar o 2º grau, mesmo que fosse profissionalizante. O ensino superior, então, era privilégio de poucos estudantes.

Queiroz (1985, p. 113), em análise ao setor educacional de Codó, quando da instalação do CRUTAC, em 1972, aponta 7 fatores que concorriam não apenas para o déficit de atendimento à população escolarizável, mas comprometiam a qualidade do ensino

oferecido, sobretudo pela rede municipal. São eles:

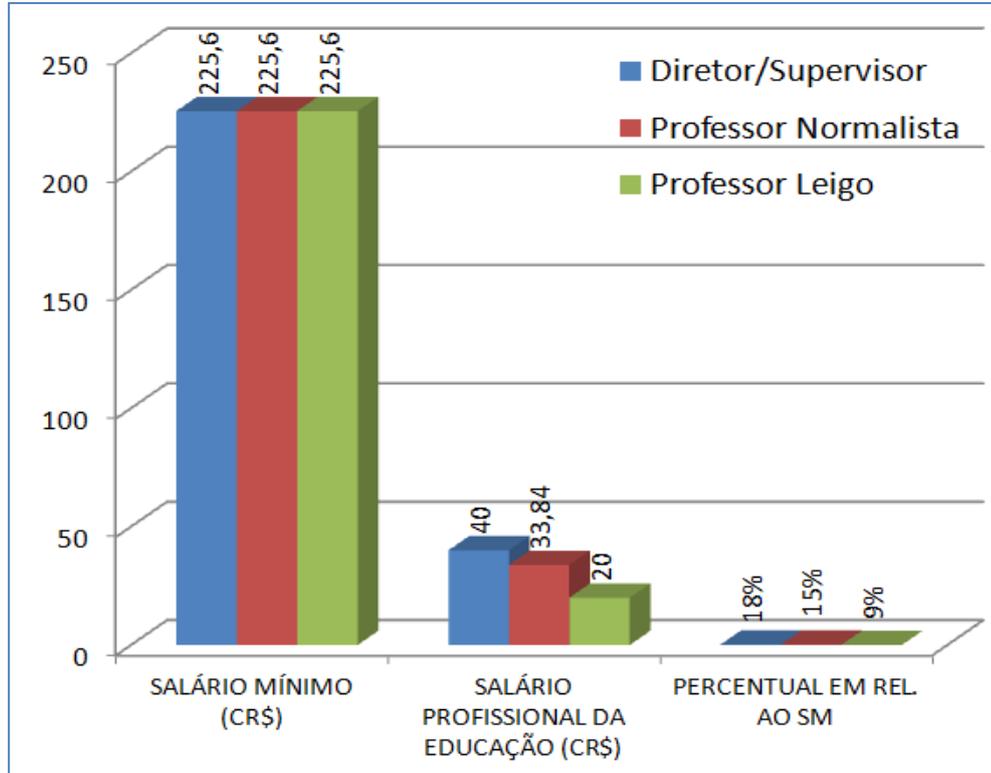
- 1) A formação precária do Professor, com apenas 46% normalistas e 54% leigos;
- 2) A precariedade das escolas em termos de instalações e equipamentos;
- 3) A utilização da mão de obra infantil pelas famílias pobres, impossibilitando as crianças de frequentarem as aulas;
- 4) A imposição do modelo escolar urbano, com a transmissão de conhecimentos estranhos ao mundo dos alunos da área rural;
- 5) O alto índice de fracasso ou evasão escolar superior 69,4%;
- 6) O fato do ensino de 2º grau, até 1979, ser ministrado totalmente pela rede particular;
- 7) A baixa remuneração do Professor.

Dos itens supra elencados como motivadores para o déficit e má qualidade do ensino no município de Codó destacamos como da maior gravidade “a utilização da mão de obra infantil pelas famílias pobres”, fato que impedia por parte da própria família o acesso das crianças à escola. Sobre esta realidade, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que está prática continua até nos dias atuais, com “o trabalho infantil utilizando cerca de 200 milhões de crianças em todo mundo”, representando quase um terço do total da força de trabalho na agricultura. E, José Maria Sumpsi, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (1980), denuncia “que todos os dias 132 milhões de crianças entre 5 e 14 anos de idade se vejam forçadas a arar a terra, cada vez mais em condições insalubres e perigosas”. Esta prática contribui para a manutenção das altas taxas de analfabetismo e para o subdesenvolvimento, em especial, no Nordeste brasileiro.

O outro fator que concorria para a má qualidade do ensino era sem dúvida a baixa remuneração paga à época (anos 1972) ao professor, que impossibilitava não apenas o financiamento de sua qualificação profissional, que teria que ser feita em instituições de ensino da rede particular na capital do Estado, mas, também, a aquisição de equipamentos próprios para utilização como recursos didáticos na ministração das aulas, tendo em vista que as escolas da rede pública dispunham apenas de quadro negro e giz.

O gráfico a seguir demonstra os valores percebidos pelos profissionais da educação no município de Codó em relação ao salário mínimo vigente no País.

Gráfico 7 - Valor dos salários pagos aos profissionais da educação da Rede Municipal de Codó em 1972, comparados ao salário mínimo vigente



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF (1972)

O Setor de Saúde em Codó nos anos de 1972, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, estava, como na maioria dos municípios brasileiros, muito aquém das necessidades da população. A rede hospitalar contava apenas com: 1 Centro de Saúde da Rede Pública Municipal; 2 Hospitais da rede particular; 1 Unidade Mista da Fundação Serviços Especiais de Saúde – FSESP com 20 leitos e 12 Postos de Saúde, sendo, 9 na área urbana e 3 na área rural, da rede municipal e 4 na área rural, da FSESP.

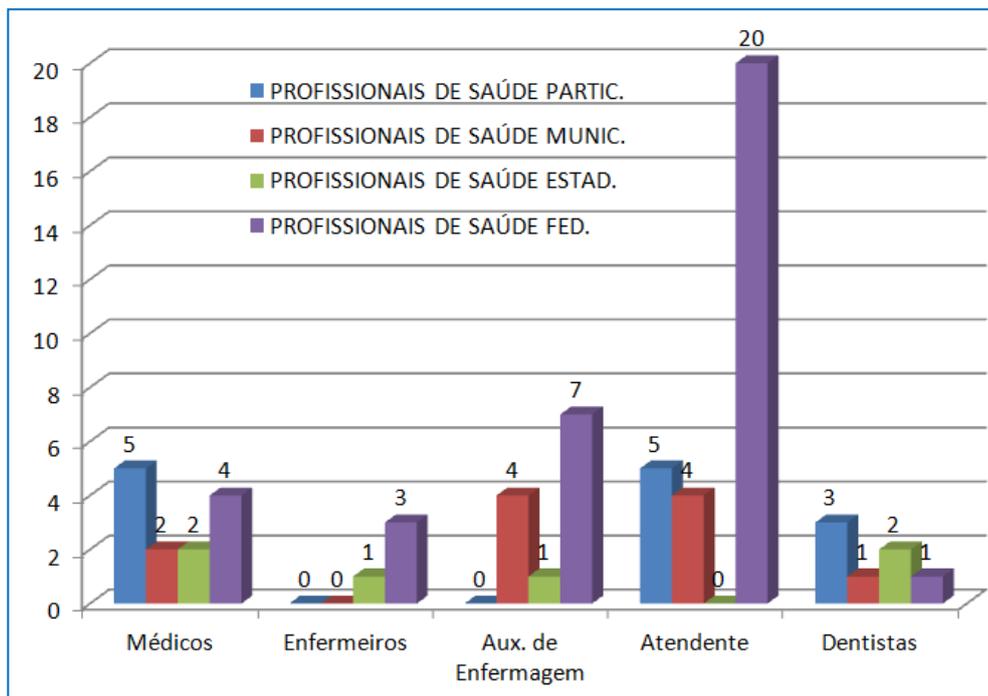
As informações da SEMUS (1972) não se limitam apenas sobre a insuficiência da estrutura física das unidades de saúde de Codó, mas à qualidade dos serviços prestados na rede pública os quais além de serem apenas atendimentos básicos (curativos, primeiros socorros e vacinas de rotina) eram realizados sem a presença de médico e sem material (medicamentos e suprimentos) necessários para a realização dos procedimentos.

Os serviços de saúde oferecidos à população eram extremamente insuficientes para atender o elevado índice de doenças infectocontagiosas e parasitárias além da tuberculose e hanseníase que afetavam particularmente a população pobre dos bairros periféricos e zona rural do município. A maioria das doenças identificadas tinham causas relacionadas ao baixo padrão alimentar às precárias condições de saneamento básico.

Os serviços de saneamento básico, segundo o Serviço de Autônomo de Água Esgoto – SAAE (1972), há décadas estavam em descompasso com o crescimento demográfico, apresentando os seguintes índices: 56% dos domicílios não possuíam fossas sanitárias e 30% não utilizavam água encanada.

Outro déficit da saúde em Codó é o que se refere aos recursos humanos existentes à época, nas redes pública e particular, os quais eram insuficientes para atender a população da sede e zona rural do município conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Profissionais da área de Saúde por Categoria Administrativa



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS (1972)

O perfil e o número dos recursos humanos da área de saúde do município de Codó, acima demonstrado, indicam não apenas a insuficiência de profissionais para atender a população, uma vez que eram 13 médicos para atender 93.988 habitantes, o que correspondia a 1 médico para atender cerca de 7.229 habitantes, mas também, a inexistência de alguns serviços básicos, dentre as quais, exames laboratoriais e de imagem (radiografia e ultrassonografia).

Em suma, os dados supramencionados retratam, mesmo que de forma sucinta, a situação socioeconômica do município de Codó, quando da implantação do CRUTAC, nos anos 1972, os quais por si só são suficientes para se ter ideia do tamanho do desafio que o Programa teve para enfrentar. E, o que mais preocupou a equipe Local e Geral do CRUTAC/MA, foi a expectativa da população codoense, que acreditava que uma instituição

forte como a Fundação Universidade do Maranhão – FUM seria capaz de resolver seus principais problemas, tais como, saúde, educação, saneamento básico, dentre outros. A este respeito, foi esclarecido pela Coordenação Geral que o CRUTAC e a Universidade, não iriam solucionar os problemas apresentados pela comunidade. Poderia fazer sim, gestão junto ao Poder Público Municipal, a quem cabia à responsabilidade de equacioná-los e/ou, caso o município não dispusesse de recursos suficientes, buscar apoio nas esferas governamental estadual e federal.

4.2 Projeto CRUTAC/Codó

O Projeto Codó (UFMA, 1971, p. 1), elaborado pela Equipe Central do CRUTAC/MA, logo em sua Introdução, destaca que a Fundação Universidade do Maranhão – FUM reconhecia o subdesenvolvimento do Estado, bem como, as dificuldades que teria de enfrentar para transformá-lo. Entretanto, decidiu não permanecer por mais tempo apenas como expectadora, mas procurar parcerias com outros órgãos para promover uma ampla mobilização visando encontrar alternativas viáveis para superação do problema. Segundo o referido Projeto, “aceitou ser desafiada pela realidade, pelos pessimistas, pelo futuro desconhecido [...]”. Ao criar o CRUTAC, tinha como objetivo tornar a Universidade capaz de promover o desenvolvimento “[...] especialmente do interior, para engajar a Universidade num processo de integração desenvolvimentista a nível estadual e a nível de regiões bem definidas e de projetos concretos”.

O Projeto definiu como Diretrizes Gerais:

- a) O CRUTAC sabe ser um agente externo que entra numa região e se coloca a seu serviço.
 - Sua função é antes de tudo educadora e conscientizadora através de atividades que promove;
 - Prestar um serviço significativo, mas que possa ser aos poucos dispensável;
 - Durante a sua permanência na área trabalhada, sua missão educadora visará a maior valorização das instituições e responsáveis, sem, contudo levá-las a uma dependência;
 - O CRUTAC tinha consciência que em decorrência de sua atuação novas necessidades surgiriam na área em termos do emprego de: técnicos, educadores, pessoal de saúde, etc., mas reconhecia que supri-las não é sua responsabilidade;
 - A saída da região, tal como a entrada e a permanência nela, deve ser igualmente planejada a fim de não perder o caráter educativo e não se esgotar no término da etapa final do trabalho. (PROJETO CODÓ, FUM, 1971, p. 2).

Em termos de operacionalização o Programa fazia opção por:

- b) O CRUTAC faz opção por uma estrutura flexível, leve, mas facilmente mobilizável presente e multiplicadora.
 - Na área de saúde, desenvolveria um trabalho preferencialmente preventivo;

- A flexibilidade se evidenciaria no esforço de cada universitário e Supervisor para relacionar naturalmente suas tarefas parciais com o trabalho global;
- Nesta perspectiva considerava a unidade norma fundamental para o desenvolvimento da 'Região Homogênea'. Nela, o CRUTAC deveria ser um suscitador de Programas Regionais e integrador de Projetos da 'Região Programa' em Projetos Regionais;
- A vivência dos universitários na estrutura de trabalho e de vida disponibilizada pelo CRUTAC os encaminharia à sensibilização nessas dimensões para um verdadeiro processo de desenvolvimento global, integrado e universal. (PROJETO CODÓ, UFMA, 1971, p. 2,3).

Nessa perspectiva, para implementação do Programa em Codó, o CRUTAC recebeu apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Associação de Crédito Rural (ACAR), bem como, apoio logístico da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública - FSESP. Estes órgãos públicos tinham como meta envidar esforços para a promoção do desenvolvimento social e econômico da Região Nordeste.

O objetivo geral do Programa CRUTAC/Codó, "tinha como meta a implementação do desenvolvimento integral e integrado e, como instrumento de ação, o planejamento". Projeto Codó (FUM, 1971, p. 12). Para o alcance da meta planejada, tinha como objetivos específicos:

- a) Realização de estudos socioeconômicos que propiciasse: a identificação das necessidades, dos níveis de vida, das mentalidades, dos problemas e recursos disponíveis da população e do município; a elaboração de um diagnóstico que refletisse a realidade de Codó e região;
- b) Sensibilização das comunidades urbanas e rurais da região para organizarem-se e participarem, como Agentes Locais (internos) do processo de desenvolvimento;
- c) Sensibilizar os universitários engajados no Programa, a contribuírem na qualidade de Agentes Externos de desenvolvimento, para a construção de um modelo de Planejamento Integral e Integrado que propiciasse maior integração de Codó na realidade do Estado pela execução desse Plano;
- d) Orientar o trabalho do CRUTAC/Codó de tal forma, que possibilitasse a confrontação da 'unidade de ação' com outros Projetos assumidos pelo CRUTAC em outras áreas, em função de um esforço concentrado para promoção do desenvolvimento regional.

A escolha de Codó como sede para instalação do II Núcleo do CRUTAC na Região do Itapecuru (Leste Maranhense) deveu-se a fatores tais como:

- Possuir, segundo o Censo do IBGE (1970), a terceira maior população do Estado do Maranhão, com 93.988 habitantes;
- Em termos de superfície, ser o segundo, com uma área geográfica de 4.698 km²;
- Constituir-se o município mais importante da Região do Itapecuru (Leste Maranhense), composta por: Aldeias Altas, Caxias, Coroatá, Cantanhede, Itapecuru, Matões, Pirapemas, Parnarama, Santa Rita, Timbiras e Timon;

- Em função do entusiasmo do então Reitor da UFMA, o codoense Cônego José de Ribamar Carvalho.

O fato do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho e outros importantes membros da administração superior da UFMA, dentre os quais, a Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento, Maria Elys Saads, o Diretor da Faculdade de Medicina, Dr. Orlando Araújo e a Coordenadora do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Conceição Ribeiro Quadros, serem codoenses, também influenciou na escolha de Codó, para instalação do II Núcleo do CRUTAC.

Paralelamente às justificativas para a escolha de Codó para sede do II Núcleo do CRUTAC no Estado do Maranhão, constatou-se que motivos outros de ordem política, a exemplo do que ocorreu em Natal – RN, quando da implantação do CRUTAC/RN, aqui no Maranhão também tiveram seu peso nesta escolha.

O Reitor da UFMA, Cônego José de Ribamar Carvalho, era natural de Codó e representava “um setor de oposição ao então Governador José Sarney e ao Governador da época Pedro Neiva de Santana, que juntos promoveram um processo de intervenção na Universidade em 1973”. (COSTA, 1985, p. 21). O Prefeito Municipal de Codó, Sr. Moisés Alves do Reis, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também fazia parte de uma corrente de oposição ao Governador Pedro Neiva de Santana, que durante seu governo, não visitou o município, nem tão pouco liberou recursos do Estado para nenhum setor, mesmo sendo conhecedor da enorme carência nas áreas de saúde, educação e saneamento básico. Cabendo ao Prefeito administrar apenas com recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), os quais eram insuficientes diante da enorme carência do município.

Não fora a determinação do Reitor em interiorizar a Universidade, talvez esse processo tivesse sido postergado ainda por muitos anos, pois além das forças políticas contrárias, na própria equipe da administração superior existiam membros que se opunham à iniciativa de levar a Universidade para além de seus muros, para o continente.

Quanto a esta última forma de oposição à Extensão Universitária, ou seja, de alguns membros dos próprios quadros da UFMA, é natural, em razão de a instituição abrigar em seu seio forças antagônicas com interesses contraditórios de grupos que lutam para mantê-la conservadora e tradicional e, de grupos que trabalham pela construção de uma ação transformadora que estabeleça uma relação orgânica com a sociedade.

Há ainda outro fato relevante que contribuiu para a escolha de Codó como sede

regional do CRUTAC. Foi à soma de esforços políticos do Prefeito de Codó, Sr. Moisés Alves dos Reis aos do Senador da República, o codoense Sebastião Archer da Silva, junto ao Magnífico Reitor da UFMA e o apelo da comunidade codoense, que havendo tomado conhecimento da grande contribuição que o CRUTAC/Pedreiras havia proporcionado ao desenvolvimento comunitário do município e à Região do Meariam (Centro Maranhense), solicitavam a implantação de uma experiência similar no município de Codó.

Atendendo ao Prefeito, ao Senador e à comunidade codoense, o Reitor da UFMA autorizou a Equipe Central do CRUTAC/MA, realizar no dia 13 de fevereiro de 1971, uma reunião em Codó com a participação de autoridades, representantes da sociedade civil organizada, da igreja e da Universidade, para estudar a viabilidade de instalação de um Núcleo do CRUTAC em Codó.

Após estudos realizados sobre o documento elaborado quando da reunião e subsidiado com informações fornecidas pela Prefeitura; apresentação do Relatório das Atividades de Extensão em 2 anos de experiência em Pedreiras, em 21 de outubro de 1971, ocasião em que a UFMA recebeu a visita do então Ministro da Educação, Jarbas Gonçalves Passarinho, foi autorizada a implantação do II Núcleo do CRUTAC no município de Codó para atender a Região do Itapecuru (Leste Maranhense).

Foram as razões acima explicitadas que corroboraram para a implantação do CRUTAC no município de Codó.

Foto 11 – Prédio da Prefeitura Municipal de Codó



Fonte: o Autor (1972)

A foto acima é do prédio da Prefeitura Municipal de Codó, edificado na Praça Ferreira Bayma, centro da cidade, que recebeu o nome de “Palácio Henrique Tavares da Silva Figueiredo”, em homenagem ao primeiro Prefeito de Codó, eleito em eleições direta realizada no ano de 1921.

Para a instalação oficial do CRUTAC em Codó, foram realizadas algumas reuniões da Coordenação Local, com autoridades, representantes da igreja e entidades da sociedade civil, com a finalidade de elaborar a programação para receber o CRUTAC/Universidade. O longínquo 20.05.1972 (já há mais de 41 anos) foi dia de “festa no interior”³⁰. O povo saiu às ruas para saudar com festa a comitiva do CRUTAC (reitor, professores e estudantes), em grande estilo. A entrega da chave da cidade e as boas vindas foram dadas pelo Prefeito de Codó, à época, o Sr. Moisés Alves dos Reis, no principal clube social da cidade, o Guarapary, sob o som de foguetes, aplausos e gritos de “bendito o que vem em nome do Senhor”. Lá estavam crianças, jovens, estudantes, o povão de pé no chão, todos alegres e cheios de esperanças no CRUTAC, pois acreditavam que os dias subsequentes seriam melhores, marcados pelo desenvolvimento.

Às 12h, o Prefeito e a comunidade ofereceram um almoço de confraternização, com comidas típicas da cidade cujo cardápio incluiu arroz de abóbora, cuxá e galinha caipira.

Foto 12 – Prédio do Clube Recreativo e Cultural Guarapary



Fonte: o Autor (2013)

Como parte da programação, foi realizada, às 16h, a inauguração da primeira

³⁰ “Festa no Interior” – Música Popular Brasileira (MPB), da Cantora Maria da Graça Penna Burgos (Gal Costa), Polygram. Rio de Janeiro: 1981.

Biblioteca Pública do Município, como presente de Codó aos estudantes. Na ocasião foi feito o lançamento do Livro “Uma Pedagogia para o Homem”, de autoria do Assessor Pedagógico do CRUTAC/MA, Roberto Joseph Camile Etave. Um fato marcante na inauguração da Biblioteca foi a lembrança do Cônego José de Ribamar Carvalho, de que ali, naquele exato lugar onde havia sido edificada a Biblioteca, havia anteriormente um Cruzeiro, local em que, aos 10 anos de idade, fez o seu primeiro pronunciamento oficial.

Foto 13 – Prédio da Biblioteca Pública Municipal de Codó – MA.



Fonte: Foto Soares (1972)

A instalação do CRUTAC/Codó ocorreu em sessão solene realizada às 18h, no auditório da União Artística Operária Codoense, com a presença de representantes do povo, universitários, comissão da UFMA e autoridades locais. Composta a mesa dos trabalhos, pronunciou-se em nome de Codó e dos codoenses, o Professor Mauro Bastos Pereira Rêgo (1972) – Diretor do Instituto Magalhães de Almeida (IMA), que após saudar aos presentes falou,

[...] da alegria do povo com a implantação do CRUTAC, pois acreditavam que o mesmo os fazia vislumbrar com um amanhã melhor, em especial na profícua relação com a Universidade, notadamente na área da educação, como fator preponderante para o desenvolvimento de Codó e da Região do Itapecuru.

Pronunciou-se ainda, o Prefeito Municipal de Codó, Sr. Moisés Alves dos Reis (1972), que,

[...] reafirmou o apoio institucional ao CRUTAC, e expressou a alegria de ter em seu município instalado oficialmente, o II Núcleo da Universidade Federal do Maranhão

– UFMA, pois é no CRUTAC que o povo deposita sua esperança de desenvolvimento.

A sessão foi encerrada com a palavra do Cônego José de Ribamar Carvalho (1972),

Reitor da Universidade, que falou,

[...] de sua felicidade em poder voltar a sua terra trazendo consigo uma equipe de jovens universitários, cheios de entusiasmo e uma imensa vontade de trabalhar, não só para aprimorar seus conhecimentos acadêmicos, mas para também, ajudar Codó e o seu povo a encontrarem o caminho de suas realizações.

Foto 14 – Prédio da União Artística Operária Codoense



Fonte: o Autor (2013)

Às 20h, o povo de Codó foi homenageado com um Show, oferecido pela Universidade, apresentado por um Grupo de jovens artistas de São Luís. Encerrada a programação, a comunidade ofereceu à comitiva do CRUTAC, uma festa dançante no Clube Guarapary, com o objetivo de estreitar os laços CRUTAC/comunidade, que partiram unidos para a promoção do desenvolvimento.

O quadro a seguir apresenta a relação nominal dos integrantes da primeira equipe técnica do CRUTAC/Codó, com seus respectivos cargos.

Quadro 2 - Primeira Equipe Técnica/Administrativa do CRUTAC/Codó

NOME	CARGO
Iramary de Jesus Martins Queiroz	Coordenador Local
Luís Carlos Bayma Saads	Supervisor da Área de Saúde
Mário Diniz de Sousa	Supervisor da Área de Saúde
José Augusto Medeiros Silva	Assistente Administrativo
Raldi da Costa e Souza	Assistente Administrativo

Fonte: o Autor (2013)

O quadro a seguir apresenta nominalmente os estudantes com a discriminação dos cursos e respectivas áreas.

Quadro 3 - Primeira Equipe Acadêmica Interdisciplinar do CRUTAC/Codó

NOME	CURSO	ÁREA
Aldenir Freitas Lima	Comunicação	Ciências Sociais
Carmecita da S. Porto	Biblioteconomia	“
Maria do Socorro Pereira	Direito	“
Elisabeth Jamil Maluf	Serviço Social	“
Janete da Graça Silva	Serviço Social	“
Maria da Conceição Cavaignac	Serviço Social	“
Maria das Graças Lima	Letras	Ciências Humanas
Maria do Carmo Moraes	Enfermagem	Ciências da Saúde
Maria Auxiliadora Salomão	Enfermagem	“
Luís Carlos Arouche	Farmácia	“
José Itamar Guará	Medicina	“
José Ribamar Dias	Odontologia	“

Fonte: CRUTAC/Codó (1972)

No que diz respeito à dinâmica operacional, o estágio rural era precedido por duas fases preparatórias, a saber:

- 1^a) O Treinamento Básico - realizado em São Luís, durante uma semana, que tinha por objetivo o engajamento do universitário na vivência interdisciplinar. Neste dava-se uma visão geral dos objetivos, da filosofia e do funcionamento do Programa; eram ministradas noções de dinâmica de grupo, pesquisa, técnicas de

informação social e informações sobre a realidade do campo de estágio;

- 2ª) Treinamento em Serviço - realizado em Codó, durante uma semana, na qual participavam membros da comunidade local, representantes de Associações de Bairros, Diretor da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública – FSESP e Secretários Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, que representavam as instituições onde o estágio seria desenvolvido.

Ao ser concluída a segunda etapa do treinamento básico eram definidas e assumidas pelos estagiários as seguintes normas de trabalho:

- Urbanidade com a clientela; assiduidade e eficiência no desempenho das atividades; pontualidade no cumprimento do horário; prestação de oito horas diárias de trabalho;
- Manter clima de solidariedade, urbanidade e cooperação com os colegas treinandos e respeitar a disciplina nos alojamentos;
- Não se ausentar da área de treinamento nos dias úteis e as saídas em fins de semana somente com autorização da Coordenação Local e por prazo nunca inferior a 1/5 (um quinto) do período do treinamento. (PROJETO CODÓ, FUM, 1971, p. 17).

Era do conhecimento de todos os estudantes que caso houvesse infringência das normas seriam aplicadas as seguintes penalidades:

- Advertência verbal;
- Advertência escrita;
- Não recebimento do Certificado de Treinamento;
- Desligamento do Treinamento com a comunicação ao curso a que pertencia e restituição por parte do treinando da bolsa correspondente aos dias restantes para o término do período. (PROJETO CODÓ, FUM, 1971, p.17).

O conjunto de normas impostas aos estudantes refletiam os conceitos fundamentados na Lei da Reforma Universitária nº 5.540/68, os quais concebiam a Extensão numa perspectiva meramente funcional, impedindo que os estudantes desenvolvessem uma relação orgânica com a comunidade alvo dos programas extensionistas, evitando desta forma a possibilidade de construir uma concepção de mundo homogênea e independente.

Encerrada a etapa de realização dos Treinamentos Básico, realizado pela Coordenação Geral do CRUTAC, em São Luís, e, em Serviço, pela Coordenação Local do CRUTAC, em Codó, partia-se para a operacionalização do Projeto para a área e período específicos, com a efetiva realização de ações devidamente planejadas.

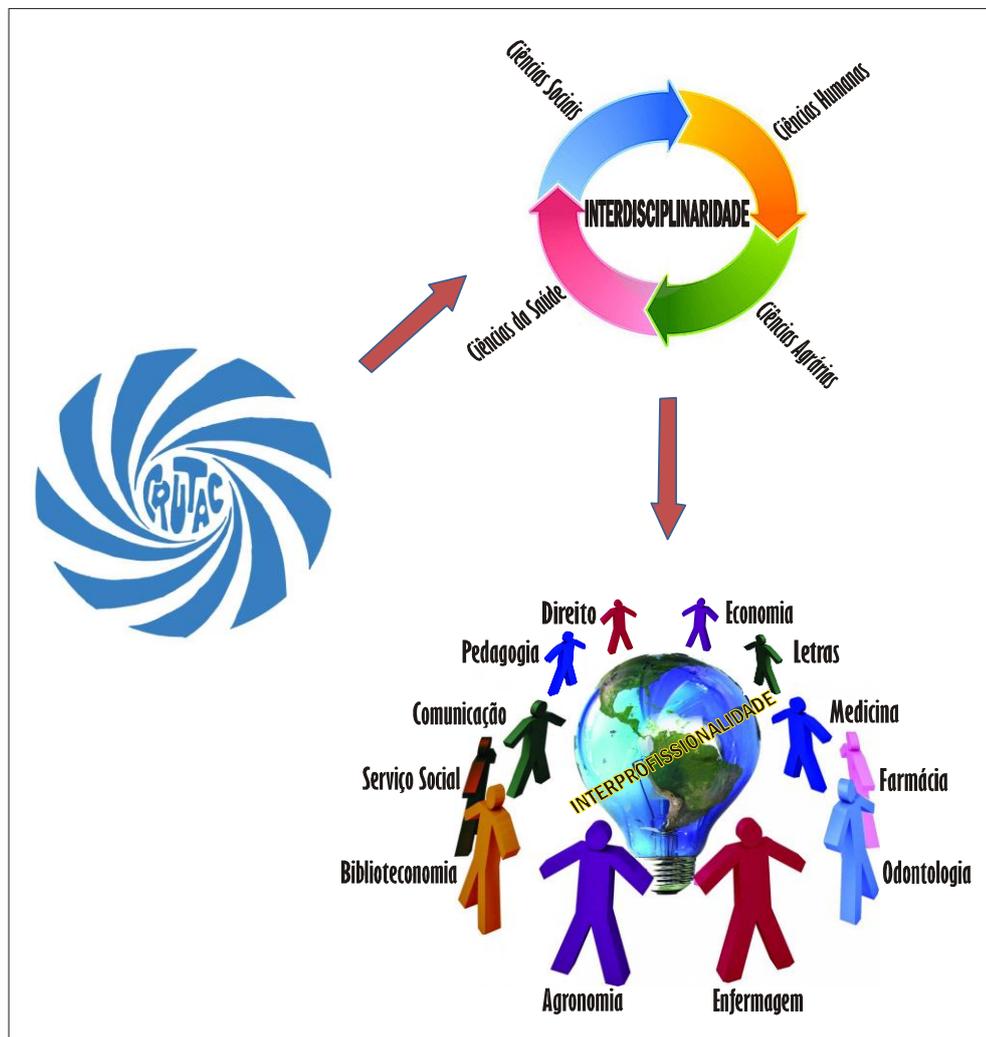
4.2.1 Ações do CRUTAC/Codó

Apresentamos a seguir, os objetivos e uma descrição sucinta das principais atividades desenvolvidas, focalizando a atuação do Centro Rural Universitário de

Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, no Município de Codó em dois momentos, a saber: o primeiro correspondeu ao período de 1972 a 1977 e caracterizou-se pela ênfase atribuída à Ação Comunitária e à prestação de serviços. O segundo ao período de 1978 a 1979, e apresentou como principal linha de ação o assessoramento às instituições sociais de Codó, a seguir delineados.

A Figura a seguir explicita os cursos e respectivas áreas do conhecimento da primeira equipe interdisciplinar que realizou estágio curricular no CRUTAC/Codó.

Figura 3 – CRUTAC: Interdisciplinaridade/Interprofissionalidade



Fonte: o Autor (2013)

Uma vez conhecidos os desafios detectados na etapa de “estudos sobre a realidade socioeconômica do município” segundo Relatório UFMA (1972), as ações do CRUTAC” na comunidade de Codó tiveram início com a implementação do “Projeto Integração de Comunidades Rurais”, norteado pela linha de Desenvolvimento de Comunidade – DC, desenvolvido nos Bairros São Francisco e São Sebastião. A equipe pioneira a quem coube à

responsabilidade de dar início efetivamente às atividades do CRUTAC no município, era Interdisciplinar, composta por acadêmicos das Áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias. É oportuno, aqui enfatizar que o esquema de ação planejado, foi baseado fundamentalmente na “Ação Comunitária”, combatendo o assistencialismo e o paternalismo, priorizando o desenvolvimento e a promoção humana.

Vale salientar que o aspecto positivo da interdisciplinaridade, segundo a Assessoria Técnica da CINCRUTAC (1974, p. 5) consiste no fato de que “leva a vivência do trabalho em equipe”. “[...] de modo integrado e integral”. Nesta perspectiva, as estagiárias do Curso de Serviço Social, Elizabeth Jamil Maluf, Maria da Conceição Cavaignac e Janete da Graça Silva, declararam que “sem haver uma junção de esforços, um agir conjunto, não haverá trabalho comunitário”³¹. Assim, deduzimos que a integração interprofissional propiciada pela interdisciplinaridade das várias áreas do conhecimento é imprescindível para qualquer trabalho que se pretenda implantar em uma comunidade. A relação Universidade e sociedade proporciona a interação da comunidade na tomada de decisões na busca de soluções para seus próprios problemas, contribuindo dessa forma para a mesma autogerir-se.

Sobre a importância da ação comunitária de forma interdisciplinar, o III Plano Diretor da SUDENE (1974, p. 5), estabeleceu que, “a ação comunitária tem por finalidade específica, promover a integração e participação ativa das comunidades nos Programas e Projetos de Planejamento Regional”. Constitui em suma, uma forma objetiva de encaminhar o processo de DC isento de cunho paternalista ou assistencialista. A ação comunitária deve enfim, suscitar maior participação das populações e Instituições da região no planejamento dos Projetos a serem implementados com vistas ao desenvolvimento regional.

A escolha da linha de ação de Desenvolvimento de Comunidade - DC, foi pelo fato, de a partir do seu conceito, segundo Bidlle (1969, p. 25), ser “um processo básico do Serviço Social no qual as pessoas de uma comunidade se organizam para planejar e agir, definindo suas necessidades em prol do bem comum”.

Vale salientar que, segundo o autor em referência, o DC não é estático, é dinâmico, e quando utilizado se propõe desenvolver a comunidade, não fazendo, mas orientando-a a fazer, estimulando o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do povo. Há que se destacar a importância no processo de DC pelo fato de não apresentar a fórmula pronta para desenvolver a comunidade, mas orientá-la a protagonizar seu próprio desenvolvimento.

³¹ Elizabeth Jamil Maluf; Maria da Conceição Cavaignac e Janete da Graça Silva. CRUTAC – Interiorização da Universidade em Codó. (1972, p. 24). Alunas do 8º período do Curso de Serviço Social da FUM, que prestaram estágio curricular no CRUTAC/Codó, no período de maio-agosto/1972.

A implantação do Projeto de Integração das Comunidades Rurais, tendo como linha de ação o DC, no município de Codó, através do CRUTAC, contou com a participação de agentes internos e externos. Sendo que os agentes internos – foram às pessoas disponíveis, atuantes, que operavam na própria comunidade e os agentes externos – os técnicos que tinham conhecimento do trabalho em DC. E, em se tratando do trabalho desenvolvido nos Bairros São Francisco e São Sebastião, o agente externo, foi a equipe interdisciplinar do CRUTAC.

Apresentamos a seguir a caracterização dos Bairros São Francisco e São Sebastião, atingidos pelo Projeto “Integração de Comunidades Rurais”, no primeiro ano de atuação do CRUTAC (1972) no município de Codó:

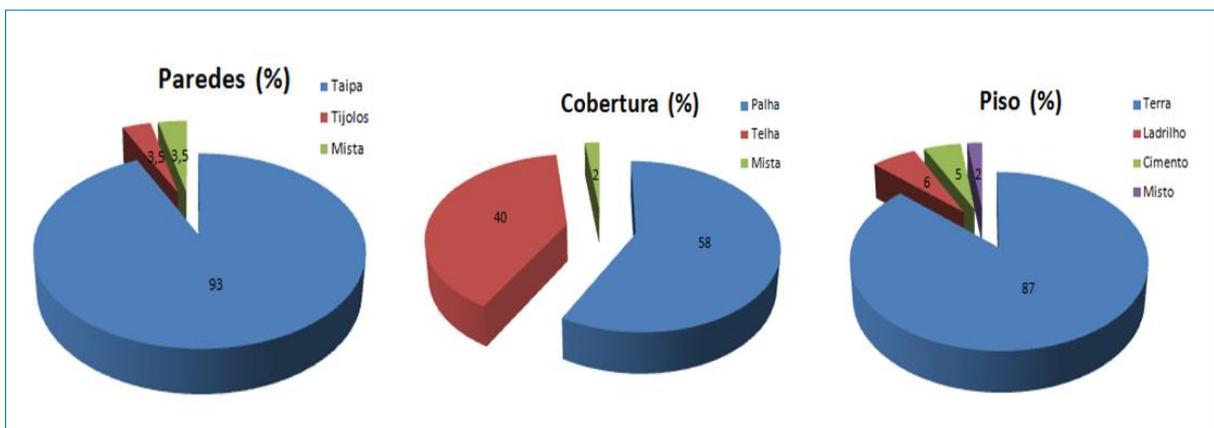
– Bairro São Francisco:

A origem do nome do Bairro “São Francisco”, como a dos demais bairros de Codó, foi devido a marcante presença da Igreja Católica na organização administrativa e social da cidade, que a todos deu nome de Santo. Segundo Gurgel (1989, p. 15),

O Padre Luís Mário Lula em sua preocupação com o trabalho dos bairros foi responsável pela atual divisão administrativa da cidade que até então era dividida apenas em cidade alta e cidade baixa. Os bairros receberam nome de Santos e foram assim denominados: São Sebastião, São Pedro, São Francisco, Santa Filomena, São Benedito, Santa Rita e São José, os quais somados ao Centro representaram o espaço de atuação do CRUTAC.

No aspecto estrutural, segundo dados da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública - FSESP (1972), o Bairro São Francisco, possuía a época, 13 ruas, sem calçamento e péssimas condições de tráfego devido às crateras enormes que não recebiam nenhum serviço de terraplanagem por parte da Prefeitura, nas quais existiam 762 casas, com a seguinte estrutura:

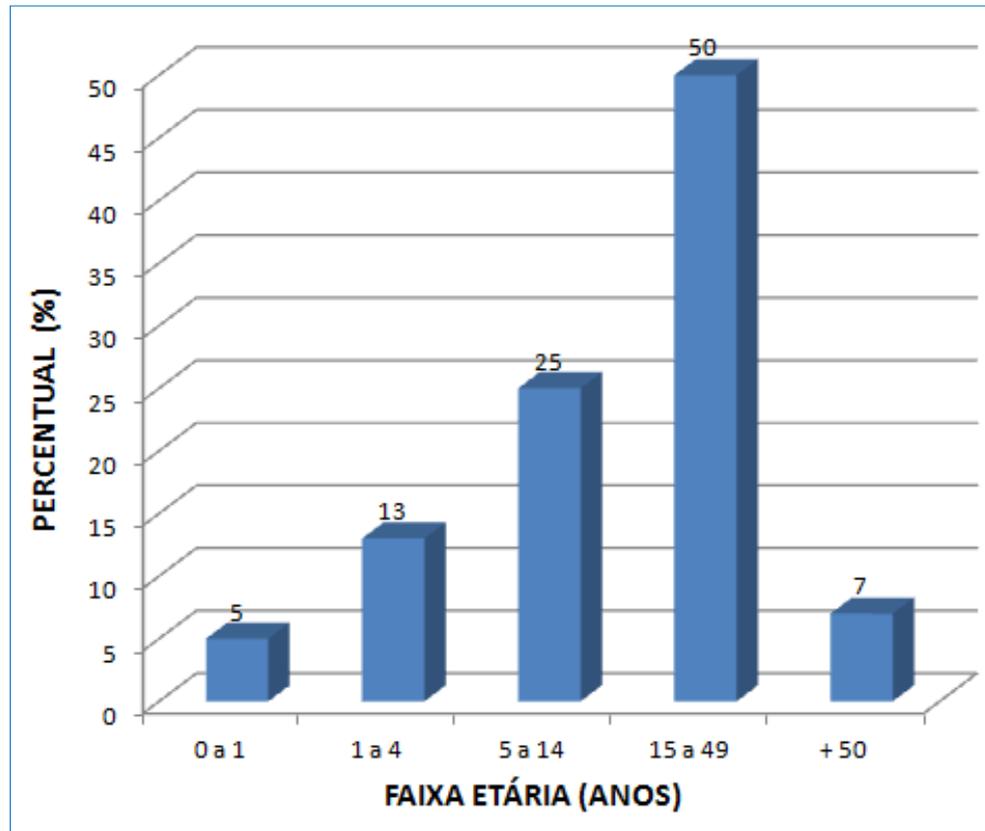
Gráfico 9 - Material utilizado na construção das casas do Bairro São Francisco



Fonte: FSESP (1972)

A população, segundo Censo do IBGE (1970) era estimado em 3.244 habitantes, com as seguintes faixas etárias:

Gráfico 10 - Faixa Etária da População do Bairro São Francisco



Fonte: IBGE (1970)

No setor de saúde a situação era precária. O bairro não possuía Posto de Saúde. A falta generalizada de higiene contribuía para a incidência de doenças parasitárias e infecto contagiosas. Como agravante, praticamente não existia saneamento básico, a grande maioria da população ingeria água da torneira, (aqueles que possuíam) fornecida pelo SAAE, sem nenhum tratamento, não utilizavam filtro, nem tinham fossa asséptica em suas residências.

No setor educacional, o bairro contava apenas com 1 escola da rede estadual, o Grupo Escolar Clodomir Milet, que atendia 310 crianças nos turnos matutino e vespertino, das 1.232 em idade escolar, o que correspondia a apenas 25,16%. As demais, 922, equivalente a 74,83%, não tinham acesso à educação por insuficiência de vagas na escola. A elas não era concedido o direito consignado no Art. 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217/48, de 10.12.1948, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU):

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução

técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. [...] Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (RES. 217/48-DUDH-ONU).

No aspecto socioeconômico, o bairro não possuía indústrias, nem comércio, apenas algumas quitandas com poucos artigos alimentares, de higiene pessoal e de limpeza, oferecendo em maior escala a cachaça da terra e fumo, consumidos em grande escala. Em face da carência de emprego e renda, alguns comunitários exerciam, quando encontravam trabalho de pedreiro, carpinteiro, roça, e, comércio informal.

Em termos sociais existia apenas um Clube de Mães Paroquial, que realizava reuniões uma vez por mês sob a coordenação da Igreja Católica. A problemática considerada de maior gravidade pela comunidade no bairro estava relacionada à prostituição de adolescentes. Para enfrentamento do problema, foi criada ainda na década de 1960, a Associação “Ninho da Amizade”, que com o apoio da Igreja, trabalhava para conscientização e recuperação das prostitutas oferecendo-lhes educação, saúde, capacitação profissional para possibilitar a inserção das mesmas no mercado de trabalho.

Encerrado os trabalhos de pesquisa e diagnóstico sobre a realidade de saúde, econômica, financeira, social e educacional, do Bairro São Francisco, foram iniciados no Bairro São Sebastião, segundo bairro de Codó em que foi desenvolvido o Projeto “Integração de Comunidades Rurais”, objeto de nosso estudo.

– Bairro São Sebastião:

O Bairro São Sebastião, nome dado pela Igreja Católica, através do Padre Lula, em homenagem ao Padroeiro da cidade, onde se encontra construída a Igreja de São Sebastião e uma das mais antiga e tradicional praça da cidade, a Praça Palmério Cantanhede, localizado na margem direita da Av. Augusto Teixeira, cidade alta, que dava acesso ao centro da cidade, formado por 22 ruas e uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1970), de 4.000 habitantes.

Foto 15 – Igreja de São Sebastião na Praça Palmério Cantanhede



Fonte: o Autor (1996)

A foto acima mostra a Igreja de São Sebastião, e a Praça Palmério Cantanhede, locais onde é realizada anualmente, no dia 20 de janeiro a festa em homenagem ao santo padroeiro. Entretanto as comemorações iniciam na semana que antecede a data, com realização de missas, novenas, e encerra com uma grande procissão pelas principais ruas do bairro.

No aspecto de saneamento básico, o bairro apresentava-se de forma precária, tendo em vista que a grande maioria das ruas não possuíam calçamento, nem rede de água encanada, e as residências não tinham fossa asséptica. Segundo dados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (1972), 70% das famílias utilizavam água da torneira sem os devidos cuidados higiênicos e poucas possuíam filtro.

Os serviços de saúde eram insuficientes para atender a população e executados de forma inadequada. O bairro não possuía Posto de Saúde, somente 1 Hospital e Maternidade particular, o Serviço Médico e Hospitalar de Codó (SAMEC), que pelo fato de ser particular, obrigava a população carente procurar atendimento no Hospital da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública – FSESP, localizado no centro da cidade, o único hospital público que à época atendia a toda população da cidade e da zona rural de Codó.

No que diz respeito à educação, o bairro contava com 2 escolas, uma da rede municipal, a Escola Nossa Senhora das Graças, oferecendo apenas 204 vagas para o primeiro grau menor (1ª à 4ª séries), funcionando no turno matutino e vespertino. O equipamento - carteiras, mesas, quadros, cadeiras e estantes, eram totalmente sucateados. Quanto ao prédio,

além de apresentar péssimas condições de higiene, à época ameaçava cair por falta de manutenção, fato preocupante por colocar em risco a vida de alunos e profissionais da educação que ali trabalhavam.

A outra escola existente no bairro pertencia à rede estadual, o Grupo Escolar João Ribeiro, que oferecia 575 vagas, nos turnos matutino e vespertino. Segundo a ex-diretora da referida escola, o equipamento da administração e das salas de aula apresentavam péssimas condições de manutenção. Em termos de recursos didáticos, só dispunha de quadro negro, giz e uma pequena Biblioteca da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED)³². A COLTED foi criada pelo Decreto nº 59.355/66, em 04.10.1966, através do Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL e a *United States Agency for International Development - USAID*.

Pelo fato das 2 escolas existentes no Bairro São Sebastião oferecerem apenas 779 vagas para o 1º grau, para atender uma demanda de 1.520 crianças em idade escolar, significa dizer que 741, equivalente a 48,75% ficavam sem acesso à educação. Dura realidade que contribuiu para o elevado índice de analfabetismo do município nos anos 1970, que segundo o IBGE, era de 68%.

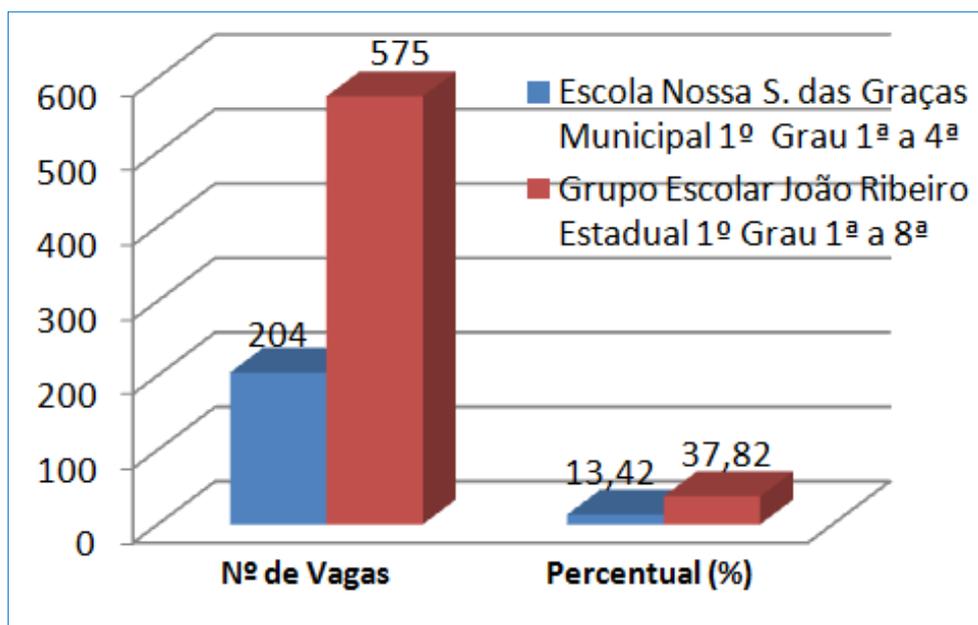
Reportando-nos sobre a questão do analfabetismo, entendemos que o mesmo acarreta prejuízos de ordem pessoal e social, ou seja, para o cidadão e para a comunidade, tendo em vista que o analfabeto pouco participa da vida social, não conhece as leis que asseguram seus direitos, pior ainda, chega a ignorar seus próprios direitos, o que nos levar a traçar o perfil da comunidade dos bairros que foram trabalhados os quais eram constituídos na sua grande maioria por pessoas analfabetas, as quais se apresentavam de forma desconfiada, não acreditavam nas autoridades e a vida era marcada por dificuldades prementes impostas pela civilização moderna com o predomínio do capitalismo desumano que acentuou as desigualdades e marcaram a alma dessas populações. Para as estagiárias do Curso de Serviço Social, Ana Maria da Silva Rabelo e Maria das Graças da Silva Leitão (1972). “as cores carregadas do quadro que descreve a dura realidade dos Bairros de Codó, não são para desanimar, mas, para apontar caminhos a percorrer, erros a corrigir e obstáculos a vencer”³³.

O gráfico a seguir apresenta a oferta de vagas pelas escolas das redes municipal e estadual no Bairro São Sebastião.

³² COLTED. Era uma Biblioteca com aproximadamente 120 Livros Didáticos do 1º Grau, adquirida através de Convênio SNEL/MEC/USAID e doada pelo Ministério da Educação e Cultura, a escolas da rede pública.

³³ Ana Maria da Silva Rabelo. Maria da Graça da Silva Leitão. CRUTAC/CODÓ: uma Experiência de Ação Comunitária. (1972, p. 11). Alunas do 8º período do Curso de Serviço Social da FUM, que prestaram estágio curricular no CRUTAC/Codó, no período de agosto-novembro/1972.

Gráfico 11 - Vagas oferecidas pelas Escolas do Bairro São Sebastião (1972)



Fontes: SEMEC/DRE/Codó (1972)

O aspecto sócio cultural do bairro resumia-se às atividades do Clube de Mães, onde se verificava de forma clara o controle da Igreja, ao ponto das reuniões administrativas e festivas iniciarem com a leitura do evangelho e oração. Quanto ao aspecto cultural, se restringia aos festejos religiosos, do padroeiro “São Sebastião”, festas juninas e apresentações musicais nos fins de semana.

Identificamos ainda, que no Bairro São Sebastião existia poucos estabelecimentos comerciais, dentre os quais, uma usina de pilar arroz, uma padaria e algumas quitandas. A população sobrevivia dos serviços profissionais da construção civil e a grande maioria da agricultura. Esta, devido à implantação de alguns empreendimentos agropecuários financiados pela SUDENE, ficou sem terra para o cultivo das culturas regionais como a mandioca, o arroz, o milho e o feijão.

Diante deste quadro de carências identificadas nos aspectos sanitários, de saúde, educacional e socioeconômico, nos Bairros São Francisco e São Sebastião, foi iniciado o primeiro momento de atuação do CRUTAC (1972 a 1977) com a implementação dos seguintes Projetos de Ação:

1 Projeto Integração de Comunidades Rurais (1972-1974)

Este Projeto tinha como objetivo promover a integração, capacitação e dinamização dos Grupos dos Bairros para engajá-los ao processo de desenvolvimento da comunidade.

Em função do objetivo supra explicitado as estagiárias da Área de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, realizaram as seguintes ações:

- Cursos de capacitação sobre: Direitos Humanos; Liderança; Dinâmica de Grupo e Relações Humanas;

Sobre a realização dos Cursos supramencionados a Sra. Aldenora Trindade Palácio, integrante da Diretoria do Grupo de Mães Paroquial do Bairro São Francisco, em entrevista, assim se manifestou,

Então, tinha Curso de Liderança, Curso de Relações Humanas e outros que eu não estou me lembrando, mais era muito importante, todo mundo participava, a gente fazia pergunta e isso aí desenvolveu a comunidade de Codó. Desenvolveu porque as pessoas ficaram tudo ativo sabendo seus direitos e deveres, todo mundo ficou sabendo qual era seu direito (2013).

- Na perspectiva de propiciar à comunidade oportunidade de capacitação profissional, foi promovido por técnicos da UFMA/PREXAE e do CRUTAC, em convênio com a Organização, Reconstrução e Trabalho (ORT)-Brasil, os seguintes Cursos: “Auxiliar de Escritório” e “Auxiliar de Contabilidade”, ambos com carga horária de 200h;

A atividade supracitada atingiu 70 estudantes concludentes de 2º grau e teve como objetivo capacitá-los para inserção no mercado de trabalho e propiciar a conseqüente geração de emprego e renda. Em termos concretos, era o CRUTAC, em cumprimento aos seus objetivos, promovendo o desenvolvimento socioeconômico local.

- Prestação de assessoria técnica em parceria com a Associação de Crédito Rural (ACAR), a produtores rurais sindicalizados, na elaboração de Projetos na área da Agroindústria a serem financiados pelo Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA);

- Assessoria na constituição e dinamização de “Comissões de Saúde” dos bairros para dentre outras ações, identificar e encaminhar pacientes para atendimento médico/odontológico nas unidades de saúde do município;

- Realização de palestras nas Sedes Sociais dos Bairros São Francisco e São Sebastião, com abordagem dos seguintes temas: Medidas preventivas do Câncer da Mama e do Colo do Útero na mulher; Medidas preventivas do Câncer da Próstata no homem; Diagnóstico e tratamento disponíveis para o Câncer da mama, do Colo do Útero e da Próstata.

A realização desta atividade prevista no Projeto CRUTAC/Codó, foi em função de pesquisas realizadas para identificar doenças com maior incidência no município e haver sido constatado que o índice de Câncer – CA, da Mama e do Colo do Útero nas mulheres e da Próstata nos homens, era altíssimo, necessitando assim, uma ação do CRUTAC para

diagnosticar pacientes portadores e encaminhá-los para tratamento. Paralelamente, promoveu campanhas preventivas, através da realização de palestras educativas para a comunidade em geral, e, realização de exames de laboratório (PSA), como medida preventiva. Em assim procedendo, o CRUTAC/UFMA estaria cumprindo seu papel social, de promover através de ações interdisciplinares solidárias o bem estar geral da população na qual se insere. Esta ação “[...] corresponde à responsabilidade de retribuir à sociedade, na forma de serviços aquilo que eles próprios dela receberam.” (SAVIANI, 1981, p. 63).

– Como forma de orientação no aspecto de saúde preventiva, foi promovido um Curso sobre “Princípios de Educação Sexual”, para integrantes do Ninho da Amizade, que sobreviviam da prostituição.

O apoio do CRUTAC ao Ninho da Amizade foi realizado inicialmente, com a sensibilização de mulheres que viviam da prostituição, destacando a importância de receberem orientação sobre medidas preventivas de saúde e de qualificação profissional para pleitearem acesso ao mercado de trabalho. Após esse primeiro contato, foi promovido um Curso sobre “Princípios de Educação Sexual”, com abordagem dos seguintes temas: Conceito, etiologia e classificação de doenças sexualmente transmissíveis; Principais elementos sociais de propagação das doenças sexualmente transmissíveis; A importância da prática da higiene corporal na prevenção e combate das doenças sexualmente transmissíveis; O uso de preservativos como forma de evitar contrair doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. Ainda no aspecto de saúde, foram disponibilizadas pelos estagiários do CRUTAC, consultas médicas; distribuição gratuita de preservativos e medicamentos adquiridos junto a Central de Medicamentos (CEME) e exames laboratoriais na FSESP.

No tocante à qualificação profissional foram promovidos em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social - SEMAS, cursos de acordo com sugestões das integrantes do Ninho da Amizade.

Na linha de educação foi feito o encaminhamento para matrícula (daquelas que desejavam iniciar e/ou continuar seus estudos) nos Cursos de Alfabetização do MOBREAL, Supletivo, Projeto Minerva, e Escolas de 1º grau da rede municipal de ensino, de acordo com o grau de escolaridade da cada uma.

Sobre o trabalho social desenvolvido pelo CRUTAC à Associação “Ninho da Amizade”, a Professora Hildenê Lima Nascimento, declara em entrevista que,

Então, o Ninho foi uma Instituição onde foi criada pela Igreja, onde tivemos o apoio do Padre e também do CRUTAC na época, onde trabalhava junto com agente em busca de conscientização, de conscientizar as mulheres, que o Ninho assistia na

época, que era as mulheres da zona, e o CRUTAC teve uma grande importância... foi de grande importância, por quê? Porque ministrava Cursos, Cursos para as mulheres que viviam da prostituição. Então, como o objetivo era tirar elas daquela vida, então a gente tinha o apoio do CRUTAC nos Cursos de Manicure, Cursos de Corte e Costura, apoio em tudo o que o CRUTAC podia apoiar eles apoiavam. Tínhamos também membros do Ninho, o Padre Moraes na época, deu muita força, então, o Padre Moraes buscava na Iramary esses Cursos, esse apoio (2013).

– Visando ampliar o conhecimento sobre o cultivo da terra e em consequência, aumentar a produção agrícola dos trabalhadores rurais, foi promovido em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAG) e ACAR, a “Semana da Agricultura” com a realização de palestras que abordaram os seguintes temas: Métodos de conservação do solo para aumentar a produção; A Importância da Utilização de sementes selecionadas; Período adequado para plantar e colher produtos regionais; Cuidados com a lavoura (proteção contra insetos) e Plano de Financiamento da ACAR para a agricultura;

Analisando o desenvolvimento do Projeto “Integração de Comunidades Rurais”, identificamos as seguintes falhas:

– As ações terem sido atreladas ao governo municipal. Este fato dificultou o fortalecimento da consciência crítica dos grupos envolvidos, tendo em vista não estarem, à época, “[...] articulados às grandes lutas dos centros urbanos maiores.” (GURGEL, 2001, p. 31);

– Em nenhum momento ao longo da experiência, a postura dos técnicos da UFMA no CRUTAC/Codó contrariou os interesses da classe política dominante local. Em face desse comportamento, os políticos faziam parecer à comunidade que as ações desenvolvidas eram por eles patrocinadas. Ou seja, o trabalho do CRUTAC foi utilizado como uma ação governamental.

Quanto à conduta passiva dos agentes da Universidade à época, em relação aos interesses dos dirigentes políticos do município, entendemos que se constituiu estímulo para que os mesmos defendessem com tanta insistência a continuidade e o fortalecimento do Programa de Extensão no município.

– As programações dessa fase foram voltadas apenas para a sensibilização e envolvimento da comunidade, sem apresentarem propostas que promovessem o desenvolvimento social;

– Funcionarem à margem da dinâmica dos currículos, isto é, não guardarem relação com os programas de ensino e pesquisa;

– Faltou maior envolvimento departamental o que além de prejudicar a operacionalização das atividades, impediu a retroalimentação e dinamização da experiência.

A participação incipiente dos Departamentos Acadêmicos da UFMA impossibilitou uma relação mais efetiva da Universidade com a comunidade de Codó. Sobre este aspecto, não foi observado o princípio de interação dialógica defendida por Paulo Freire, o qual propõe o desenvolvimento de relações entre a Universidade e setores da sociedade pautada pelo diálogo e troca de saberes. Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX (1998), Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade, mas de produzir em interação com a sociedade, um conhecimento novo”. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa ética e democrática. As diretrizes pactuadas no FORPROEX de forma ampla e abertas propõem “Interação dialógica, interdisciplinaridade, interprofissionalidade, indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social”. (NOGUEIRA, 2000, p. 51).

– Faltou uma maior sistematização da prática, bem como análises mais críticas das ações realizadas.

2 Projeto Intervenção Junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC (1972/1977)

O Projeto em apreço tinha como objetivo prestar assessoria técnica à Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, na organização administrativa, planejamento do ensino e promoção da capacitação de Professores, Supervisores e Diretores das escolas da rede pública municipal e estadual da sede e zona rural de Codó.

Visando atingir os objetivos supramencionados do Projeto em referência, foram desenvolvidas as seguintes ações pela equipe de estagiárias da Área de Ciências Sociais, Coordenação Local do CRUTAC e Professores da UFMA:

– Realização dos seguintes Cursos de Capacitação e Atualização Pedagógica com carga horária de 45h para Professores de 1º e 2º Graus e 4º Ano Adicional das redes de ensino municipal, estadual e particular: Aperfeiçoamento Pedagógico; Atualização Didático-Pedagógica; Estrutura e Funcionamento do 1º e 2º Graus; Avaliação a Partir da Formulação de Objetivos; Planejamento de Ensino; Auxiliar de Biblioteca.

Esta Atividade visou além da capacitação e atualização didático-pedagógica dos Professores acima referenciados, a conseqüente elevação do nível da educação no município. Sob esse aspecto, a UFMA/CRUTAC cumpriu tão somente sua função social, pois “[...] cabe

a Universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os a comunidade e se convertendo assim, numa força viva e capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade.” (SAVIANI, 1981, p. 62). A ação da UFMA, através do CRUTAC foi relevante, considerando os baixos índices da educação no município à época de atuação do Projeto CRUTAC/Codó (1972-1979).

Sobre a realização dos Cursos supracitados, a Professora Maria do Carmo Araújo dos Santos, em entrevista assim se manifestou,

O CRUTAC ajudou muito, muito, muito a área da educação. Eu me lembro que naquela época, Codó não tinha Professores formados, não tinham ensino superior, os Professores tinham apenas o curso Magistério, feito mesmo em Codó e o 4º Ano Adicional, que era chamado naquela época e que é a formação que eu tenho. E os Professores tinham dificuldades para trabalhar na área da educação, pra preparar suas aulas, tinham aquela dificuldade, e o CRUTAC veio pra ajudar... realizando muitos cursos, vários cursos, eu participei de vários cursos, me lembro, de Psicologia, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Organização de Biblioteca, Sociologia... muitos outros cursos eu participei (2013).

– Assessoria técnica à SEMEC/Prefeitura de Codó, na elaboração do Projeto de implantação e implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) nas escolas da rede pública municipal;

Vale salientar que até os anos de 1972, as escolas da rede municipal de ensino de Codó, não serviam “merenda escolar” para os alunos. Com esta ação, as estagiárias da Área de Ciências Sociais, a SEMEC/Prefeitura de Codó conseguiram adquirir junto a CNAE, alimentos necessários para a merenda escolar, a qual passou a ser servida a partir de então, de segunda a sexta feira, em toda rede de ensino municipal. Segundo depoimento da Diretora à época, da Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, situada no Bairro São Sebastião, verificou-se nos meses subseqüentes à implantação da merenda, significativo aumento da frequência de alunos às aulas, pois em razão do baixo poder aquisitivo da maioria das famílias, a merenda escolar se constituía fator motivador para a frequência à escola.

– Assessoria à Direção e Técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, na elaboração e encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação (CEE), da documentação para autorização e funcionamento do Centro Educacional Municipal Senador Archer, à época, a maior escola de Codó, em termos de estrutura física, quadro docente e número de alunos. É oportuno destacar que até os anos de 1972, nenhuma escola da rede municipal de Codó, era autorizada pelo CEE;

– Para solucionar problemas relacionados à vida escolar dos alunos da rede pública municipal, por falta de documentos de identidade não só dos alunos, mas, também, dos pais,

foi feita gestão junto ao Tabelião do Cartório de Registro Civil, e ao Juiz da 1ª Vara da Comarca de Codó, pleiteando a concessão de descontos de 50% no Registro de Nascimento para alunos, que à época custava Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) e do Casamento Civil, que à época era realizado por Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). Sensibilizados, Tabelião e Juiz concederam os descontos pleiteados.

Sobre a realização dos “Casamentos Comunitários”, a ex-integrante da Diretoria do Grupo de Mães Paroquial do Bairro São Francisco, Sra. Aldenora Trindade Palácio, em entrevista faz os seguintes comentários:

[...] teve casamento... muitos casamentos no Bairro São Francisco, inclusive nós andávamos... quem financiou esses casamentos foi os ricos daqui, então a gente andava pedindo ajuda pra pagar o casamento no civil e por sinal eu me casei nesse tempo no civil, eu era casada só no Padre. Então, eu era uma das noivas que ganhei dinheiro pra pagar os casamentos de todo mundo, porque eu era mais conhecida e quando nós chegávamos nos comércios, nas casas, eles diziam: “vou ajudar essa noiva aqui.” Então do meu, o que eu ganhei deu pra pagar os casamentos de todo mundo, que lá no nosso bairro foi dez, teve dez casamentos. Então foi muito bonito, tivemos festa, depois foi muito importante mesmo, juntou gente, elas convidaram gente, aí lá na sede fez a festa, muito importante (2013).

A ação da equipe interdisciplinar de estagiários do CRUTAC, neste aspecto em particular, comprova o quanto é significativa para a população o processo de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade, pois corrobora para a solução de problemas críticos como este relacionado à documentação pessoal de pais e alunos, para possibilitar a emissão de documentos escolares. O CRUTAC através de seus estagiários funcionou como interlocutor da comunidade no ato de fazer gestão junto ao Tabelião do Cartório de Registro Civil, e ao Juiz da 1ª Vara da Comarca de Codó.

– Em parceria com a Prefeitura/SEMEC foi feita gestão junto ao Instituto Nacional do Livro (INL) e a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), para aquisição de livros para implantação de Bibliotecas Setoriais nas escolas da rede pública municipal da sede e zona rural de Codó.

Até os anos 1972, a cidade de Codó não possuía uma Biblioteca Pública, após a sensibilização/conscientização do Prefeito Municipal à época, Sr. Moisés Alves dos Reis, pelas estagiárias do Curso de Biblioteconomia, foi construída, equipada e inaugurada uma Biblioteca Pública, bem como, implantadas Bibliotecas Setoriais, nas escolas de 1º grau, com acervo doado pelo INL e pela COLTED. Esta ação propiciou a estudantes e professores a realização de pesquisas de atividades escolares.

– Realização por Professores da UFMA e Coordenação Local do CRUTAC de “Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico” com carga horária de 150h para Monitores do

“Projeto de Educação Rural do Maranhão”, com atuação na rede de ensino estadual no município de Codó;

– Com o objetivo de avaliar a eficiência do ensino de 2º grau em Codó, foi realizada pesquisa nas seguintes escolas da rede pública e particular de Codó: Ginásio Codoense da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CENEC); Escola Normal Ginásial e Instituto Magalhães de Almeida - IMA.

Esta atividade foi operacionalizada em etapas distintas, a saber: elaboração de questionário com itens relacionados a conteúdos, metodologias, recursos didáticos, estrutura, equipamentos, instalações e qualificação do corpo docente e técnico das escolas de 2º Grau; aplicação da pesquisa qualitativa por amostragem de docentes, discentes e técnicos; avaliação, divulgação dos resultados e discussão e apresentação de propostas/ações visando suprir as deficiências identificadas pela pesquisa sobre o ensino de 2º grau em Codó.

Em análise que fizemos às ações do CRUTAC/Codó em educação, identificamos fatores que contribuíram para que a melhoria do ensino pleiteada através do Projeto “Intervenção Junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC”, não fosse alcançada em sua totalidade:

– Na rede municipal de ensino trabalhavam à época, 410 docentes não titulados e somente 90 foram atingidos, pelos Cursos de Capacitação e Atualização Didático-Pedagógica, o equivalente a apenas 21,95% da totalidade;

– Ficou evidente que além da realização de Seminários e Cursos de Capacitação para professores e demais trabalhadores da educação, outras variáveis, dentre as quais, manutenção das instalações escolares, recursos didáticos, acervo bibliográfico e equipamentos precisavam ser adquiridos e disponibilizados, respectivamente, a docentes e discentes para propiciar melhores condições de desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;

– Apesar de haver tomado conhecimento dos péssimos salários pagos pela Prefeitura aos trabalhadores da educação, (conforme explicita o Gráfico 7 à página 83 deste trabalho) não haver sido feita nenhuma gestão junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC/Prefeitura, que pleiteasse a melhoria salarial dos mesmos;

– Não ter sido desenvolvida nenhuma ação voltada para a educação especial, mesmo sendo do conhecimento dos dirigentes do CRUTAC/Codó, a necessidade que instituições que desenvolviam ações nesta área, como a Sociedade Pestalozzi de Codó, a qual, apesar de haver solicitado à Universidade/CRUTAC, Cursos de Capacitação para o quadro docente da escola com mais de 250 crianças e adolescentes especiais, não foi atendida;

No que diz respeito à falta de articulação verificada nas ações desenvolvidas com relação ao ensino e a pesquisa, fato que se constituiu o objetivo geral do presente trabalho explicitado na Introdução à página 18, “[...] identificar se as ações foram desenvolvidas de forma interdisciplinar integradas ao ensino e a pesquisa”. Constatamos que houve alguma relação com o ensino, mas praticamente inexistiu com relação à pesquisa. Constatamos que um dos fatores que impediram esta interação, foi em grande parte causada pela dificuldade de liberação por alguns Departamentos de estudantes para prestarem estágio curricular no CRUTAC/Codó. Para termos maior clareza desta assertiva, basta verificarmos o Gráfico 12 deste trabalho à página 122, o qual explicita que dos 334 estudantes que estagiaram no Programa, 84% foram dos Cursos de Medicina, Enfermagem e Serviço Social, os demais Cursos representaram apenas 14% e dos Cursos de Letras e Pedagogia, somente 2%. Os dados comprovam que de fato, a interdisciplinaridade que permitiria “[...] a cooperação recíproca entre várias disciplinas, promovendo um intercâmbio real e resultando em enriquecimento mútuo”. (SANTOMÉ, 1998, p. 55), não ocorreu em sua totalidade.

3 Projeto Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental (1973-1975)

O presente Projeto tinha como objetivo conscientizar a comunidade sobre a importância do saneamento ambiental e estimular a prática de medidas sanitárias visando à preservação da saúde.

Para o alcance do objetivo enunciado, a equipe de estagiários das Áreas de Ciências Sociais e Ciências da Saúde e Coordenação Local do CRUTAC, realizaram as seguintes ações:

- Assessoria na realização de eleição para escolha de “Representantes de Ruas”, os quais trabalhariam junto aos Poderes Públicos e Instituições, reivindicando serviços de infraestrutura, urbanização, saúde e educação para os bairros.
- Realização das seguintes atividades na área saneamento ambiental:
 - Levantamento nos Bairros São Francisco e São Sebastião, do número de casas que não possuíam água encanada fornecida pelo SAAE, visando sensibilizar os moradores para a importância de efetuar a ligação de suas residências no sistema de abastecimento de água da cidade; gestão junto ao SAAE, para ampliação da rede de abastecimento d’água.
 - Promoção de palestras sobre os benefícios da água filtrada para a saúde, estimulando a comunidade a participar dos Consórcios de filtro, para aquisição

e utilização do mesmo, como medida sanitária preventiva.

- Realização de reunião com a participação de representantes da FSESP e SAAE, com a finalidade de conscientizar a população sobre a importância da utilização de fossa asséptica na prevenção de doenças; pleitear junto ao SAAE, o parcelamento para a aquisição da laje de concreto, para construção de fossas nos bairros, em regime de mutirão.

Os Consórcios para aquisição de filtro e fossas foram organizados em reuniões realizadas aos sábados a partir das 15h, nas sedes sociais dos bairros. Cada Grupo de Consórcio era composto por 23 comunitários, que correspondia ao valor global de um filtro, que era de Cr\$ 23,00 (vinte e três cruzeiros). Cada consorciante pagava semanalmente uma parcela no valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) e participava do sorteio de um filtro. Aqueles que eram contemplados nos sorteios semanais continuavam pagando as parcelas até concluir aquele Grupo de Consórcio. Desta forma, todos os consorciantes recebiam um filtro. De igual forma foram organizados os Consórcios para aquisição de fossas assépticas. Sendo que, no caso das fossas, o Consórcio constava além do pagamento do valor de Cr\$ 9,00 (nove cruzeiros), em 18 parcelas de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos), para aquisição da laje de concreto junto ao SAAE, os consorciantes reuniam-se em mutirões semanais realizados aos domingos no turno matutino e vespertino para construir a fossa daquele que fora contemplado nos sorteios realizados aos sábados. Esta foi uma ação, que propiciou a melhoria das condições de saneamento ambiental, bem como, a prática de medidas higiênicas preventivas de saúde.

- Com a participação da Prefeitura Municipal, *Rotary Club International*, Associações representativas da sociedade civil, igrejas, estudantes e a população dos bairros foi realizada a “Campanha de Limpeza da Cidade”, que teve como slogan: “Cidade Limpa, Povo Com Saúde”.

- Realização de “Campanha Preventiva de Saúde Bucal” nas escolas da rede estadual e municipal de Codó, incluindo as seguintes ações: levantamento epidemiológico da cárie de CPO’ e aplicação tópica de flúor, em parceria com a FSESP e Secretaria de Estado da Saúde - SES;

- De acordo com Relatório Trimestral da Coordenação Local do CRUTAC/Codó (1977, p. 2), no período de julho a setembro de 1977, foi realizada em parceria com a SUCAM e FSESP, Campanha de Vacinação de adultos e crianças com aplicação das seguintes vacinas: D.T.P = 1.607; SABIN = 645; Sarampo = 457; Anatox-tetânica = 174;

Anti-Variólica = 23; V.A.V = 61, totalizando = 2.967 vacinas;

– Realização, de “Treinamento sobre Puericultura”, com apresentação dos seguintes temas: Aparelho Reprodutor Feminino (útero, ovário, trompa, fecundação e gravidez); Pré-Natal (higiene, alimentação e imunização); Parto (tipos: normal e patológico); Pós-parto (alimentação, higiene, exercício, puerpério); Cuidados com o recém-nascido (asseio, coto umbilical e alimentação); Aborto (tipos: espontâneo e provocado); Doenças comuns da infância (desnutrição, sarampo, varíola, varicela, paralisia, coqueluche e caxumba); Importância da imunização (quando devem ser vacinadas as crianças); Desenvolvimento da criança (1ª, 3ª e 3ª fases).

No que diz respeito à orientação pelas estagiárias do CRUTAC, às gestantes sobre a importância da realização do pré-natal, o Sr. Antonio da Silva Gomes, em entrevista assim se manifestou:

O CRUTAC colocava exatamente o direcionamento para a vida social futura de toda essa juventude e de todas aquelas criaturas abandonadas, por exemplo: os pré-natais, mulheres que morriam antes do sexto mês, chegavam a um parto sem nenhum pré-natal, o CRUTAC fazia tudo isso. Isso acontecia dentro desse projeto que era muito creditado realmente, a presença do CRUTAC (2013).

Segundo Relatório Final de Estágio da acadêmica de Enfermagem Maria de Lourdes Lobato Ribeiro CRUTAC/Codó (1977, p. 1, 2), no período de 08/08/1977 a 02/11/1977 foram realizados com Técnicos da FSESP no Hospital Geral Municipal (HGM), os seguintes procedimentos:

- **Na Sala de Imunização:** Consultas de enfermagem para gestantes = 192; para Crianças = 161, perfazendo um total de 353 consultas.
- O Relatório da Coordenação Local do CRUTAC/Codó (1977, p. 2, 3), discrimina os procedimentos que foram realizados no período de julho a setembro de 1977, no Hospital da FSESP:
- **No Laboratório de Análises Clínicas, Exames de:** Glicose = 39; Albumina = 38; Pesquisa de Albumina e Glicose = 25; Pesquisa de BAAR = 14; V.D.R.L = 10 (dez); Hemograma = 12; Parasitológico = 08; Planoteste = 02; Linfa = 01, somando um total de 149 exames.
- **No Centro Cirúrgico com a Supervisão do CRUTAC e do Hospital:** Cirurgias de alta complexidade = 19; Cirurgias de baixa complexidade = 44, perfazendo um total de 63 procedimentos.

Analisando as ações implementadas em saúde pública constantes do “Projeto Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental”, fazemos as seguintes observações:

– **Em relação à UFMA:**

- O Projeto priorizou mais o treinamento dos alunos do que o cumprimento da função social da Universidade, deixando um saldo de frustração nos Grupos Comunitários que foram mais utilizados do que ajudados.

Esta forma de proceder da Universidade contradiz o objetivo I do Documento “CRUTAC, Sua Personalidade Original” (1971, p. 1) que preconiza “a integração de práticas universitárias às condições e exigência das áreas interioranas em função do desenvolvimento regional”. O que se verificou foi à imposição Departamental em operacionalizar o treinamento universitário em função dos interesses dos alunos e não das necessidades da comunidade. A sensação que ficou para o povo foi a de que “foram usados” e o ato de envolvê-los quando da construção dos “Projetos de Ação” a serem desenvolvidos, foi apenas engodo, uma farsa. Sob esse aspecto em particular, se constitui “Invasão cultural” (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam que se superpõe à daqueles que passivamente recebem). Esta extensão é antidialógica e manipuladora. (FREIRE, 1985, p. 22).

- Responderem a interesses imediatistas, sem planejamento de ações a médio e longo prazos.

Não se verificou em nenhum Projeto a preocupação com o processo de continuidade, nem tão pouco de avaliação *in loco* em função dos objetivos, dos resultados alcançados durante sua execução e muito menos após.

– **Em relação ao Campo de Estágio na FESP:**

- Pelo fato do Hospital Geral da Fundação Serviços Especiais de Saúde - FSESP, parceira do CRUTAC/MA, desde sua criação, se constituir o maior campo de estágio para acadêmicos da Área de Ciências da Saúde (medicina, enfermagem, farmácia e odontologia), as atividades extensionistas desenvolvidas sob sua coordenação supervisão, seguia a orientação de sua política institucional.

Vale destacar, que a política institucional da FSESP, era norteadada pelo Ministério da Saúde – MS, e que, em alguns aspectos, divergia da política e ação do CRUTAC, tendo em vista a política do Ministério da Saúde – MS, ser de âmbito nacional e não atender a demandas da realidade local.

4 Projeto Atividades Integradas (1974 -1977)

O Projeto em referência teve como objetivo assessorar a comunidade no planejamento de ações que promovessem a integração social e o desenvolvimento

comunitário.

A equipe de estagiários das Áreas de Ciências Sociais e Ciências da Saúde, visando promover a integração das lideranças dos bairros de Codó, realizaram as seguintes ações:

- Ciclo de Palestras com a temática: “Comunicação e Relações Humanas” no qual foram abordados os seguintes temas: Noções sobre Comunidade; Comunidade – Educação, Saúde e Participação Social; Trabalho Comunitário; Participação e Responsabilidade Social; A Importância da Vida Grupal para o Homem; O Grupo como Força da Ação Social; As Relações Humanas como Base de Comunicação e A Importância das Relações Humanas para o Desenvolvimento Comunitário;

- Como parte da ação de organização e legalização de entidades comunitárias, prevista no Projeto do CRUTAC, foi prestada assessoria técnica na elaboração, discussão, aprovação, dos Estatutos dos Grupos de Mães dos Bairros São Francisco e São Sebastião, bem como, encaminhamento para o devido registro no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Codó e posteriormente para publicação no Diário Oficial do Estado (DOE).

Neste aspecto, o trabalho do CRUTAC, superou o da Igreja Católica, que se limitou apenas a promover a divisão administrativa dos bairros e a criação dos Grupos de Mães, para o desenvolvimento de atividades basicamente de caráter religioso. O CURTAC foi além, trabalhou a parte legal das entidades, orientando-as e assessorando-as a fazer: junto a Delegacia da Receita Federal (DRF), o Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CGC) e, solicitando à Câmara Municipal de Codó, o Reconhecimento de Utilidade Pública, através de Lei Municipal, dos referidos Grupos, o que foi prontamente atendido pelos Vereadores do Parlamento Codoense.

- Pretendendo promover a integração da comunidade, foi realizada em 19.04.1975, no prédio da União Artística Operária Codoense com a participação das lideranças de todos os bairros, a “Festa da Integração”, a qual teve como atração principal o desfile de garotas representando os bairros e o centro da cidade, para escolha da “Rainha da Integração”. A renda da festa foi utilizada na construção da Sede Social e Escola (Jardim de Infância São Vicente de Paulo) do Bairro São Pedro.

A construção da Sede Social, Escola Jardim de Infância São Vicente de Paulo do Bairro São Pedro, foi liderada pela equipe interdisciplinar do CRUTAC. Para concretização desta ação, a equipe de estagiários e a Coordenação Local, buscaram apoio: da Prefeitura Municipal; de Casas Comerciais; de Empresas locais; da Liga Codoense de Futebol (LICOF); das Associações Operárias; de funcionários do Banco do Brasil e de Comunitários dos

bairros. Para tanto, foram feitas campanhas para aquisição de material de construção e para pagamento de mão de obra. Quanto à mão de obra, alguns profissionais que não dispunham de dinheiro para doar, trabalhavam em ritmo de mutirão juntamente com os próprios estagiários que não hesitaram em “por a mão na massa”. Verificamos na operacionalização desta ação, a integração da Universidade com a comunidade, fato que levou os estagiários a sentirem-se partícipes do processo do desenvolvimento comunitário do município. A este respeito, assim se manifestou Maria Francisca Costa Vieira, estudante do 8º período do Curso de Serviço Social (1974): “O melhor da experiência extensionista é que a gente aprende servindo, fomentando ações de atendimento às comunidades carentes”. O mais importante na ação interdisciplinar é que ela reúne profissionais de áreas diversas em prol de um objetivo comum: “a prestação de serviços à comunidade”. O estágio terminou, o Curso foi concluído, mas algumas coisas permanecem: a experiência da prática da solidariedade humana e a obra que eles ajudaram a construir, exibida no retrato a seguir.

Foto 16 – Prédio da Sede Social e Escola do Bairro São Pedro



Fonte: o Autor (2013)

Para Japiassu (1992, p. 7), “[...] o interdisciplinar não é algo que se ensine ou que se aprenda. É algo que se vive.” Esta oportunidade de vivência da interdisciplinaridade foi proporcionada aos estudantes que prestaram estágio no CRUTAC/Codó.

– Assessoramento na organização e realização da eleição para constituição da “Comissão Interbairros”, a qual congregou representantes de todos os bairros, como órgão de

representação popular comunitária, com a função de junto as autoridades e instituições, trabalhar na busca de solução para os problemas da comunidade;

Segundo o Dossiê de Conclusão de Estágio da estudante do 8º período do Curso de Serviço Social, Maria do Rosário Garcia (1975, p. 63), a Comissão Interbairros foi oficialmente criada em 20.03.1975, às 19h30mm, em assembleia geral com a participação de representantes dos bairros, realizada no auditório da União Artística Operária Codoense, e ficou assim constituída sua primeira Diretoria: Presidente: Antonio Chaves Ferreira Bentivi; Vice-Presidente: Benício Gomes Feitosa; Secretário: Carlos Quirino dos Santos; 2º Secretário: Maria Rita Cardoso; Tesoureiro: Carmelita Borges Sousa; 2º Tesoureiro: Iracema Ferreira Figueiredo; 1º Suplente: Pedro Timóteo; 2º Suplente: Benedita Pinheiro.

– Como forma de apoio e visando a capacitação dos membros da Diretoria da Comissão Interbairros, foi realizado um Treinamento sobre “Dinâmica de Grupo”, com a elaboração do detalhamento das funções, atribuições, planejamento e execução de ações comunitárias.

A ação de criar e dinamizar a “Comissão Interbairros” se constituiu uma forma de organização comunitária, para cobrar dos poderes constituídos democraticamente, ações que promovessem o desenvolvimento do município e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.

– Promoção do “Encontrão da Juventude”, com a seguinte programação: Palestra sobre “Liberdade com Responsabilidade”; Treinamento de capacitação para confecção de trabalhos artesanais; Atividades recreativas saudáveis.

O “Treinamento em Artesanato” foi realizado em parceria com a Fundação do Bem-Estar Social do Maranhão (FBESMA), o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) e a Prefeitura Municipal, que à época doou recursos no valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), para aquisição de matéria prima e exposição dos artigos produzidos durante o treinamento.

Esta ação identificou e capacitou 50 jovens e adultos dos diversos bairros de Codó, na linha de fabricação de artigos artesanais, propiciando a geração de trabalho e renda.

Sobre esta atividade, que estimulou a juventude para: a prática da solidariedade humana; incentivo à qualificação para o trabalho e a participação de atividades recreativas saudáveis, em entrevista o Sr. Antonio da Silva Gomes, assim se manifestou:

O CRUTAC foi pra sociedade codoense como para outras, mais eu falo porque nós sentimos a presença... o CRUTAC foi primordial na educação da nossa juventude e na formação de muitos idosos, na época que não praticavam realmente o necessário

para uma vida digna e o CRUTAC chegou para ensinar da criança ao velho, e isso aconteceu com efeitos fenomenais que era: “CRUTAC exemplo de formação social”. E isso aconteceu! Tivemos momentos de festas, tivemos momentos de orações, tivemos momentos de reflexões, por exemplo: nós tivemos com a juventude um momento muito sublime, trouxemos de vários lugares pelo CRUTAC temas durante uma semana, “liberdade e responsabilidade”, que inclui realmente isso aí, essa tal de libertinagem. Nós trouxemos, por exemplo: a Alba, irmã da nossa amiga Maria Michol e nós fizemos esse encontro aqui na União com uma equipe de Caxias que veio. Nós tínhamos mais de 200 jovens a participar desse encontro, levando para suas comunidades... isso foi um efeito maravilhoso (2013).

– Com o objetivo de conscientizar os membros dos Grupos de Mães, Pais e Jovens dos bairros, sobre os danos para a saúde causados pelo consumo do cigarro, álcool e drogas, foram realizadas palestras educativas com abordagem dos seguintes temas: Efeitos do fumo sobre o organismo; O Fumo, as doenças respiratórias e o câncer de pulmão; Os males do fumo na gravidez e lactação; A ação do álcool sobre o organismo; Os efeitos do álcool no sistema nervoso central; Os efeitos e as consequências do uso de drogas para o organismo humano; É possível deixar de fumar, beber e usar drogas? O combate e tratamento de dependentes de fumo, álcool e drogas.

Sobre esta ação esclarecedora e conscientizadora, para as famílias, sobre os males causados pelo uso de drogas psicotrópicas, o Sr. Antonio da Silva Gomes, em entrevista fez os seguintes comentários:

Na época em que nós tínhamos o CRUTAC não se ouvia falar do crac, na droga, esporadicamente alguém fumando... um jovem fumando, bebendo, mais com tranquilidade porque estava lá o CRUTAC dando informação pra família, conversando com a família e é da família que parte realmente a necessidade e a instrução para que seus filhos, seus jovens não embarque no que hoje é uma praga que tá aí, só sofrimento. E se tivesse um projeto desses em cada município, com absoluta certeza Zé Augusto, de que nós teríamos uma juventude mais saudável (2013).

Analisando as ações desenvolvidas através dos Projetos implementados pelo CRUTAC/Codó, no primeiro momento de sua atuação (1972-1977), fazemos as seguintes observações:

Apesar de haverem sido realizados estudos para diagnosticar a realidade socioeconômica do município, quando da instalação do CRUTAC/Codó, para subsidiar a elaboração dos Projetos de Ação, verificamos que os mesmos foram implementados sem que o Programa adotasse medidas tais como:

- Não precederem de estudos de viabilidade;
- Não avaliarem as reais possibilidades da equipe local para sua execução;
- Não definirem estratégias que assegurassem a continuidade dos mesmos.

Em síntese, o Projeto CRUTAC/Codó se propunha beneficiar toda a Região do

Itapecuru (Leste Maranhense), composta por 12 municípios, entretanto, a programação desenvolvida chegou a atingir apenas os municípios de Codó e de Timbiras, sendo que neste último foi desenvolvido apenas um Projeto intitulado: “Orientação e Promoção de Grupos Comunitários”, com ações bastante limitadas nos setores de saúde, educação e organização social.

Enfim, estiveram fora da agenda de trabalho da equipe do CRUTAC, questões que estão na base dos problemas sociais e que, como vimos na caracterização da realidade, afeta a vida de muitos comunitários tais como posse de terra e o processo de mudança social.

O Relatório da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREXAE (1979), que contém a avaliação das Ações desenvolvidas pelo CRUTAC/Codó, relacionadas à prestação de serviços a comunidade, organização comunitária, promoção social e em educação, referente ao primeiro momento de sua atuação (1972-1977), evidenciou o que foi efetuado, e o que deixou de ser, entretanto, não apontou os fatores que impossibilitaram à Coordenação Local a realização em sua totalidade, do que foi programado, mas não efetivamente executado. Sobre este questionamento trataremos nas considerações finais deste trabalho.

O Segundo Momento da trajetória da Extensão da UFMA no município de Codó, compreendeu o período de 1978-1979, e foi iniciado com a avaliação, pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PREXAE, da experiência desenvolvida na primeira fase (1972 – 1977) e apresentação de uma nova proposta de ação, na qual, as funções do CRUTAC foram assim configuradas:

- a) Estimular a participação das populações através de suas entidades e grupos representativos na solução de seus problemas coletivos;
- b) Coordenar o desenvolvimento do Projeto para o supramencionado período, elaborado pela Universidade e as instituições locais.

A equipe Departamental seria executora das ações extensionistas, cuja elaboração fundamentar-se-ia nas necessidades detectadas através do diálogo ou de pesquisas.

A sistemática de atuação adotada nesse período compreendeu dois momentos:

1. Penetração - significava entrar em contato com a realidade, configurando a visão inicial da mesma. Denotava participar de reuniões formais e informais, visando uma troca de saber entre o agente técnico e o popular;
2. Operacionalização - desenvolvia-se mediante o processo de ação-reflexão.

Nessa etapa foram promovidas atividades na linha de assessoramento a Instituições e

Grupos dos setores de saúde, educação popular, administração, agropecuário e de coordenação e supervisão de estágio de universitários em treinamento.

No desenvolvimento do Programa de Educação Popular (PEP), foram identificados todos os Grupos e Associações em atuação no município, fazendo-se, ao lado da organização, o planejamento de suas atividades, a interpretação das programações das instituições, além de esclarecimentos quanto aos direitos e deveres das diversas categorias profissionais, participação popular na administração e incentivo na valorização da cultura local.

O Projeto operacionalizado ao longo desse período (1978-1979) denominou-se "Treinamento de Alunos e Serviços Integrados às Instituições Locais de Codó" que consistia nas seguintes linhas de ação:

- a) Prestação de assessoramento às instituições populares, privadas, governamentais, voltadas para o progresso e melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural do município;
- b) Prestação de serviços de saúde a escolares da sede do município de Codó, em apoio às ações da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública – FSESP;
- c) Coordenação e supervisão do estágio de universitários em treinamento (UFMA, 1978).

O trabalho de assessoramento objetivava fundamentalmente:

– Mobilizar as Instituições e Grupos de Base de Codó visando articular um diálogo necessário e uma convivência geradora de bem-estar da população.

Este objetivo era pertinente tendo em vista que

[...] é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à Universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade. (SAVIANI, 1981, p. 67).

– Propiciar melhoria do nível de organização dos grupos comunitários através de trabalho de educação popular.

Nessa perspectiva foram efetivadas as seguintes ações:

– Conhecimento da programação desenvolvida pelas instituições e grupos locais, a fim de verificar aquelas mais voltadas para atendimento das necessidades das organizações populares e elaboração de projetos com vistas ao desenvolvimento da comunidade;

– Planejamento das atividades tomando por base sugestões propostas durante um Seminário realizado no período de 2 a 4 de agosto de 1978, que contou com a participação de representantes de 14 Instituições e 8 Grupos de Base.

A ação de ouvir a população através de suas lideranças é importante, pois segundo Saviani (1981, p. 68) “Quem sabe efetivamente é a massa. É daí, então, que é extraído o saber e é elaborado e formulado em nível erudito, passando a constituir a tradição cultural da humanidade”.

A sistemática do trabalho de assessoramento através das ações desenvolvidas era voltada para a participação das Instituições e Grupos durante todo o processo. Assim, os problemas e necessidades levantadas junto às organizações de base constituíam objeto de discussões com as entidades oficiais como a ACAR, FSESP e Prefeitura Municipal, dentre outras.

– Apoio na estruturação da Secretaria Municipal da Agricultura - SEMAG, criada em 1978, e na programação de atividades a serem desenvolvidas.

O Agrônomo da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PREXAE e o estagiário do Curso de Agronomia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foram os responsáveis por esse trabalho, bem como pela realização de um treinamento para 80 trabalhadores rurais sobre o cultivo de hortaliças e implantação de Horta Educativa.

– Assessoria em parceria com o Escritório Técnico de Administração Municipal (ETAM), nas seguintes atividades: planejamento e elaboração do Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, para o biênio 1978/1979; elaboração do Regimento Interno da Prefeitura Municipal de Codó;

– Realização de “Treinamento em Serviço”, para Diretores, Professores, Supervisores, Técnicos e Auxiliares de Biblioteca vinculados ao 1º grau da rede de ensino municipal, visando melhorar o desempenho docente e administrativo no serviço prestado à comunidade.

Na linha de prestação de serviços a escolares, o objetivo era a adoção de medidas de prevenção e tratamento da cárie dentária em alunos das escolas da rede municipal de ensino, o que não ocorreu neste segundo momento, por falta de liberação pelo Departamento de Odontologia de alunos para o estágio rural no Núcleo do CRUTAC/Codó.

A ação departamental, no caso específico do Departamento de Odontologia, por exemplo, ao negar a liberação de estudantes para prestar estágio, além de concorrer para que uma importante meta do Projeto “Treinamento de Alunos e Serviços Integrados às Instituições Locais de Codó” não fosse realizada, fez com que a experiência deixasse de propiciar os resultados benéficos da interdisciplinaridade na formação profissional dos estudantes, pois “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo

grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto [...]”. E acrescenta: “[...] a interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social.” (JAPIASSU, 1976, p. 73-74).

A previsão da Coordenação Geral do CRUTAC/MA para 1978 era de que 48 estudantes participariam de estágio interdisciplinar no CRUTAC/Codó, visando sua formação profissional. Entretanto, somente 16 acadêmicos da Área de Ciências da Saúde (Medicina e Enfermagem) efetivamente participaram. Menos expressiva ainda, foi a participação de acadêmicos no Programa de Treinamento Universitário no CRUTAC/Codó no ano de 1979 quando apenas 4 participaram sendo 3 da Área de Ciências Agrárias (Agronomia) e 1 da Área de Ciências Sociais (Pedagogia), da quantidade prevista que foi de 24. Comparando o quantitativo previsto, com o que foi realizado, verificamos que foi atingida somente 27,77% da meta programada para o período de 1978-1979.

Sobre este aspecto, a própria comunidade percebeu que a experiência extensionista da UFMA em Codó estava em declínio. Em depoimento oral em 11.02.2013, a comunitária Benedita Pinheiro, que ainda hoje integra a Diretoria do Grupo de Mães Paroquial do Bairro São Francisco assim se expressou: “O CRUTAC foi desaparecendo aos poucos...”.

Dentre outras considerações a serem feitas sobre esse período merece ser assinalado que embora a ação departamental tenha sido enfatizada como uma característica básica de Proposta de reestruturação do Programa de Extensão em Codó, a participação de docentes e discentes foi bem menor que nos primeiros anos de funcionamento.

Em análise do Relatório da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREXAE (1979), que continha a avaliação das Ações desenvolvidas pelo CRUTAC/Codó, identificamos as seguintes contradições entre o que previa o Projeto Codó (UFMA 1971) e o que foi realizado:

a) No documento intitulado “Realidade de Codó” (UFMA, 1971), afirmava-se que os setores mais carentes de Codó eram os de saúde e educação, entretanto, à época, o município vivenciava sua maior crise econômica e financeira. Sob este aspecto não foi desenvolvida nenhuma ação consistente que contribuísse para superação deste quadro;

b) No Projeto Codó (UFMA 1971, p. 2), o CRUTAC objetivava “propiciar condições ao exercício de práticas de ensino em bases interdisciplinares”. Todavia, diante de, dentre outras dificuldades que o Programa enfrentou, a não liberação de estudantes para o estágio rural por alguns Departamentos Acadêmicos da UFMA, impossibilitou que o processo interdisciplinar ocorresse em sua plenitude;

c) Um dos princípios do Programa era “não substituir, apenas participar” Projeto Codó (UFMA, 1971, p. 11), na maioria das vezes o atendimento médico ambulatorial realizado nas Unidades de Saúde teve caráter substitutivo, e o aspecto de saúde tão somente curativa.

Em suma, em nível de discurso, consideramos o processo de troca do saber (científico e empírico) como imprescindível para efetivar a relação Universidade e sociedade, entretanto, o que se constata é que a maioria das Propostas de Extensão é feita de cima para baixo, sem nenhuma participação de discentes nem tão pouco da comunidade onde o mesmo seria desenvolvido. Nesta perspectiva, “a Extensão tem contribuído mais para mascarar a realidade, legitimando-a, do que para desvendá-la, transformando-a”. (FAGUNDES, 1985, p. 81) e Saviani (1981, p. 6) reforça esta afirmação,

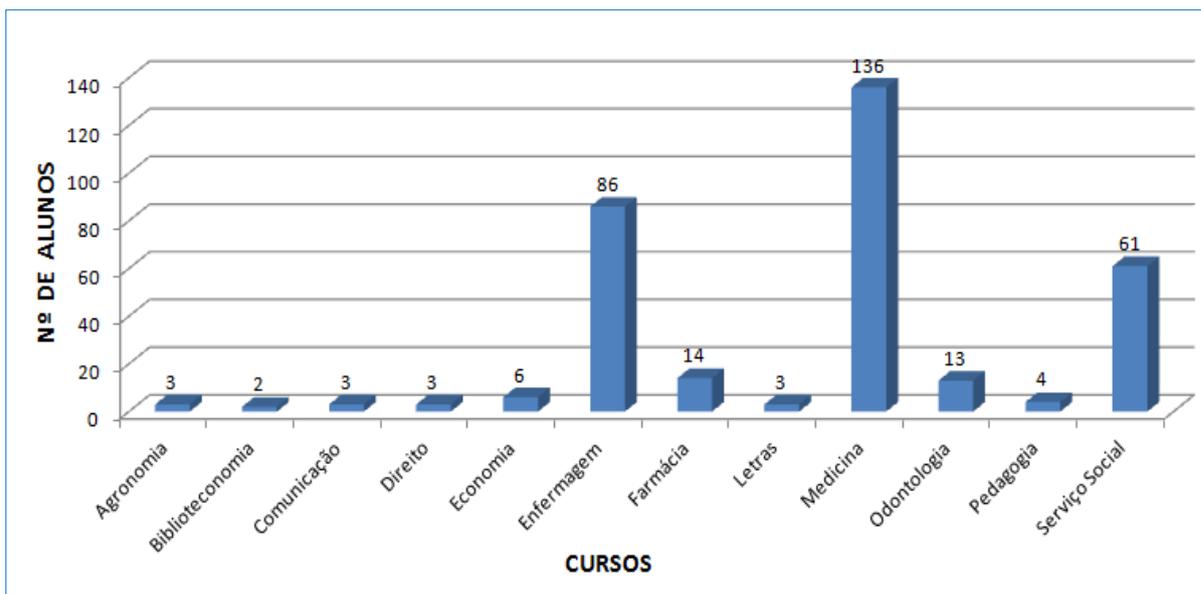
Este é um aspecto importante que incide na função da extensão, uma vez que por vezes notamos que as universidades constituem um gueto na sociedade, quer dizer, ela fica separada do conjunto da sociedade, ela se volta muito para dentro de si mesma e não contribui para que o nível cultural da sociedade se eleve. Ela se dedica, por vezes, a pesquisas não muito relevantes socialmente e a um ensino também não muito relevante socialmente.

Segundo Barbosa e Melo (1981, p. 8), a partir do segundo semestre de 1976, o sistema de planejamento e avaliação adotado na PREXAE, foi de “gerência por objetivo”, que pode ser caracterizado pelo determinismo dos prazos. A aplicação desse método em projetos de educação popular parece-nos desaconselhável, pois nestes não se pode, por questão de coerência, afirmar com precisão quais resultados obter em curto prazo.

De acordo com documentos que sintetizam a política de interiorização da UFMA (1979), “um Programa será considerado de Extensão quando for gerado nos Departamentos Acadêmicos”. Julgando a Programação da Coordenação Especial de Interiorização (CEI), à luz desse critério, bem poucos Projetos poderiam ser classificados como de natureza extensionista.

Participaram de estágio curricular no CRUTAC/Codó, no período de 1972 a 1979, 334 acadêmicos dos Cursos de Graduação da UFMA das Áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, conforme demonstra o Gráfico a seguir:

Gráfico 12 - Participação de Estudantes no Estágio CRUTAC/Codó – Período: 1972 - 1979



Fonte: Relatório CRUTAC/Codó (1980)

Nesta segunda fase de atuação do CRUTAC/Codó que correspondeu ao período de 1978 a 1979, verificamos, conforme acima explicitado, por parte da PREXAE, um processo progressivo de diminuição em termos de quantitativo de estudantes para realização de estágio e de Projetos para implementação no Núcleo de Codó. Após as avaliações dos resultados auferidos pelo Programa no ano de 1979, a PREXAE decidiu encerrar as atividades de extensão no município de Codó.

4.2.2 A Desativação do CRUTAC/Codó

Através de entrevistas e depoimentos colhidos junto a professores e líderes comunitários em fevereiro de 2013, percebemos que a desativação do CRUTAC/Codó, ocorrida há mais de quatro décadas (em 1979), não foi entendida com clareza pela comunidade até hoje. Não houve qualquer discussão prévia com a comunidade que a preparasse para enfrentar esse momento. Não foi cumprido por parte da Universidade o que constava do (PROJETO CODÓ, FUM 1971, p. 2). “A saída da região, tal como a entrada e a permanência nela, deve ser igualmente planejada a fim de não perder o caráter educativo e não se esgotar no término da etapa final do trabalho”.

A PREXAE não apresentou à época, nenhuma justificativa plausível para a desativação da experiência extensionista no município de Codó.

Para a ex-Coordenadora Local do CRUTAC/Codó, Prof^a. Msc. Iramary de Jesus Martins Queiroz, as causas foram as seguintes:

- a) Mudanças em nível da administração superior da UFMA;
- b) Enfraquecimento do CRUTAC a nível nacional;
- c) Dificuldades econômicas que se acentuaram;
- d) Falta de divulgação da experiência no meio universitário;
- e) Resistência de vários professores e estudantes em atuar na Extensão que se desenvolvia em áreas distantes da capital. (QUEIROZ, 1985, p. 140)

A população dos bairros, inconformada com a desativação do CRUTAC, ao tempo em que reivindicava seu retorno, dentre outras formas, através de solicitações a políticos codoenses e de abaixo-assinados entregue em dezembro de 1979, ao Reitor da UFMA à época, Prof. Dr. José Maria Cabral Marques e ao então Governador do Maranhão, João Castelo Ribeiro Gonçalves, com mais de 10.000 (dez mil) assinaturas, paralelamente, tentou levar à frente sozinha sem êxito, as ações anteriormente executadas em conjunto com o CRUTAC.

A postura adotada pela população de Codó foi que “a palavra CRUTAC, passou a ser vista pelos Grupos de bairros como símbolo de resistência a uma Universidade insensível, descomprometida com seu meio e pouco solidária aos interesses do povo”. (GURGEL, 1989, p. 22).

Para compreendermos a dimensão da importância do CRUTAC para a comunidade de Codó, é necessário tão somente atentarmos para alguns depoimentos de professores e comunitários que transcrevemos a seguir:

Maria da Luz Rodrigues Santos – Professora aposentada do Centro de Ensino Médio Luzenir Matta Roma e ex-Secretária de Educação do Município, as ações da Extensão desenvolvidas pela UFMA em Codó no período de 1972 a 1979, marcaram época na vida do povo e na história da cidade de tal forma, que ainda nos dias de hoje, mais de quatro décadas depois, quando estudantes, professores e membros da comunidade fazem referência a um período de franco desenvolvimento nos setores de educação, saúde e trabalho comunitário, repetem sempre a frase: “no tempo do CRUTAC”.

Maria dos Santos – integrante do Grupo de Mães do Bairro São Sebastião: “a saída do CRUTAC esmoreceu muita gente. Para quase todos ele saiu dos bairros e foi para o lado dos ricos”.

Irene Maria Silva de Aquino – Líder comunitária do Bairro São Francisco: “Toda comunidade acha que o CRUTAC não plantou bem a semente, pois com sua saída, deveria ter ficado alguém para dar continuidade aos serviços prestados por ele”.

Na realidade, a Universidade através do CRUTAC, deveria ao longo dos anos de atuação no município, não ter “dado apenas os peixes”, deveria ter ensinado a comunidade “a

“pescar”, ou seja, andar com os próprios pés. Entretanto, como assim não procedeu, diante das declarações de comunitários, se percebe que o CRUTAC deixou um espaço vazio (uma obra inacabada) que mesmo sendo ocupado em parte pelos agentes da Igreja Católica, não teve continuidade. Freire (1983, p. 20), reforça esta assertiva mencionando que “o que busca o extensionismo não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos”.

Mesmo desenvolvendo suas ações praticamente de forma assistencialista, através da prestação de serviços, para alguns comunitários, o trabalho desenvolvido pelo CRUTAC teve aspecto positivo.

Dédima Machado Silva – à época, Presidente do Centro Social Coração de Jesus, do Bairro São Sebastião: “o CRUTAC criou as Comissões de Saúde; os Grupos de Representantes de Ruas; promoveu Cursos de Datilografia, Bordado e Tricô, propiciando ao mesmo tempo a qualificação profissional e geração de renda para a população pobre”.

Para a Prof^a. Dra. Maria José Pires Cardozo, propiciaram benefícios para a comunidade em especial nas áreas de saúde, social e educacional. Em sua Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior da UFMA, intitulada “A Extensão Universitária em Codó: uma Trajetória Interrompida e sua Retomada”, (1994), declara:

[...] apesar do desenvolvimento de uma práxis extensionista de caráter assistencial e viabilizada predominantemente sob a forma de prestação de serviços, a atuação dos universitários representou para os moradores dos bairros atingidos um avanço significativo no processo organizativo e até mesmo nas condições de saúde. (CARDOZO, 1994, p. 47).

O Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel (1989, p. 38), ex-Coordenador Geral do CRUTAC/MA, se expressa sobre o Programa da forma a seguir,

[...] pode-se afirmar que o CRUTAC foi uma das mais expressivas formas de Extensão desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão. A Extensão expressa-se nele, tanto em sua dimensão funcionalista, como processual. Por um lado aparece como função, que procura materializar a presença da Universidade através de Cursos de Extensão, de prestação de serviços e difusão cultural. Por outro, a Extensão é vista como processo de relacionamento entre a Universidade e a Sociedade, estabelecendo-se um processo educativo, científico e cultural. Ao que parece esta última dimensão foi a mais forte o caso do CRUTAC/Codó.

Quanto à experiência de haver prestado estágio curricular no CRUTAC/Codó, alguns ex-estudantes assim se manifestaram:

Ana Maria Silva Rabelo – estagiária do Curso de Serviço Social, 8º período (1972, p. 17), “Participar do estágio no CRUTAC/Codó, se constituiu uma experiência enriquecedora, ajudou-me a ter uma visão mais ampla do nosso contexto educacional o qual é bem pouco

discutido na sala de aula da UFMA”.

Maria do Carmo Prazeres - estagiária do Curso de Serviço Social, 8º período (1976, p. 51), considera que “foi uma experiência válida, pois possibilitou a aplicação do conhecimento teórico à prática na realidade do meio rural, favorecendo maturidade profissional”. Destaca ainda como muito importante: “o trabalho desenvolvido com uma equipe interprofissional, e, a prestação de serviços em especial nas áreas social e de saúde, contribuíram para a melhoria do nível de vida da população dos bairros”.

Conceição de Maria Siqueira Mendes – aluna do 7º período do Curso de Serviço Social (1973, p. 12), “nossa atuação como profissional superou nossas expectativas, uma vez que nos encontramos como estudantes que somos frente a diversas situações em que atuaremos como profissionais e ser humano”.

Segundo Gurgel (2001, p. 34) “Os estudantes que passaram pelo CRUTAC, assumiram percepções diferentes dos que somente frequentaram as salas de aula da UFMA ou mesmo participaram de programações extensionistas em São Luís”.

Face às considerações expressas, vale recordar a ênfase principal da Carta dos estudantes de Córdoba, que, já em 1918, chamavam a atenção para aspectos importantes que servem para uma profunda reflexão de docentes, discentes e técnicos que vivenciam as ações de Extensão Universitária:

[...] los dolores que nos quedan, son las libertades que nos faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazon nos advierten estarnos pisando sobre una revolucion, estarnos viviendo una hora amarica (CARTA LIMINAR DE CÓRDOBA, 1918).

A história da Extensão Universitária nos propiciou grandes lições dentre as quais, consideramos como da maior importância, a de se repensar o extensionismo como a mais eficiente forma de integração da Universidade com o povo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é o momento mais aguardado no processo de construção do objeto de pesquisa a que nos propomos. Nesta pesquisa encontramos todas as respostas que procurávamos. Após este longo percurso, declaramos com propriedade que “Não, não é fácil escrever.” (LISPECTOR, 1984, p. 25). E, mais, a autora declara que o trabalho de escrever “É duro como quebrar rochas.” Neste processo, cada palavra que escrevemos tem um sentido, um significado e necessário se faz estar ancorada sempre em um teórico, em alguém com legitimidade para que se transforme num conceito referenciado. Admitimos que neste trabalho chegamos a algumas conclusões, as que esta trajetória e esse momento nos possibilitaram. Reconhecemos ainda, que o presente trabalho não teve a pretensão de esgotar tão vasto tema como “O CRUTAC”, nem tão pouco pretendeu considerar uma obra de feitura acadêmica acabada. Mas limitou-se a analisar, em função dos objetivos propostos, a sua atuação no município de Codó, através dos Projetos de Ação construídos com a participação da equipe interdisciplinar pioneira, professores, estudantes, representantes de instituições públicas e privadas, da igreja e da comunidade.

A revisão bibliográfica centrou-se em atores como, Gurgel (1986); Freire (1985); Saviani (1981); Germano (1993) e Santomé (1998), dentre outros. Análise de documentos oficiais (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e Convênios) e outros como, (Jornais e Revistas). Dos depoimentos do ex-Coordenador Geral do CRUTAC/MA, de professores, de estudantes e de líderes comunitários dos Bairros São Francisco e São Sebastião, colhidos através de entrevistas, os quais nos possibilitaram fazer as considerações finais focalizando os dois momentos que demarcaram o presente estudo:

No primeiro momento - que correspondeu ao período de 1972 a 1977, o Programa praticou basicamente, uma política de assessoramento às instituições locais de Codó, dentre as quais, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, implantando uma infraestrutura técnico-pedagógica que deu apoio ao planejamento do ensino, à administração das escolas, bibliotecas e a capacitação de Diretores, Bibliotecários, Professores, Supervisores e Agentes Pedagógicos.

Nesse período, o CRUTAC implementou ações sob a forma de prestação de serviços à população carente dos Bairros São Francisco e São Sebastião, as quais foram de caráter assistencialista substitutiva da ação governamental, e, priorizando o interesse do Programa de treinamento dos universitários, em detrimento dos interesses e necessidades da comunidade, às

vezes, tendo uma função mais domesticadora do que conscientizadora. Portanto, muito embora a população, através das lideranças comunitárias tenha participado da elaboração dos Projetos desenvolvidos no município, não verificamos um efetivo envolvimento com o Programa de Extensão.

A análise que fizemos do trabalho nas áreas social e educacional operacionalizado pelo CRUTAC/Codó, evidenciou que a experiência ressentiu-se de resultados mais significativos, de maior relevância social. Na verdade, a prestação de serviços básicos de saúde e a assessoria técnica prestada à SEMEC, não contribuíram (da forma como se propunha o Projeto CRUTAC/Codó, UFMA, 1971) para a elevação do nível do ensino e o desenvolvimento da educação no município. Entretanto, reconhecemos que no aspecto organizativo comunitário, houve um fortalecimento de autoconfiança da comunidade, precisamente no seu setor mais organizado: o Clube de Mães Paroquial do Bairro São Francisco. Este foi o mais importante legado do CRUTAC/Codó, após sua atuação no município.

Apesar de todas as falhas do Programa já apontadas, o CRUTAC, diante da realidade do município certamente propiciou uma nova visão na vida dos moradores dos Bairros São Francisco e São Sebastião. Cada morador passou a compreender melhor os problemas de sua comunidade e as reivindicações junto aos poderes públicos aumentaram, muito embora sob a tutela dos estagiários. Tomaram conhecimento através das palestras, cursos e treinamentos promovidos, sobre direitos elementares dos cidadãos assegurados na Constituição Federal. O CRUTAC levou a esperança às classes economicamente menos favorecida, evidentemente que alicerçada em marcos de conquistas reformistas e basicamente com ações assistencialistas. Segundo algumas lideranças comunitárias após a desativação do CRUTAC a Igreja Católica tentou sem êxito apoiar linearmente via Pastorais, as ações empreendidas pelas Associações dos Bairros.

Não podemos desconhecer, contudo, que a falta de integração do CRUTAC com os Departamentos Acadêmicos, inviabilizando a formação de equipes interdisciplinares, somadas às crescentes dificuldades financeiras enfrentadas pelo Programa, contribuíram para que a maioria das metas propostas fosse alcançada apenas parcialmente.

Em análise das ações desenvolvidas pelo CRUTAC no município de Codó, verificamos que da forma como foram operacionalizadas, criaram relações de dependência, incursionando no verdadeiro papel da ação pedagógica comunitária e acadêmica a qual seria de estar junto às organizações, não dentro delas, orientando-as e não decidindo por elas.

A esse respeito, mais de quatro décadas depois, em entrevista a Sra. Aldenora Trindade Palácio, confirma a estreita relação com os estagiários do CRUTAC e o apoio destes quando necessitavam falar com as autoridades,

Então foi o CRUTAC a coisa mais importante em Codó, que foi o CRUTAC que levou a gente ter intimidade com os ricos, com os grandes, porque ele levava a gente e a gente ia com eles pra conversar, então através dele a gente teve coragem pra se pronunciar com as pessoas, era Prefeito e a gente entrava na Prefeitura a hora que queria e não tinha esse negócio. Aí nós começamos... eu trabalhava com uma das estagiárias e pra onde ela ia eu ia também e a gente conversando com as pessoas, fazendo com que as pessoas se pronunciasse, fazia perguntas e as pessoas falavam porque até nesse tempo a gente não tinha coragem de falar com autoridade, a gente tinha até medo, [...] (2013).

O segundo momento da atuação do CRUTAC em Codó, que abrangeu o período de 1978 a 1979, coincidiu com o momento de esvaziamento da Coordenação Geral do CRUTAC/MA. Nesse período, a UFMA redefiniu suas concepções em relação à Extensão e passou a diversificar suas experiências representando uma redução no espaço de ação do CRUTAC, com restrição inclusive, de recursos financeiros e extinção praticamente do campo de estágio curricular.

O único Projeto operacionalizado ao longo desse período, “Treinamento de Alunos e Serviços Integrados às Instituições Locais de Codó” (UFMA, 1978), limitou-se a: Prestar assessoramento às instituições populares, privadas, governamentais, voltadas para o progresso e bem-estar da população urbana e rural do município; Coordenação e Supervisão do estágio de universitários em treinamento e prestação de serviços de saúde a escolares da sede do município de Codó, em apoio às ações da Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública – FSESP.

Analisando o período total de atuação do CRUTAC (1972-1979), concluímos que a prática extensionista ficou muito distante do discurso do Projeto CRUTAC/Codó. Teoricamente, verificamos avanços na forma de conceber a Extensão, entretanto, na prática, foi desenvolvida predominantemente de forma assistencialista.

No que diz respeito à organização comunitária, percebemos que alguns passos foram dados, porém, o Programa não procurou desenvolver a consciência crítica dos Grupos populares nem tão pouco preparou a comunidade para ser agente do seu próprio desenvolvimento. “O CRUTAC com todo o vanguardorismo dos estudantes não parece ter conseguido grandes mudanças especialmente no nível do assumir de uma consciência crítica”. (GURGEL, 1986, p. 35).

A nosso ver, a forma como os estagiários apoiaram a comunidade, falando,

reivindicando, em seu nome, foi sem dúvida o “pecado capital”, pois segundo o próprio Projeto CRUTAC/Codó (UFMA, 1971), “deveria preparar intelectuais orgânicos da própria comunidade para atuarem como sujeitos nas lutas comunitárias” e não atuar como protagonistas em seu nome.

Quanto à repercussão da atuação do CRUTAC para a comunidade, as entrevistas e os depoimentos demonstraram que mesmo com o pouco que recebeu em forma de prestação de serviços nas áreas social, educacional e de saúde, considerou positiva ao ponto de reivindicar a retomada do Programa. A manifestação da população de Codó pela manutenção da presença/ação da Universidade expressa que a efetiva relação Universidade e sociedade numa perspectiva dialógica proporciona o exercício da cidadania e o crescimento social.

Para os estudantes que prestaram estágio curricular no CRUTAC/Codó, através de seus depoimentos sobre a experiência extensionista no meio rural, percebemos que a Extensão na relação ensino-aprendizagem, além de ser um espaço propício à interdisciplinaridade, que permite a integração de diferentes olhares sobre o mesmo objeto e mútuos conhecimentos na interface dos saberes acadêmico e popular. Instiga, ainda, os diversos atores das ações a terem uma visão mais crítica, para além do ambiente acadêmico – o que, sem dúvida, torna-os sujeitos mais comprometidos com seu projeto de vida coletivo, imbuídos de sentimento de justiça social e senso de bem comum.

Em suma, os resultados auferidos decorrentes das ações desenvolvidas através dos Projetos implementados nos Bairros São Francisco e São Sebastião em Codó e o apoio em termos de assessoria a instituições públicas, privadas e entidades comunitárias, evidenciaram que ficou ainda um longo caminho a percorrer para que o objetivo do Projeto CRUTAC/Codó fosse atingido, que era o de promover o desenvolvimento da Região do Itapecuru (Leste Maranhense).

Sintetizando, a Extensão quando desenvolvida com base no diálogo e na comunicação - renova, dinamiza e projeta a cultura universitária; dá à educação um traço humanístico; promove a integração interinstitucional; transforma o aluno em agente social; desenvolve visão interprofissional; contribui para o desenvolvimento da comunidade e faz do saber um instrumento a serviço do povo.

A Extensão Universitária é, pois, um canal privilegiado, que contribui para formar cidadãos conscientes de seu papel, no seu tempo, no seu lugar, na perspectiva de ultrapassar a dicotomia utopia-pragmatismo, sem, contudo, abrir mão de sonhos e projetos comuns.

Apesar de todas as falhas identificadas na operacionalização do processo de

extensão, após análise dos Projetos elaborados com a participação do povo de Codó e desenvolvidos pelo CRUTAC, da manifestação de estudantes que prestaram estágio curricular e da comunidade, podemos afirmar que o CRUTAC foi a mais expressiva forma de extensão desenvolvida pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Esperamos que o presente estudo sirva para que a UFMA reveja sua política de Extensão, e, corrigindo os erros identificados na esteira do tempo, elabore e desenvolva em São Luís e na região interiorana do Estado, Projetos que representem as aspirações populares e possibilitem desempenhar sua função social de difusora do saber e da cultura de forma inclusiva, promovendo assim a cidadania e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

ASSAD, Marcelo Yasser. **Codó (Fragmentos)**. Codó, 1979, p. 7. (Documento Mimeografado).

ATCON, Rudolph P. **Manual sobre planejamento integral do Campus Universitário**. Brasília: CRUB, 1980.

BARBOSA, Maria da Graça Lopes; MELO, Maria Alice. **Relatório de Atuação do CRUTAC/MA no período de 1969-1979**. São Luís: PREXAE, 1981.

BATOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: o equívoco da Extensão Universitária**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

BERNHEIM, Carlos Tunnermann. **El Nuevo Concepto de la Extensión Universitária**. México: Universidad Autónoma de México, 1978.

BIDDLE, William W. **Estímulo ao desenvolvimento de comunidade**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Agir, 1969.

BORDENAVE, Juan Diaz. **Pode a Universidade ser motor de desenvolvimento**. São Luís, 1978. (mimeografado).

BRASIL. Governo do Estado do Maranhão. **Lei Estadual nº 38/38**, de 21.07.1838 – Eleva o Povoado de Codó à Vila, São Luís. 1938.

_____. Governo do Estado do Maranhão. **Lei Estadual nº 133/96**, de 16.04.1896 – Eleva a Vila de Codó à Cidade. São Luís. 1896.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 19.851**, de 11.04.1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília: DOU, 1931.

_____. Organização das Nações Unidas. **Resolução ONU nº 217/48**, de 10.12.1948 - Proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos. New York: ONU, 1948.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 4.464/64**, de 09.11.1964 – Extingue a UNE. Brasília: 1964.

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Decreto-Lei nº 59.355/66**, de 04.10.1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Brasília: MEC, 1966.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 5.152/66**, de 21.10.1966 – Cria a Fundação Universidade do Maranhão – FUM. Brasília: 1966.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 59.941/67**, de 06.01.1967 – Aprova o 1º Estatuto da Fundação Universidade do Maranhão – FUM. Brasília: 1967.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 5.540/68**, de 28.11.1968 – Lei da Reforma Universitária. Brasília. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Fundação Universidade do Maranhão – FUMA. **Resolução nº 90/69**. Dispõe sobre a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC/MA. São Luís: FUM, 1969.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 921/69**, de 01.10.1969 – Altera a Lei de criação da Fundação Universidade do Maranhão – FUM. Brasília: 1969.

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Decreto-Lei nº 916/69, de 07.10.1969**. Institui a Comissão Incentivadora dos CRUTAC – CINCRUTAC. Brasília: MEC, 1969.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 67.048/70**, de 13.08.1970 – Altera a estrutura da Fundação Universidade do Maranhão – FUM. Brasília, 1970.

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Fundação Universidade do Maranhão – FUMA/Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. **Projeto Codó**. São Luís: FUM, 1971 (Documento mimeografado).

_____. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Plano de Trabalho da Extensão Universitária**. Brasília, 1975.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC/CFE. **Portaria CFE nº 45/79**, de 19.11.1979 – Aprova o novo Estatuto passando à denominação de FUM para UFMA. Brasília, 1979.

_____. **Educação Brasileira**. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. v. 6. n. 12, Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5.10.1988. 2. ed. São Paulo: Oliveira Mendes, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC/SESU. **A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura – MEC/SESU. **Perfil da Extensão Universitária**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 9.394/96**, de 20.12.1996 – Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB. Brasília. 1996. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Extensão Universitária/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras**. Brasília: 2001.

BURGOS, M. da G. C. P. **Festa no Interior**. Rio de Janeiro: Polygram, 1981.

BUZAR, S. S. **O Conteúdo da Prática Pedagógica**. São Luís: Secretaria de Estado da Educação, 1985.

CARVALHO, José de Ribamar. Reitor da Universidade Federal do Maranhão. **Pronunciamento feito na solenidade de instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC**. Codó – MA, 1972.

CARDOSO, Maria José Pires Barros. **A Extensão Universitária em Codó: uma trajetória interrompida e sua retomada**, 1994. Monografia (Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Benedito Ewerton. **Sesquicentenário da Paróquia de Codó – 1935/1985**, Arari: Escola de Artes Gráficas Belarmino de Matos, 1985.

CUNHA, Luís Antônio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: EMC, UNESCO, 2001.

ETAVE, Roberto Joseph Camile. **Uma Pedagogia para o Homem**. São Paulo: Cortez, 1972.

FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas**. 1985. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

FARIA, Dóris Santos de. **Construção Conceitual de Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

FARIA, Regina Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres (Orgs.). **Memória de Professores: história da UFMA e outras histórias**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e Poder: análise crítica: fundamentos históricos: 1930-1945**. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

GARCIA, Pedro Benjamim. **Educação: modernização ou dependência?** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GERMANO, José Wilington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1993.

GOMES, Luiza D'illy Alencar. **Hino de Codó**. Codó: 1970.

GOMES, Antonio. **Antonio da Silva Gomes**. Codó, 12 fev. 2013. Entrevista concedida a José Augusto Medeiros Silva.

GONÇALVES, Hebe. **Evolução da experiência dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC – MINTER-SUDENE/MEC-REGIONAL**, Universidade do Nordeste. Recife, 03 e 04.12.1970. (Documento mimeografado).

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Considerações sobre o Planejamento do CRUTAC**. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Brasília: Editora Universitária, 1974.

_____. **Associações de Bairro em Codó: expressão do movimento social urbano em uma cidade interiorana**. Brasília: Fiasco, 1989.

GURGEL, Roberto. **Roberto Mauro Gurgel: depoimento**. Codó, 8 fev. 2013. Entrevista concedida a José Augusto Medeiros Silva.

GUSDORF, G. Reflexões sobre a Interdisciplinaridade. **Revista Convivium**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 19-50, jan./fev. 1985.

GÓMEZ, Luís Alberto Sousa. **Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IBGE. **Censo Populacional**. Brasília: IBGE, 1970.

I SAMUEL. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

IPEA. **Pesquisa socioeconômica dos municípios brasileiros**. Brasília: 1972.

JAPIASSU, H. **A atitude interdisciplinar no sistema de ensino**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 108, p. 83-94, jan-mar. 1992.

JORNAL O GAROTO v.1, n. 1.17.05.31. Tipografia Fumem Industriaes. Codó – MA. 1931.

LINHARES, Flávio. **A Extensão Universitária: origem e desenvolvimento**. Educação, Brasília, v. 20, n. 56, abr./jun. 1976.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LOPES, Onofre. **CRUTAC e CINCRUTAC**. Natal: Editora Universitária, 1972.

_____. **CRUTAC e CINCRUTAC**. 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1974.

_____. **CINCRUTAC: Considerações sobre o Planejamento do CRUTAC.** Brasília: Universitária, 1974.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú.** São Luís: FACT/UEMA, 1999.

_____. **Pequena Antologia de Escritores Codoenses Editados.** Codó – MA. Associação Cultural Codoense, 2000. Mimeog.

MELO, Maria Alice. **CRUTAC: uma experiência de Extensão na UFMA, 1984.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1984.

McMANNON, Ernest. **Programa de Extensão cooperativa e geral.** Brasília: CRUB, 1970.

MOTTA, Fernando de Oliveira. **CRUTAC: nova dimensão da universidade.** Brasília: MEC/CINCRUTAC, 1975.

NASCIMENTO, Ildenê. **Ildenê Lima Nascimento: depoimento.** Codó, 10 fev. 2013. Entrevista concedida a José Augusto Medeiros Silva.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Loyola, 1973.

PALÁCIO, Aldenora. **Aldenora Trindade Palácio: depoimento.** Codó, 10 fev. 2013. Entrevista concedida a José Augusto Medeiros Silva.

PERANI, Cláudio. **A Igreja no Nordeste: breves notas histórico-críticas.** Caderno do CEAS, Salvador, n. 94, nov/dez, 1983, p. 53-65.

POERNER, Artur José. **O poder Jovem.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, Iramary de Jesus Martins. **Um estudo sobre a atuação dos profissionais de educação no contexto extensionista da Universidade Federal do Maranhão.** 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 1985.

RASMUSSEN, WD. **Taking the university t the people: Seventy-five years of Cooperative Extension.** Ames: Iowa State University Pres, 1989.

RODRIGUES, Ivani. **Análise da Dinâmica do processo de desenvolvimento de comunidades no Brasil.** Rio de Janeiro: ABESS, 1966.

RODRIGUES, Neidson. **Autonomia e Universidade.** Educação e Sociedade, São Paulo, Cortez, 1982.

REGO, **Mauro Bastos Pereira.** Diretor do Instituto Magalhães de Almeida. Pronunciamento feito na solenidade de instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. Codó – MA, 1972.

REIS, Moisés Alves dos. Prefeito Municipal de Codó. **Pronunciamento feito na solenidade de instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC**. Codó – MA, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SALLES, Gizelda Gomes de. **CRUTAC: compromisso social ou projeto político pedagógico**. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1986.

SANTOS, Maria. **Maria do Carmo Araújo dos Santos**: depoimento. Codó, 12 fev. 2013. Entrevista concedida a José Augusto Medeiros Silva.

SAVIANI, Demerval. **Extensão Universitária: uma abordagem não-extensionista**. Educação & Sociedade, São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1981.

SILVA, José Augusto Medeiros. **CODÓ: sua história, seu desenvolvimento**. Caxias: Editora JM Ltda, 1995.

SOARES, Ana Maria S. de Castro. **O Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão: discurso e prática**. São Luís: UFMA/SEMEC, 1984.

SOUSA, José Newton Alves de. **Perspectiva Cristã na Universidade**. Salvador: ODEAM, 1986.

SOUSA, Ana Luzia Lima. **Extensão Universitária: compromisso social ou solidariedade?** Revista ADUSP, julho, 1998, p. 23-28.

_____. **A história da Extensão Universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

SUDENE: **III Plano Diretor**. Recife: 1974.

TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade Americana em sua perspectiva**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 36, n. 84, out/dez. 1961. Disponível em:<www.prossiga.br/anísioTeixeira/fran/artigos/americana.html>.

TRUJILLO FERRARI, Alonso. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TOALDO, Antonio Olindo. **Extensão Universitária: a dimensão humana da Universidade**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1977.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE. **Resoluções**. II Seminário de Estudos do Nordeste e I Encontro Universitário da Região Sul, 1961.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN. Resolução nº 57/65 – Conselho Universitário. **Institui o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC.** Natal: UFRN, 1965.

_____. **Resolução nº 44/66-U**, – Conselho Universitário. Institui o Regimento Interno do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. Natal: UFRN, 1966.

_____. **CRUTAC: sua personalidade original.** Universitária, Natal: UFRN, 1971.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO – FUM. **Plano de Atuação do CRUTAC/MA.** São Luís: UFMA, 1969.

_____. **Resolução nº 90/69**, do Conselho Diretor. Cria o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC/MA. São Luís: FUM, 1969.

_____. **Projeto Codó.** São Luís: FUM, 1971.

_____. **Realidade de Codó.** São Luís: FUM. 1971.

_____. **Interiorização Para o Desenvolvimento.** São Luís: FUM, 1972.

_____. CRUTAC/Codó. **Relatório de Atividades Desenvolvidas.** Codó: FUM, Abr/Mai/Jun/1977.

_____. CRUTAC/Codó. **Relatório de Atividades Desenvolvidas.** Codó: UFMA, Jul/Ago/Set/1977.

_____. CRUTAC/MA. **Relatório Descritivo Trimestral de Atividades.** São Luís: FUM, Ago/Set/Out/1977.

_____. RIBEIRO, Maria de Lourdes Lobato. **Relatório Final de Estágio: CRUTAC.** São Luís: FUM, 1977.

_____. **Diagnóstico de Extensão da UFMA.** São Luís: FUM, 1978.

_____. **Relatório de Atividade.** UFMA/PREXAE/CEI. São Luís: FUM, 1983.

VANUCCHI, Aldo. **A Universidade Comunitária: o que é, como se faz.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

VAZ, Zeferino. **A Universidade a Serviço da Comunidade.** In: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA. Seminário sobre Ensino Superior. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

ANEXOS

ANEXO - A - Resolução nº 90

Fundação Universidade do Maranhão

Instituída nos termos da Lei n. 5.152 de 21/10/1966
 São Luís - Maranhão

RESOLUÇÃO Nº 90

Cria Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso V, do Estatuto aprovado pelo decreto nº 59.941, de 6 de maio de 1967, e, tendo em vista a solicitação do Magnífico Rector da Universidade do Maranhão fundamentada nas razões constantes do processo nº 4454/69, assim como, aprovação unânime por parte dos Srs. Consocheiros, na Sessão de 25.09.69,

RESOLVE:

- I- Fica criado o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC);
- II- O CRUTAC ao regard, inicialmente, por sua regulamentação provisória, que entrará em vigor a partir da data da presente Resolução;
- III- O Conselho Diretor reserva o direito de fazer as modificações que forem necessárias à aludida regulamentação.

São Luís, 25 de setembro de 1969

Osvaldo Mendes
 OSVALDO MENDES

PRESIDENTE

ANEXO – B

Primeiro Convênio Ministério do Ministério da Educação e Cultura – MEC / Agência Norte – Americana Para o Desenvolvimento Internacional – USAID:

Assessoria para modernização da administração universitária.

As Partes do presente Convênio são o Ministério da Educação e Cultura (o Ministério) representado pela sua Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), com a aprovação do Representante Brasileiro para a Coordenação dos Programas de Assistência Técnica (o Coordenador).

I / SITUAÇÃO ATUAL

O número de universidades oficializadas no Brasil aumentou de 3 para 37 desde 1944. Este aumento, consequência do desenvolvimento social e econômico brasileiro, realizou-se de maneira tão rápida que não houve tempo suficiente para cuidar-se dos problemas de administração universitária. Caso este setor não seja, em futuro próximo, alvo de atenção, e caso a proliferação de instituições de ensino superior continue no ritmo atual, problemas de administração, tais como sistemas de vestibulares, planejamento acadêmico, administração financeira e planejamento físico de cidades universitárias, tornar-se-ão tão complexos que limitarão severamente a eficiência destas instituições e terão fatalmente efeito prejudicial no desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

As partes do presente Convênio, reconhecendo as vantagens a serem auferidas de uma reforma bem organizada e com bases amplas no setor da administração universitária e concordando que tal reforma é altamente apropriada para o momento atual, e ainda acordando quanto aos métodos a serem utilizados, acham-se atualmente preparadas para cooperar na assistência a universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que levem a introdução de métodos e práticas modernas de administração para suas instituições.

Prevê-se que a assistência mencionada acima incluirá os seguintes itens:

- 1) Consultoria Técnica a ser proporcionada a instituições determinadas de âmbito mais amplo e que estejam preparadas para iniciar programas específicos de reforma administrativa.

- 2) Uma série de seminários, a fim de estimular outras instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes.
- 3) Cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário a avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais.

As primeiras observações indicam que algumas instituições acham-se interessadas e já estão preparadas para receber assistência de consultoria individual e programas de treinamento em regime de curta duração para seu pessoal. Outras instituições que não tenham atingido este estágio de amadurecimento, não estando, portanto, preparadas para desenvolver programas específicos, serão convidadas a participar, talvez como instituições anfitriãs, de seminários onde serão debatidos princípios e problemas de administração universitária moderna. Todas as instituições deverão ser consideradas para assistência e consultoria individual e participação nos seminários com base no seu interesse e no seu grau de amadurecimento para reforma administrativa.

II / OBJETIVO

O objetivo do presente Convênio é estimular e prestar assistência a um máximo de 18 universidades brasileiras, públicas e particulares, nos seus esforços para executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional. Com esta finalidade serão fornecidos consultores norte-americanos que:

- 1) Visitarão instituições determinadas a fim de determinar o interesse específico e a necessidade de reforma.
- 2) Proporcionarão serviços de consultoria a determinadas instituições.
- 3) Realizarão seminários no Brasil sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de cursos de acordo com os interesses e as necessidades das diferentes universidades. Além disso, cursos de curta duração treinarão brasileiro selecionado para a obtenção de técnicas especializadas necessárias à execução e instituição de programas de reforma administrativa. Especificamente, pretende-se que até 1970 os primeiros 25% das universidades brasileiras que estão mais amadurecidas para a reforma administrativa estarão providas da estrutura organizacional e do pessoal necessário para conduzir uma administração de ampla eficiência, os segundos 25%, que se acham no estágio seguinte de

amadurecimento, estarão em posição de desenvolver a estrutura interna necessária e reunir um mínimo de pessoal indispensável, enquanto que as restantes 50% terão presenciado várias mudanças em instituições vizinhas e, com a assistência de universidades mais adiantadas, estarão dando os primeiros passos com vistas à modernização. Antes de 1970, o Projeto será revisto e avaliado, tomando-se então decisões quanto à natureza e o montante da assistência adicional necessária a completar a modernização administrativa de todo o sistema de ensino superior brasileiro.

III / RESPONSABILIDADES

A. O Ministério concorda em:

1. Coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID.
2. Providenciar o pessoal, cobrir despesas de viagem e serviços administrativos (tais como intérpretes, secretárias, etc.), necessários ao planejamento, coordenação e realização da série de seminários destinados a apresentar novas técnicas de administração a líderes de universidades brasileiras selecionadas. Prevê-se a realização de cinco seminários durante o período do convênio, em diferentes cidades do Brasil.
3. Providenciar o custeio das despesas de transporte, diárias e outras relativas aos serviços dos consultores da USAID, dentro do Projeto, quando de suas viagens pelo Brasil para fins de consultoria a instituições determinadas. Prevê-se que cada universidade custeará, na medida do possível, as despesas com os consultores da USAID que lhes estiverem prestando serviços de consultoria. Estas despesas incluirão transporte, diárias, serviços auxiliares (tais como intérpretes, secretárias e outras) e serão acordadas através de arranjos prévios entre a Universidade, a Diretoria e a USAID. A Diretoria assumirá plena responsabilidade pela coordenação desses arranjos bem como suplementará os recursos das universidades, desde que julgado necessário e conveniente.
4. Providenciar para que os salários do pessoal brasileiro de administração universitária, que for selecionado para treinamento de curta duração nos Estados Unidos ou em outros países, totalizando um máximo de 40 pessoas, sejam

mantidos por suas respectivas instituições durante o período do seu treinamento no estrangeiro. A Diretoria, em casos especiais, poderá suplementar recursos da universidade para este fim, desde que possível e julgado necessário, e também de acordo com arranjos prévios entre a universidade em questão e a Diretoria.

B. A USAID/BRASIL concorda em:

1. Fornecer, através de contrato, os consultores em regime de curta duração, necessários para proporcionar assistência técnica a universidades determinadas e conduzir seminários sobre problemas, tais como controle de custos, administração financeira, planejamento físico de cidades universitárias e distribuição de recursos. Prevê-se que o total de 18 “meses de trabalho” (trabalho mensal de um indivíduo) de aproximadamente 20 consultores em regime de curta duração serão necessários para execução desta atividade entre julho de 1966 e setembro de 1968. A quantia de U\$75,000 fica, por conseguinte reservada para este fim dentro do presente Convênio. À medida que o Projeto se desenvolva de maneira satisfatória recursos adicionais poderão ser fornecidos, desde que por determinação conjunta das partes do presente Convênio.

2. Custear, dependendo da disponibilidade de recursos, o treinamento nos Estados Unidos e/ou outros países de um máximo de 40 bolsistas ocupantes de posições administrativas-chave nas várias universidades participantes. Estas posições relacionar-se-ão com, sem porém, limitar-se, aos setores de administração geral, sistema de vestibulares, contabilidade de controle de custos, salários do corpo docente, centralização de arquivos, distribuição de custos, planejamento físico de cidades universitárias e manutenção.

IV / DISPOSIÇÕES GERAIS

A. As partes brasileiras do presente Convênio envidarão todos os esforços no sentido de divulgar o andamento e as realizações deste Projeto através dos jornais, rádio, e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança Para o Progresso.

B. As partes brasileiras deste Convênio autorizam pelo presente instrumento o representante do Governo brasileiro para a Coordenação dos Programas de Assistência Técnica a firmar termos aditivos a este Convênio, quando os mesmos não forem de caráter essencial, como suplementação de verbas, modificação da data da contribuição final e outras.

C. As Disposições Normativas sobre Dólar (Anexo B), modificadas pelo Memorando de Entendimento sobre Auditoria entre o Ministério do Planejamento e a USAID, datado de 22 de abril de 1963, são incorporadas e fazem parte do presente Convênio.

D. O presente Convênio entrará em vigor na data da última assinatura abaixo.

Em 30 de junho de 1966.

As.: Raymundo Moniz de Aragão (Ministro da Educação e Cultura) __ Faria Góes
(Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica) __ Harlan Harrison
(Deputy Assistant Director for Technical Cooperation USAID/BRASIL). (ALVES, 1968, p.
33-38)

ANEXO - C

Segundo Convênio Ministério da Educação e
Cultura – MEC / Agência Norte – Americana
Para o Desenvolvimento Internacional -
USAID:

Assessoria ao planejamento do Ensino Superior

São parte do presente Convênio o Ministério da Educação e Cultura (o Ministério), atuando através da Diretoria de Ensino Superior (a Diretoria), o Representante do Governo Brasileiro para a Cooperação Técnica (o Representante) e a Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional (a USAID / BRASIL), presente o Conselho Federal de Educação (o Conselho).

I / ORIGEM DO CONVÊNIO

De acordo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Puntadel Este pelo Governo brasileiro, como um dos membros da Aliança Para o Progresso, o Ministério pretende aproveitar a experiência dos outros países para realizar planejamento a curto e a longo prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender as necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor. Levando em conta essa política e aqueles objetivos, o Ministério, através da Diretoria, resolve obter, por intermédio da USAID/BRASIL, assessoria de instituição educacional de alto nível para atingir os objetivos dessa iniciativa brasileira.

II / FINALIDADE

A finalidade deste Convênio é promover meios que assegurem assessoramento à Diretoria em estudos relacionados com a expansão e o aperfeiçoamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor.

III / RESPONSABILIDADES

A. O Ministério, por este instrumento, delega à Diretoria a atribuição de executar o presente Convênio e concorda em:

1. Designar pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível para constituir Grupo Permanente de Planejamento junto à Diretoria, em regime de tempo integral, assessorados pelos educadores previstos neste Convênio, enquanto vigorar o mesmo.

2. Custear salários, viagens em território nacional e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses educadores brasileiros.

3. Assumir a responsabilidade pela preparação de um plano de trabalho detalhado para a execução das atividades previstas neste Convênio.

4. Fornecer instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilíngues e demais assistência complementar, inclusive o pessoal necessário ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessores.

5. Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados que venham a ser enviados ao exterior para fins deste Convênio.

B. A USAID/BRASIL, por este instrumento, delega ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar o presente Convênio, no que lhe competir, concordando em:

1. Fornecer, por período máximo de quatro anos, dependendo da disponibilidade de recursos, através de contrato com instituição educacional de alto nível, sujeito à aprovação prévia da Diretoria, os serviços de pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessores em regime de contrato de curta duração, caso seja necessário.

2. Que os recursos para o funcionamento de contratos por um período inicial de aproximadamente 18 (dezoito) meses comprometidos no total indicado na folha anexa com as especificações financeiras.

3. Custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual referentes aos serviços desses assessores, ressalvadas as disposições do item III-A-4 acima.

4. Custear o treinamento de bolsistas, dependendo das disponibilidades de recursos, em complemento às verbas empenhadas nos termos do presente Convênio.

IV / DISPOSIÇÕES GERAIS

A. Os educadores brasileiros de que trata o item III-A-1 constituirão a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior. Esta equipe colaborará, em regime de tempo integral, na implantação do processo dinâmico de planejamento, visando à finalidade deste Convênio, cabendo sempre às autoridades brasileiras competentes a responsabilidade de determinar a política e as normas de Educação, bem como de aprovar ou não todos os planos elaborados. Os planos quando aprovados serão postos em execução pelas autoridades brasileiras.

B. A Diretoria poderá também designar comissões constituídas de elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade, que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos.

C. Este Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior reformula, amplia e substitui o Convênio MEC-USAID assinado pelas partes em 23 de junho de 1965.

D. A regulamentação deste Convênio será elaborada, aprovada e homologada pelas autoridades competentes, passando a integrar este Convênio.

E. O presente Convênio entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá vigência até 30 de junho de 1969, podendo ser cancelado pela Diretoria ou pela USAID-BRASIL mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 30 dias, bem como prorrogado ou modificado de comum acordo.

V / CLÁUSULAS ESPECÍFICAS ADITIVAS

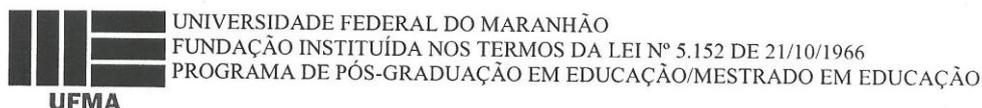
A. O Ministério, através da Diretoria, concorda em dar publicidade adequada, pelos meios de comunicação apropriados, sobre o andamento e a execução deste Convênio, considerando-o como uma das cooperações dentro da Aliança Para o Progresso.

B. As Disposições Normativas (Anexo B), alteradas pelo Memorando de Entendimento sobre Auditoria entre a USAID e o Ministério do Planejamento, datado de 22 de abril de 1963, ficam incorporados e integrados no presente Convênio.

Em 9 de maio de 1967.

As.: Tarso Dutra (Ministério da Educação e Cultura) __ Faria Góes (Representante do Governo Brasileiro para Cooperação Técnica) __ A. Almeida Jr. (Conselho Federal de Educação) __ William Ellis (USAID/BRASIL). (Id. *Ibd.*, p. 48-52)

ANEXO – D – Declaração de Consentimento



APÊNDICE B – Declaração de Consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Professor (a) Técnico (a) ex-aluno (a)

Ao tempo em que cumprimento cordialmente Vossa Senhoria, apresento o Questionário/Entrevista que possibilita coletar dados para elaborar da minha proposta de pesquisa para o Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A pesquisa tem como tema: CRUTAC: a experiência de Extensão Universitária da UFMA no Município de Codó.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a compreensão sobre a temática em apreço, solicito sua importante colaboração no fornecimento de dados e informações contidos nos itens da entrevista constante no questionário em anexo.

A partir do compromisso ético assumido pelo pesquisador, solicito sua autorização para menção do seu nome na pesquisa em apreço.

Autorizo a divulgação de meu nome no seu trabalho de pesquisa:

Roberto Mauro Gurgel Rocha
Assinatura

Autorizo a divulgação das informações concedidas na realização da pesquisa nos meios acadêmicos.

São Luís(MA), 08 de 02 de 2013

Nome do(a) Entrevistado(a) Roberto Mauro Gurgel Rocha
Assinatura: Roberto Mauro Gurgel Rocha

Nome do Pesquisador/Mestrando: José Augusto Medeiros Silva

Assinatura: José Augusto Medeiros Silva

ANEXO – E – Declaração de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO INSTITUÍDA NOS TERMOS DA LEI Nº 5.152 DE 21/10/1966
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/MESTRADO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE B – Declaração de Consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Professor (a) () Técnico (a) () ex-aluno (a)

Ao tempo em que cumprimento cordialmente Vossa Senhoria, apresento o Questionário/Entrevista que possibilita coletar dados para elaborar da minha proposta de pesquisa para o Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A pesquisa tem como tema: CRUTAC: a experiência de Extensão Universitária da UFMA no Município de Codó.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a compreensão sobre a temática em apreço, solicito sua importante colaboração no fornecimento de dados e informações contidos nos itens da entrevista constante no questionário em anexo.

A partir do compromisso ético assumido pelo pesquisador, solicito sua autorização para menção do seu nome na pesquisa em apreço.

Autorizo a divulgação de meu nome no seu trabalho de pesquisa:

Maria do Carmo Araújo dos Santos
 Assinatura

Autorizo a divulgação das informações concedidas na realização da pesquisa nos meios acadêmicos.

São Luís(MA), 12 de 02 de 2013

Nome do(a) Entrevistado(a) MARIA DO CARMO A. DOS SANTOS
 Assinatura: *Maria do Carmo Araújo dos Santos*

Nome do Pesquisador/Mestrando: José Augusto Medeiros Silva

Assinatura: *Ag*

ANEXO – F – Declaração de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO INSTITUÍDA NOS TERMOS DA LEI Nº 5.152 DE 21/10/1966
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/MESTRADO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE B – Declaração de Consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

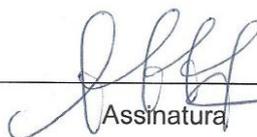
Prezado(a) () Professor (a) (X) Técnico (a) () ex-aluno (a)

Ao tempo em que cumprimento cordialmente Vossa Senhoria, apresento o Questionário/Entrevista que possibilita coletar dados para elaborar da minha proposta de pesquisa para o Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A pesquisa tem como tema: CRUTAC: a experiência de Extensão Universitária da UFMA no Município de Codó.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a compreensão sobre a temática em apreço, solicito sua importante colaboração no fornecimento de dados e informações contidos nos itens da entrevista constante no questionário em anexo.

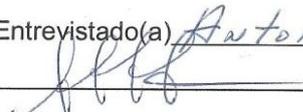
A partir do compromisso ético assumido pelo pesquisador, solicito sua autorização para menção do seu nome na pesquisa em apreço.

Autorizo a divulgação de meu nome no seu trabalho de pesquisa:


 Assinatura

Autorizo a divulgação das informações concedidas na realização da pesquisa nos meios acadêmicos.

São Luís(MA), 12 de 02 de 2013

Nome do(a) Entrevistado(a) Antonio da Silva Gomes
 Assinatura: 

Nome do Pesquisador/Mestrando: José Augusto Medeiros Silva

Assinatura: 

ANEXO – G – Declaração de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO INSTITUÍDA NOS TERMOS DA LEI Nº 5.152 DE 21/10/1966
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/MESTRADO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE B – Declaração de Consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Professor (a) () Técnico (a) () ex-aluno (a)

Ao tempo em que cumprimento cordialmente Vossa Senhoria, apresento o Questionário/Entrevista que possibilita coletar dados para elaborar da minha proposta de pesquisa para o Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A pesquisa tem como tema: CRUTAC: a experiência de Extensão Universitária da UFMA no Município de Codó.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a compreensão sobre a temática em apreço, solicito sua importante colaboração no fornecimento de dados e informações contidos nos itens da entrevista constante no questionário em anexo.

A partir do compromisso ético assumido pelo pesquisador, solicito sua autorização para menção do seu nome na pesquisa em apreço.

Autorizo a divulgação de meu nome no seu trabalho de pesquisa:

Hildene Lima Nascimento

Assinatura

Autorizo a divulgação das informações concedidas na realização da pesquisa nos meios acadêmicos.

São Luís(MA), 10 de 02 de 2013

Nome do(a) Entrevistado(a) HILDENE LIMA NASCIMENTO

Assinatura: Hildene Lima Nascimento

Nome do Pesquisador/Mestrando: José Augusto Medeiros Silva

Assinatura: J. A. Medeiros Silva

ANEXO – H – Declaração de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO INSTITUÍDA NOS TERMOS DA LEI Nº 5.152 DE 21/10/1966
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/MESTRADO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE B – Declaração de Consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) () Professor (a) (X) Técnico (a) () ex-aluno (a)

Ao tempo em que cumprimento cordialmente Vossa Senhoria, apresento o Questionário/Entrevista que possibilita coletar dados para elaborar da minha proposta de pesquisa para o Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A pesquisa tem como tema: CRUTAC: a experiência de Extensão Universitária da UFMA no Município de Codó.

Tendo em vista a necessidade de ampliar a compreensão sobre a temática em apreço, solicito sua importante colaboração no fornecimento de dados e informações contidos nos itens da entrevista constante no questionário em anexo.

A partir do compromisso ético assumido pelo pesquisador, solicito sua autorização para menção do seu nome na pesquisa em apreço.

Autorizo a divulgação de meu nome no seu trabalho de pesquisa:

Aldenora Trindade Palácio

Assinatura

Autorizo a divulgação das informações concedidas na realização da pesquisa nos meios acadêmicos.

São Luís(MA), 10 de 02 de 2013

Nome do(a) Entrevistado(a) ALDENORA TRINDADE PALÁCIO

Assinatura: Aldenora Trindade Palácio

Nome do Pesquisador/Mestrando: José Augusto Medeiros Silva

Assinatura: J. A. Medeiros Silva